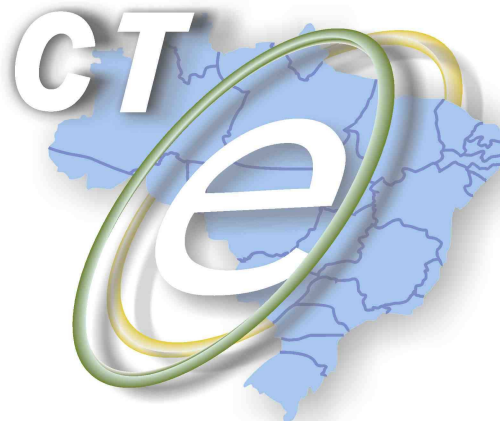




Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico



Manual de Integração - Contribuinte Padrões Técnicos de Comunicação



Versão 1.0.2 preliminar
Setembro 2008



Controle de Versões

Versão	Data
1.00	07/03/2008 - SP
1.01	02/07/2008 – SP/RS
1.01A	07/07/2008 – SP/RS
1.01B	25/08/2008 – Reunião CT-e RJ
1.02pre	03/09/2008 – Reunião CT-e MT
1.02	12/09/2008 – SP/RS



Identificação e vigência do Manual

Versão do manual	1.0.2
Data de divulgação do manual	12/09/2008
Pacote de liberação de Schemas XML	PL_CTe_102
Data de início de vigência no ambiente de homologação	A definir
Data de início de vigência no ambiente de produção	a definir

Versões de leiautes do PL_CTe_102

Leiaute	versão	Schema XML	Observação
CTe	1.02	cte_v102.xsd	Leiaute do CT-e.
enviCTe	1.02	enviCte_v1.02.xsd	Mensagem de envio de lote de CT-e.
retEnviCTe	1.02	retEnviCte_v1.02.xsd	Mensagem de retorno do envio de lote de CT-e.
consReciCTe	1.02	consReciCte_v1.02.xsd	Mensagem de consulta processamento do lote de CT-e transmitido.
retconsReciCTe	1.02	retConsReciCte_v1.02.xsd	Mensagem de retorno da consulta de processamento do lote de CT-e transmitido.
procCTe	1.02	procCte_v1.02.xsd	Leiaute de compartilhamento do CT-e.
cancCTe	1.01	cancCte_v1.00.xsd	Mensagem de solicitação de cancelamento do CT-e.
retCancCTe	1.01	retCancCte_v1.01.xsd	Mensagem de retorno do resultado da solicitação do processamento de cancelamento do CT-e.
procCancCTe	1.01	procCancCte_v1.01.xsd	Leiaute de compartilhamento de Pedido de cancelamento de CT-e
inutCTe	1.01	inutCte_v1.01.xsd	Mensagem de solicitação de inutilização de numeração de CT-e.
retInutCTe	1.01	retInutCte_v1.01.xsd	Mensagem de retorno do resultado do processamento da solicitação de inutilização de numeração de CT-e.
proclnutCTe	1.01	proclnutCte_v1.01.xsd	Leiaute de compartilhamento de pedido de inutilização de numeração de CT-e
consSitCTe	1.01	consSitCte_v1.01.xsd	Mensagem de consulta da situação atual da CT-e.
retConsSitCTe	1.01	retConsSitCte_v1.01.xsd	Mensagem de retorno da consulta da situação atual da CT-e.
consStatServ	1.01	consStatServCte_v1.01.xsd	Mensagem da consulta do status do serviço de autorização de CT-e.
retConsStatServ	1.01	retconsStatServ_v1.01.xsd	Mensagem de retorno da consulta do status do serviço de autorização de CT-e.
consCad	1.01	consCad_v1.01.xsd	Mensagem de consulta ao cadastro de contribuintes do ICMS.
retConsCad	1.01	retConsCad_v1.01.xsd	Mensagem de retorno da consulta ao cadastro de contribuintes do ICMS.



Índice

1.	Introdução	7
2.	Considerações Iniciais.....	8
2.1	Histórico do documento fiscal eletrônico.....	8
2.2	Conceito do CT-e	8
2.3	Descrição Simplificada do Modelo Operacional.....	8
3.	Arquitetura de Comunicação com Contribuinte.....	10
3.1	Modelo Conceitual.....	10
3.2	Padrões Técnicos.....	11
3.2.1	Padrão de documento XML	11
3.2.2	Padrão de Comunicação	13
3.2.3	Padrão de Certificado Digital	14
3.2.4	Padrão de Assinatura Digital	14
3.2.5	Validação de Assinatura Digital pela Secretaria de Fazenda Estadual	16
3.2.6	Resumo dos Padrões Técnicos	17
3.3	Modelo operacional	17
3.3.1	Serviços síncronos	18
3.3.2	Serviços assíncronos.....	18
3.3.3	Filas e Mensagens.....	20
3.4	Padrão de mensagens dos Web Services	21
3.4.1	Informações de controle e área de dados das mensagens	21
3.4.2	Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services	21
3.4.3	Schemas XML das Mensagens dos Web Services	22
3.5	Versão dos Schemas	23
3.5.1	Liberação das versões dos Schemas para o Projeto do CT Eletrônico	23
3.5.2	Pacote de Liberação Preliminar	23
3.5.3	Pacote de Liberação de Homologação e Pacote de liberação definitivo	23
3.5.4	Correção de Pacote de Liberação	24
3.5.5	Divulgação de novos Pacotes de Liberação	24
3.5.6	Controle de Versão.....	24
3.6	SEFAZ VIRTUAL.....	24
4.	Web Services	26
4.1	Serviço de Recepção de CT-e.....	27
4.1.1	Web Service – CteRecepcao	27
4.1.2	Leiaute Mensagem de Entrada	27
4.1.3	Leiaute Mensagem de Retorno.....	27
4.1.4	Descrição do Processo de Recepção de Lotes de CT-e	28
4.1.5	Validação do Certificado de Transmissão	28
4.1.6	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	29
4.1.7	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	30
4.1.8	Geração da Resposta com o Recibo	30
4.1.9	Descrição do Processamento do Lote de CT-e.....	30
4.1.10	Validação da área de Dados.....	31
4.1.11	Final do Processamento do Lote	38
4.2	Web Service – CteRetRecepcao	39
4.2.1	Leiaute Mensagem de Entrada	39
4.2.2	Leiaute Mensagem de Retorno.....	39
4.2.3	Descrição do Processo de Web Service	40
4.2.4	Validação do Certificado de Transmissão	41
4.2.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	41
4.2.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	42
4.2.7	Validação da Área de Dados	42
4.2.8	Final do Processamento	43
4.3	Web Service – CteCancelamento.....	44



4.3.1	Leiaute Mensagem de Entrada	44
4.3.2	Leiaute Mensagem de Retorno	44
4.3.3	Descrição do Processo de Web Service	45
4.3.4	Validação do Certificado de Transmissão	45
4.3.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	46
4.3.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	46
4.3.7	Validação da Área de Dados	47
4.3.8	Final do Processamento	48
4.4	Web Service - CteInutilizacao	50
4.4.1	Leiaute Mensagem de Entrada	50
4.4.2	Leiaute Mensagem de Retorno	51
4.4.3	Descrição do Processo de Web Service	51
4.4.4	Validação do Certificado de Transmissão	52
4.4.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	52
4.4.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	53
4.4.7	Validação da Área de Dados	53
4.4.8	Final do Processamento	54
4.5	Web Service – CteConsulta Protocolo	55
4.5.1	Leiaute Mensagem de Entrada	55
4.5.2	Leiaute Mensagem de Retorno	55
4.5.3	Descrição do Processo de Web Service	56
4.5.4	Validação do Certificado de Transmissão	56
4.5.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	57
4.5.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	57
4.5.7	Validação da Área de Dados	58
4.5.8	Final do Processamento	58
4.6	Web Service – CteStatusServico	59
4.6.1	Leiaute Mensagem de Entrada	59
4.6.2	Leiaute Mensagem de Retorno	59
4.6.3	Descrição do Processo de Web Service	60
4.6.4	Validação do Certificado de Transmissão	60
4.6.5	Validação Inicial da Mensagem no Web Service	61
4.6.6	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	61
4.6.7	Validação da Área de Dados	61
4.6.8	Final do Processamento	62
4.7	Web Service – CadConsultaCadastro	63
4.7.1	Leiaute da Mensagem de Entrada	63
4.7.2	Leiaute da Mensagem de Retorno	64
4.7.3	Descrição do Processo de Web Service	65
4.7.4	Verificação do Certificado de Transmissão	65
4.7.5	Verificação Inicial da Mensagem no Web Service	66
4.7.6	Validação da Área de Cabeçalho	67
4.7.7	Validação da Área de Dados	67
4.7.8	Final do Processamento	67
5.	Web Services – Informações Adicionais	69
5.1	Regras de validação	69
5.1.1	Tabela de códigos de erros e descrições de mensagens de erros	69
5.2	Padrão de nomes para os arquivos	74
5.3	Tratamento de caracteres especiais no texto de XML	74
5.4	Chave de Acesso do CT-e	75
5.5	Número do Recibo de Lote	76
5.6	Número do protocolo	76
5.7	Tempo médio de resposta	77
6.	Código de Barra	78
6.1	Cálculo do dígito verificador do CODE-128C	79



6.2	Representação simbólica do código	79
7.	DACTE	80
8.	Contingência	81
9.	Ambiente de Homologação / Produção	82
10.	Distribuição do CT-e para o Tomador do Serviço	83
10.1	Processo de Distribuição	83
10.2	Leiaute da Distribuição: CT-e	83
11.	Compartilhamento de informações do CT-e entre Órgãos Públicos.....	84
11.1	Processo de Compartilhamento	84
11.2	Leiaute de compartilhamento: CT-e.....	84
11.3	Leiaute de compartilhamento: Cancelamento de CT-e	85
11.4	Leiaute de compartilhamento: Inutilização de Numeração de CT-e	85
11.5	Compartilhamento de documentos com outros órgãos públicos	85
Anexo I – Leiaute do CT-e		86
Anexo II – Modelo de DACTE		117
Anexo III – Tabelas de UF, Município e País		124
1.	Tabela de código de UF do IBGE	124
2.	Tabela de código de Município do IBGE.....	124
2.1	Validação do código de Município	125
2.2	Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de Município	125
2.3	Exceção no cálculo do dígito de controle do código de Município	126
3.	Tabela de código de País do BACEN	126
3.1	Validação do código de País	126
3.2	Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de País	127
3.3	Exceção no cálculo do dígito de controle do código de País	127
Anexo IV – WS disponíveis.....		128
Anexo V – Conjunto de caracteres Código de Barras CODE-128C		130
Anexo VI – Projeto Piloto do CT-e		131



1. Introdução

Este documento tem por objetivo a definição das especificações e critérios técnicos necessários para a integração entre os Portais das Secretarias de Fazendas dos Estados e os sistemas de informações das empresas emissoras de Conhecimento de Transporte eletrônico - CT-e.

Em vista da complexidade do projeto, esclarecemos aos usuários deste manual (equipes fiscal e de TI das empresas integrantes do projeto), que a legislação aprovada, conceitos e especificações contidas neste manual podem sofrer ajustes que venham a ser demandados a partir do aprofundamento das discussões e experiências adquiridas durante a fase de implantação do projeto.



2. Considerações Iniciais

O Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo ENAT 03/2006 (10/11/2006), que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implantação do Projeto CT-e.

2.1 Histórico do documento fiscal eletrônico

O documento fiscal eletrônico surgiu com o projeto da Nota Fiscal eletrônica que tinha como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, modelos 1 e 1A, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emissor.

O documento fiscal eletrônica simplifica o cumprimento das obrigações acessórias dos contribuintes e permite um melhor acompanhamento das operações comerciais pelo Fisco, mostrando-se uma solução vantajosa para todos os interessados.

Em outubro de 2006, foi iniciada uma nova fase do projeto da Nota Fiscal eletrônica para possibilitar o uso do documento fiscal eletrônico em substituição aos demais documentos fiscais existentes no país, conforme previsto no parágrafo único da cláusula segunda do Protocolo ENAT 03/2005.

O Conhecimento de Transporte eletrônico é o novo modelo de documento fiscal eletrônico, instituído pelo AJUSTE SINIEF 09/07 (25/10/2007), que poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

- Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

O Conhecimento de Transporte eletrônico também poderá ser utilizado como documento fiscal eletrônico no transporte dutoviário e, futuramente, nos transportes Multimodais.

2.2 Conceito do CT-e

O Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) pode ser conceituado como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.

2.3 Descrição Simplificada do Modelo Operacional

De maneira simplificada, a empresa emissora de CT-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da prestação de serviços de transportes, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo



eletrônico, que corresponderá ao Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), será então transmitido, pela Internet, para a Secretaria de Fazenda Estadual de jurisdição do contribuinte emitente, que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá uma Autorização de Uso, sem a qual não poderá haver a prestação de serviço de transporte.

Após o recebimento do CT-e, a Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará consulta, através Internet, para o tomador do serviço e outros legítimos interessados que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Este mesmo arquivo do CT-e será ainda transmitido, pela Secretaria de Fazenda Estadual, para a Receita Federal do Brasil, que será o repositório nacional de todos os CT-e emitidos, e para as Secretarias de Fazenda de início da prestação do serviço e do tomador do serviço, caso sejam diferentes da Secretaria de Fazenda de circunscrição do emissor, além da SUFRAMA, quando aplicável.

Para acobertar a prestação de serviço de transporte será impressa uma representação gráfica simplificada do Conhecimento de Transporte Eletrônico, intitulada DACTE (Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico), em papel comum, que conterá impressos, em destaque, a chave de acesso e o código de barras linear tomando-se por referência o padrão CODE-128C, para facilitar e agilizar a consulta do CT-e na Internet e a respectiva confirmação de informações pelas unidades fiscais e pelos tomadores de serviços de transporte.

O DACTE não é um conhecimento de transporte, nem o substitui, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta do CT-e, pois contém a chave de acesso do CT-e, que permite ao detentor desse documento confirmar a efetiva existência do CT-e, através dos sítios das Secretarias de Fazenda Estaduais autorizadas ou Receita Federal. No primeiro momento de implantação do projeto, o contribuinte tomador do serviço de transporte, não emissor de Documentos Fiscais eletrônicos, poderá escriturar o CT-e com base nas informações deste documento, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência do CT-e com autorização de uso no Banco de Dados das administrações tributárias envolvidas no processo.



3. Arquitetura de Comunicação com Contribuinte

3.1 Modelo Conceitual

Os Portais das Secretarias de Fazenda Estaduais irão disponibilizar os seguintes serviços:

- a) Recepção de CT-e;
 - 1) Recepção de Lote;
 - 2) Consulta Processamento de Lote;
- b) Cancelamento de CT-e;
- c) Inutilização de numeração de CT-e;
- d) Consulta da situação atual do CT-e;
- e) Carta de Correção de CT-e;
- f) Consulta do status do serviço.

Para cada serviço oferecido existirá um Web Service específico. O fluxo de comunicação é sempre iniciado pelo aplicativo do contribuinte através do envio de uma mensagem ao Web Service com a solicitação do serviço desejado.

O Web Service sempre devolve uma mensagem de resposta confirmando o recebimento da solicitação de serviço ao aplicativo do contribuinte na mesma conexão.

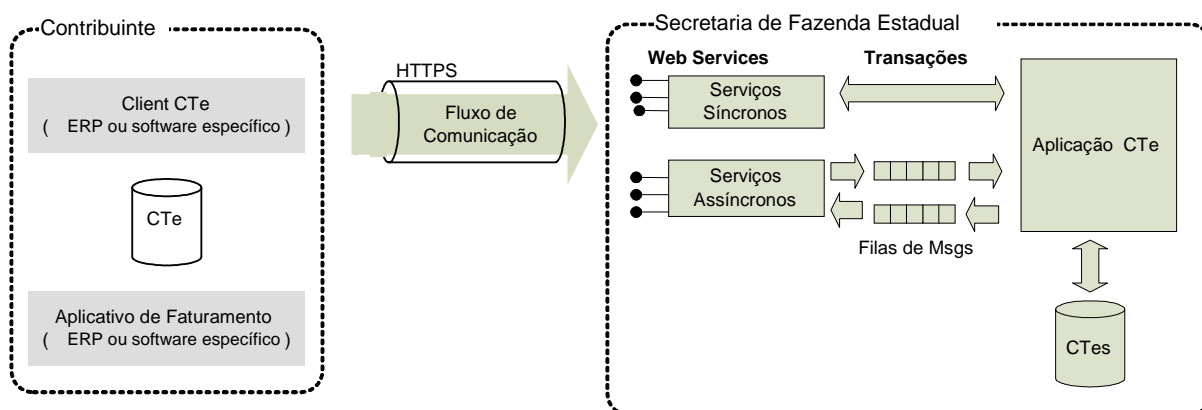
A solicitação de serviço poderá ser atendida na mesma conexão ou ser armazenada em filas de processamento nos serviços mais críticos para um melhor aproveitamento dos recursos de comunicação e de processamento das Secretarias de Fazenda Estaduais.

Os serviços podem ser síncronos ou assíncronos em função da forma de processamento da solicitação de serviços:

- a) **Serviços síncronos** – o processamento da solicitação de serviço é concluído na mesma conexão, com a devolução de uma mensagem com o resultado do processamento do serviço solicitado;
- b) **Serviços assíncronos** – o processamento da solicitação de serviço não é concluído na mesma conexão, havendo a devolução de uma mensagem de resposta com um recibo que apenas confirma o recebimento da solicitação de serviço. O aplicativo do contribuinte deverá realizar uma nova conexão para consultar o resultado do processamento do serviço solicitado anteriormente.

O diagrama a seguir ilustra o fluxo conceitual de comunicação entre o aplicativo do contribuinte e o Portal da Secretaria de Fazenda Estadual:

Arquitetura de Comunicação – Visão Conceitual



3.2 Padrões Técnicos

3.2.1 Padrão de documento XML

a) Padrão de Codificação

A especificação do documento XML adotada é a recomendação W3C para XML 1.0, disponível em www.w3.org/TR/REC-xml e a codificação dos caracteres será em UTF-8, assim todos os documentos XML serão iniciados com a seguinte declaração:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
```

OBS: Lembrando que cada arquivo XML somente poderá ter uma única declaração `<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>`. Nas situações em que um documento XML pode conter outros documentos XML, como ocorre com o documento XML de lote de envio de CT-e, deve-se tomar o cuidado para que exista uma única declaração no início do lote.

b) Declaração namespace

O documento XML deverá ter uma única declaração de **namespace** no elemento raiz do documento com o seguinte padrão:

```
<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" > (exemplo para o XML da CT-e)
```

O uso de declaração **namespace** diferente do padrão estabelecido para o Projeto é vedado.

A declaração do **namespace** da assinatura digital deverá ser realizada na própria tag `<Signature>`, conforme exemplo abaixo.

Cada documento XML deverá ter o seu **namespace** individual em seu elemento raiz. No caso específico do lote de envio do CT-e, cada CT-e deverá ter declarado o seu **namespace** individual.

Segue abaixo um exemplo:

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<envieCTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" versao="1.01">
  <idLote>200602220000001</idLote>

  <CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">
```



```
<infcte Id="CTe31060243816719000108650000000010001234567890" versao="1.01">
...
<Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
...
</CTe>
<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">

    <infCTe Id="CTe31060243816719000108650000000010011234567900" versao="1.01">
    ...
    <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    ...
    </CTe>
</CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte">

    <infCTe Id="CTe31060243816719000108650000000010021234567916" versao="1.01">
    ...
    <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    ...
    </CTe>
</enviCTe>
```

c) Prefixo de namespace

Não é permitida a utilização de prefixos de **namespace**. Essa restrição visa otimizar o tamanho do arquivo XML.

Assim, ao invés da declaração:

`<cte:CTe xmlns:cte="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >` (exemplo para o XML do CT-e com prefixo cte) deverá ser adotado a declaração:

`<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >`

d) Otimização na montagem do arquivo

Na geração do arquivo XML do CT-e, excetuados os campos identificados como obrigatórios no modelo (primeiro dígito da coluna de ocorrências do leiaute iniciada com 1, ex.: 1-1, 1-2, 1-N), não deverão ser incluídas as TAGs de campos com conteúdo zero (para campos tipo numérico) ou vazio (para campos tipo caractere).

A regra constante do parágrafo anterior deverá estender-se para os campos onde não há indicação de obrigatoriedade e que, no entanto, seu preenchimento torna-se obrigatório por estar condicionado à legislação específica ou ao negócio do contribuinte. Neste caso, deverá constar a TAG com o valor correspondente e, para os demais campos, deverão ser eliminadas as TAGs.

Exemplo 1: SubGrupo de Informações de transporte de produtos perigosos (ocorrência 0-1). Será preenchido se a legislação específica o exigir.

Exemplo 2: Informação relacionada com o AFRMM - Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (ocorrência 0-1). Será preenchido somente se o negócio do contribuinte for transporte aquaviário.

Para reduzir o tamanho final do arquivo XML da CT-e alguns cuidados de programação deverão ser assumidos:

- não incluir "zeros não significativos" para campos numéricos;
- não incluir "espaços" ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs.) no início ou no final de campos numéricos e alfanuméricos;
- não incluir comentários no arquivo XML;



- não incluir anotação e documentação no arquivo XML (TAG annotation e TAG documentation);
- não incluir caracteres de formatação no arquivo XML ("line-feed", "carriage return", "tab", caractere de "espaço" entre as TAGs).

d) Validação de Schema

Para garantir minimamente a integridade das informações prestadas e a correta formação dos arquivos XML, o contribuinte deverá submeter o arquivo do CT-e e as demais mensagens XML para validação pelo Schema do XML (XSD – XML Schema Definition), disponibilizado pela Secretaria de Fazenda Estadual, antes de seu envio.

3.2.2 Padrão de Comunicação

A comunicação entre o contribuinte e a Secretaria de Fazenda Estadual será baseada em Web Services disponibilizados no Portal da Secretaria de Fazenda Estadual de circunscrição do contribuinte.

O meio físico de comunicação utilizado será a Internet, com o uso do protocolo SSL versão 3.0, com autenticação mútua, que além de garantir um duto de comunicação seguro na Internet, permite a identificação do servidor e do cliente através de certificados digitais, eliminando a necessidade de identificação do usuário através de nome ou código de usuário e senha.

O modelo de comunicação segue o padrão de Web Services definido pelo WS-I Basic Profile.

A troca de mensagens entre os Web Services do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual e o aplicativo do contribuinte será realizada no padrão SOAP versão 1.2, com troca de mensagens XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.

A chamada dos diferentes Web Services do Projeto CT-e é realizado com o envio de uma mensagem XML através do campo cteDadosMsg.

A versão do leiaute da mensagem XML contida no campo cteDadosMsg e o código da UF requisitada serão informados nos campos versaoDados e cUF, ambos do tipo string localizados no elemento cteCabecMsg do SOAP header.

Exemplo de uma mensagem requisição padrão SOAP:

```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema" xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
  <soap12:Header>
    <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">
      <cUF>string</cUF>
      <versaoDados>string</versaoDados>
    </cteCabecMsg>
  </soap12:Header>
  <soap12:Body>
    <cteDadosMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">xml</cteDadosMsg>
  </soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

Exemplo de uma mensagem de retorno padrão SOAP:



```
<?xml version="1.0" encoding="utf-8"?>
<soap12:Envelope xmlns:xsi="http://www.w3.org/2001/XMLSchema-instance"
xmlns:xsd="http://www.w3.org/2001/XMLSchema" xmlns:soap12="http://www.w3.org/2003/05/soap-envelope">
  <soap12:Header>
    <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">
      <cUF>string</cUF>
      <versaoDados>string</versaoDados>
    </cteCabecMsg>
  </soap12:Header>
  <soap12:Body>
    <cteRecepcaoLoteResult xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">xml</cteRecepcaoLoteResult>
  </soap12:Body>
</soap12:Envelope>
```

3.2.3 Padrão de Certificado Digital

O certificado digital utilizado no Projeto do Conhecimento de Transporte eletrônico será emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ da pessoa jurídica titular do certificado digital no campo otherName OID =2.16.76.1.3.3.

Os certificados digitais serão exigidos em 2 (dois) momentos distintos para o projeto:

- a) **Assinatura de Mensagens:** O certificado digital utilizado para essa função deverá conter o CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e ou o CNPJ do estabelecimento matriz. Por mensagens, entenda-se: o Pedido de Autorização de Uso (Arquivo CT-e), o Pedido de Cancelamento de CT-e, o Pedido de Inutilização de Numeração de CT-e e demais arquivos XML que necessitem de assinatura. O certificado digital deverá ter o “uso da chave” previsto para a função de assinatura digital, respeitando a Política do Certificado.
- b) **Transmissão** (durante a transmissão das mensagens entre o servidor do contribuinte e o Portal da Secretaria de Fazenda Estadual): O certificado digital utilizado para identificação do aplicativo do contribuinte deverá conter o CNPJ do responsável pela transmissão das mensagens, mas não necessita ser o mesmo CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e, devendo ter a extensão Extended Key Usage com permissão de "Autenticação Cliente".

3.2.4 Padrão de Assinatura Digital

As mensagens enviadas ao Portal da Secretaria de Fazenda Estadual são documentos eletrônicos elaborados no padrão XML e devem ser assinados digitalmente com um certificado digital que contenha o CNPJ do estabelecimento matriz ou o CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e objeto do pedido.

Os elementos abaixo estão presentes dentro do Certificado do contribuinte tornando desnecessária a sua representação individualizada no arquivo XML. Portanto, o arquivo XML não deve conter os elementos:

```
<X509SubjectName>
<X509IssuerSerial>
<X509IssuerName>
<X509SerialNumber>
<X509SKI>
```

Deve-se evitar o uso das TAGs abaixo, pois as informações serão obtidas a partir do Certificado do emitente:

```
<KeyValue>
<RSAKeyValue>
```



<Modulus>
<Exponent>

O Projeto CT-e utiliza um subconjunto do padrão de assinatura XML definido pelo <http://www.w3.org/TR/xmldsig-core/>, que tem o seguinte leiaute:

Schema XML: xmldsig-core-schema_v1.01.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XS01	Signature	Raiz	-	-	-	-		
XS02	SignedInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo da Informação da assinatura
XS03	CanonicalizationMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Canonicalização
XS04	Algorithm	A	XS03	C	1-1			Atributo Algorithm de CanonicalizationMethod: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315
XS05	SignatureMethod	G	XS02	-	1-1			Grupo do Método de Assinatura
XS06	Algorithm	A	XS05	C	1-1			Atributo Algorithm de SignedMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1
XS07	Reference	G	XS02	-	1-1			Grupo de Reference
XS08	URI	A	XS07	C	1-1			Atributo URI da tag Reference
XS10	Transforms	G	XS07	-	1-1			Grupo do algorithm de Transform
XS11	unique_Transf_Alg	RC	XS10	-	1-1			Regra para o atributo Algorithm do Transform ser único.
XS12	Transform	G	XS10	-	2-2			Grupo de Transform
XS13	Algorithm	A	XS12	C	1-1			Atributos válidos Algorithm do Transform: http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315 http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature
XS14	XPath	E	XS12	C	0-N			XPath
XS15	DigestMethod	G	XS07	-	1-1			Grupo do Método de DigestMethod
XS16	Algorithm	A	XS15	C	1-1			Atributo Algorithm de DigestMethod: http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1
XS17	DigestValue	E	XS07	C	1-1			Digest Value (Hash SHA-1 – Base64)
XS18	SignatureValue	G	XS01	-	1-1			Grupo do Signature Value
XS19	KeyInfo	G	XS01	-	1-1			Grupo do KeyInfo
XS20	X509Data	G	XS19	-	1-1			Grupo X509
XS21	X509Certificate	E	XS20	C	1-1			Certificado Digital x509 em Base64

A assinatura do Contribuinte no CT-e será feita na TAG <infCTe> identificada pelo atributo **Id**, cujo conteúdo deverá ser um identificador único (chave de acesso) precedido do literal 'CTe' para cada CT-e, conforme leiaute descrito no Anexo I. O identificador único precedido do literal '#CTe' deverá ser informado no atributo URI da TAG <Reference>. Para as demais mensagens a serem assinadas, o processo é o mesmo mantendo sempre um identificador único para o atributo **Id** na TAG a ser assinada. Segue abaixo um exemplo:

```
<CTe xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" >
  <infCTe Id="CTe31060243816719000108650000000010001234567897" versao="1.00">
    ...
  </infCTe>
  <Signature xmlns="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#">
    <SignedInfo>
      <CanonicalizationMethod Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315"/>
      <SignatureMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#rsa-sha1" />
      <Reference URI="#CTe31060243816719000108650000000010001234567897">
        <Transforms>
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#enveloped-signature" />
          <Transform Algorithm="http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315" />
        </Transforms>
        <DigestMethod Algorithm="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#sha1" />
        <DigestValue>vFL68WETQ+mvj1aJAMDx+oVi928=</DigestValue>
      </Reference>
    </SignedInfo>
  </Signature>
</CTe>
```




```
</Reference>
</SignedInfo>
<SignatureValue>IhXNhbdL1F9UGb2ydVc5v/gTB/y6r0KIFaf5evUili ...</SignatureValue>
<KeyInfo>
  <X509Data>
    <X509Certificate>MIIFazCCBF0gAwIBAgIQaHEfNaxSeOEyZG1VDANB ... </X509Certificate>
  </X509Data>
</KeyInfo>
</Signature>
</CTe>
```

Para o processo de assinatura, o contribuinte não deve fornecer a Lista de Certificados Revogados, já que a mesma será montada e validada por cada Portal da Secretaria de Fazenda Estadual no momento da conferência da assinatura digital.

A assinatura digital do documento eletrônico deverá atender aos seguintes padrões adotados:

- a) **Padrão de assinatura:** "XML Digital Signature", utilizando o formato "Enveloped" (<http://www.w3.org/TR/xmlsig-core/>);
- b) **Certificado digital:** Emitido por AC credenciada no ICP-Brasil (<http://www.w3.org/2000/09/xmlsig#X509Data>);
- c) **Cadeia de Certificação:** EndCertOnly (Incluir na assinatura apenas o certificado do usuário final);
- d) **Tipo do certificado:** A1 ou A3 (o uso de HSM é recomendado);
- e) **Tamanho da Chave Criptográfica:** Compatível com os certificados A1 e A3 (1024 bits);
- f) **Função criptográfica assimétrica:** RSA (<http://www.w3.org/2000/09/xmlsig#rsa-sha1>);
- g) **Função de "message digest":** SHA-1 (<http://www.w3.org/2000/09/xmlsig#sha1>);
- h) **Codificação:** Base64 (<http://www.w3.org/2000/09/xmlsig#base64>);
- i) **Transformações exigidas:** Útil para realizar a canonicalização do XML enviado para realizar a validação correta da Assinatura Digital. São elas:
 - (1) Enveloped (<http://www.w3.org/2000/09/xmlsig#enveloped-signature>)
 - (2) C14N (<http://www.w3.org/TR/2001/REC-xml-c14n-20010315>)

3.2.5 Validação de Assinatura Digital pela Secretaria de Fazenda Estadual

Para a validação da assinatura digital, seguem as regras que serão adotadas pelas Secretarias de Fazenda Estaduais:

- (1) Extrair a chave pública do certificado;
- (2) Verificar o prazo de validade do certificado utilizado;
- (3) Montar e validar a cadeia de confiança dos certificados validando também a LCR (Lista de Certificados Revogados) de cada certificado da cadeia;
- (4) Validar o uso da chave utilizada (Assinatura Digital) de tal forma a aceitar certificados somente do tipo A (não serão aceitos certificados do tipo S);
- (5) Garantir que o certificado utilizado é de um usuário final e não de uma Autoridade Certificadora;
- (6) Adotar as regras definidas pelo RFC 3280 para LCRs e cadeia de confiança;
- (7) Validar a integridade de todas as LCR utilizadas pelo sistema;
- (8) Prazo de validade de cada LCR utilizada (verificar data inicial e final).

A forma de conferência da LCR fica a critério de cada Secretaria de Fazenda Estadual, podendo ser feita de 2 (duas) maneiras: On-line ou Download periódico. As assinaturas digitais das mensagens serão verificadas considerando a lista de certificados revogados disponível no momento da conferência da assinatura.



3.2.6 Resumo dos Padrões Técnicos

A tabela a seguir resume os principais padrões de tecnologia utilizados:

Característica	Descrição
Web Services	Padrão definido pelo WS-I Basic Profile 1.1 (http://www.ws-i.org/Profiles/BasicProfile-1.1-2004-08-24.html).
Meio lógico de comunicação	Web Services, disponibilizados pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.
Meio físico de comunicação	Internet
Protocolo Internet	SSL versão 3.0, com autenticação mútua através de certificados digitais.
Padrão de troca de mensagens	SOAP versão 1.2.
Padrão da mensagem	XML no padrão Style/Encoding: Document/Literal.
Padrão de certificado digital	X.509 versão 3, emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, do tipo A1 ou A3, devendo conter o CNPJ do proprietário do certificado digital. Para assinatura de mensagens, utilizar o certificado digital do estabelecimento matriz ou do estabelecimento emissor do CT-e. Para transmissão, utilizar o certificado digital do responsável pela transmissão.
Padrão de assinatura digital	XML Digital Signature, Enveloped, com certificado digital X.509 versão 3, com chave privada de 1024 bits, com padrões de criptografia assimétrica RSA, algoritmo message digest SHA-1 e utilização das transformações Enveloped e C14N.
Validação de assinatura digital	Será validada além da integridade e autoria, a cadeia de confiança com a validação das LCRs.
Padrões de preenchimento XML	<ul style="list-style-type: none">• Campos não obrigatórios do Schema que não possuam conteúdo terão suas tags suprimidas no arquivo XML.• Máscara de números decimais e datas estão definidas no Schema XML.• Nos campos numéricos inteiro, não incluir a vírgula ou ponto decimal.• Nos campos numéricos com casas decimais, utilizar o “ponto decimal” na separação da parte inteira.

3.3 Modelo operacional

A forma de processamento das solicitações de serviços no projeto projeto Conhecimento de Transporte eletrônico pode ser síncrona, caso o atendimento da solicitação de serviço seja realizada na mesma conexão, ou assíncrona, quando o processamento do serviço solicitado não é atendido na mesma conexão, nesta situação torna-se necessária a realização de mais uma conexão para a obtenção do resultado do processamento.

As solicitações de serviços que exigem processamento intenso serão executadas de forma assíncrona e as demais solicitações de serviços de forma síncrona.

Assim, os serviços do CT-e serão implementados da seguinte forma:



Serviço	Implementação
Recepção de CT-e	Assíncrona
Cancelamento de CT-e	Síncrona
Inutilização de Numeração de CT-e	Síncrona
Consulta da situação atual do CT-e	Síncrona
Carta de Correção de CT-e	Síncrona
Consulta do status do serviço	Síncrona

3.3.1 Serviços síncronos

As solicitações de serviços de implementação síncrona são processadas imediatamente e o resultado do processamento é obtido em uma única conexão.

Abaixo, o fluxo simplificado de funcionamento:

Serviço de Implementação síncrona



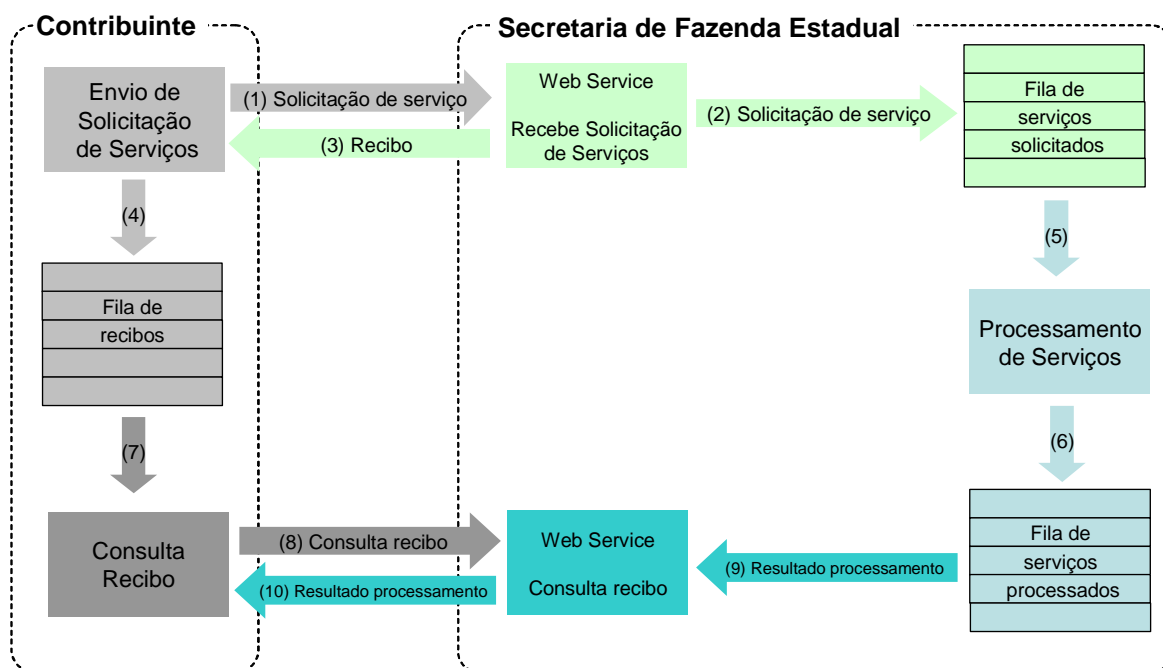
Etapas do processo ideal:

- (1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service;
- (2) O Web Service recebe a mensagem de solicitação de serviço e encaminha ao aplicativo do CT-e que irá processar o serviço solicitado;
- (3) O aplicativo do CT-e recebe a mensagem de solicitação de serviço e realiza o processamento, devolvendo uma mensagem de resultado do processamento ao Web Service;
- (4) O Web Service recebe a mensagem de resultado do processamento e o encaminha ao aplicativo do contribuinte;
- (5) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

3.3.2 Serviços assíncronos

As solicitações de serviços de implementação assíncrona são processadas de forma distribuída por vários processos e o resultado do processamento somente é obtido na segunda conexão.

Abaixo, o fluxo simplificado de funcionamento:

Serviço de Implementação assíncrona

Etapas do processo ideal:

- (1) O aplicativo do contribuinte inicia a conexão enviando uma mensagem de solicitação de serviço para o Web Service de recepção de solicitação de serviços;
- (2) O Web Service de recepção de solicitação de serviços recebe a mensagem de solicitação de serviço e a coloca na fila de serviços solicitados, acrescentando o CNPJ do transmissor obtido do certificado digital do transmissor;
- (3) O Web Service de recepção de solicitação de serviços retorna o recibo da solicitação de serviço e a data e hora de recebimento da mensagem no Web Service;
- (4) O aplicativo do contribuinte recebe o recibo e o coloca na fila de recibos de serviços solicitados e ainda não processados e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão;
- (5) Na Secretaria de Fazenda Estadual a solicitação de serviços é retirada da fila de serviços solicitados pelo aplicativo do CT-e;
- (6) O serviço solicitado é processado pelo aplicativo do CT-e e o resultado do processamento é colocado na fila de serviços processados;
- (7) O aplicativo do contribuinte retira um recibo da fila de recibos de serviços solicitados;
- (8) O aplicativo do contribuinte envia uma consulta de recibo, iniciando uma conexão com o Web Service "Consulta Recibo (CTeRetRecepcao)";
- (9) O Web Service "Consulta Recibo" recebe a mensagem de consulta recibo e localiza o resultado de processamento da solicitação de serviço;
- (10) O Web Service "Consulta Recibo (CTeRetRecepcao)" devolve o resultado do processamento ao aplicativo contribuinte;
- (11) O aplicativo do contribuinte recebe a mensagem de resultado do processamento e, caso não exista outra mensagem, encerra a conexão.

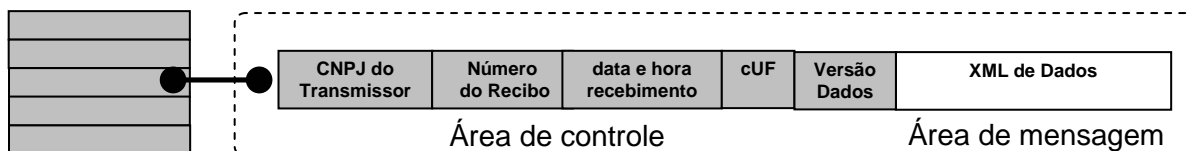
3.3.3 Filas e Mensagens

As filas de mensagens de solicitação de serviços são necessárias para a implementação do processamento assíncrono das solicitações de serviços.

As mensagens de solicitações de serviços no processamento assíncrono são armazenadas em uma fila de entrada.

Para ilustrar como as filas armazenam as informações, observe o diagrama a seguir:

Estrutura de um item da fila:



A estrutura de um item é composta pela área de controle (identificador) e pela área de detalhe que contém a mensagem XML. As seguintes informações são adotadas como atributos de controle:

- **CNPJ do transmissor:** CNPJ da empresa que enviou a mensagem que não necessita estar vinculado ao CNPJ do estabelecimento emissor do CT-e. Somente o transmissor da mensagem terá acesso ao resultado do processamento das mensagens de solicitação de serviços;
- **Recibo de entrega:** Número seqüencial único atribuído para a mensagem pela Secretaria de Fazenda Estadual. Este atributo identifica a mensagem de solicitação de serviços na fila de mensagem;
- **Data e hora de recebimento da mensagem:** Data e hora local do instante de recebimento da mensagem atribuída pela Secretaria de Fazenda Estadual. Este atributo é importante como parâmetro de desempenho do sistema, eliminação de mensagens, adoção do regime de contingência, etc. O tempo médio de resposta é calculado com base neste atributo;
- **cUF:** Código da UF (na codificação utilizada pelo IBGE) de origem do emissor do CT-e informada no campo cUF do elemento cteCabecMsg do SOAP Header. O atributo é importante para a implementação da SEFAZ Virtual e identificação da UF de origem da mensagem;
- **versaoDados:** Versão do leiaute da mensagem existente na área de dados. O atributo é utilizado para validação de schema XML do XML de dados e verificar a vigência da versão informada.

Para processar as mensagens de solicitações de serviços, a aplicação do CT-e irá retirar a mensagem da fila de entrada de acordo com a ordem de chegada, devendo armazenar o resultado do processamento da solicitação de serviço em uma fila de saída.

A fila de saída terá a mesma estrutura da fila de entrada, a única diferença será no conteúdo do detalhe da mensagem que contém o resultado do processamento da solicitação de serviço em formato XML.

O tempo médio de resposta que mede a performance do serviço de processamento dos lotes é calculado com base no tempo decorrido entre o momento de recebimento da mensagem e o momento de armazenamento do resultado do processamento da solicitação de serviço na fila de saída.

Nota: O termo fila é utilizado apenas para designar um repositório de recibos emitidos. A implementação da fila poderá ser feita através de Banco de Dados ou qualquer outra forma, sendo



transparente ao contribuinte que realizará a consulta do processamento efetuado (processos assíncronos).

3.4 Padrão de mensagens dos Web Services

As chamadas dos Web Services disponibilizados pelas Secretarias de Fazenda Estaduais ou Receita Federal do Brasil e os respectivos resultados do processamento são realizadas através das mensagens com o seguinte padrão:

Padrão de Mensagem de chamada/retorno de Web Service

cUF	versaoDados	Estrutura XML definida na documentação do Web Service
-----	-------------	---

Elemento cteCabecMsg (SOAP Header)

Área de dados (SOAP Body)

- **cUF** – código da UF de origem da mensagem.
- **versaoDados** - versão do leiaute da estrutura XML informado na área de dados.
- **Área de Dados** – estrutura XML variável definida na documentação do Web Service acessado.

3.4.1 Informações de controle e área de dados das mensagens

As informações de controle das chamadas dos Web Services são armazenadas no elemento cteCabecMsg do SOAP Header e servem para identificar a UF de origem do emissor e a versão do leiaute da estrutura XML armazenada na área de dados da mensagem:

```
<soap12:Header>
  <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">
    <cUF>string</cUF>
    <versaoDados>string</versaoDados>
  </cteCabecMsg>
</soap12:Header>
```

A informação armazenada na área de dados é um documento XML que deve atender o leiaute definido na documentação do Web Service acessado:

```
<soap12:Body>
  <cteDadosMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">xml</cteDadosMsg>
</soap12:Body>
```

3.4.2 Validação da estrutura XML das Mensagens dos Web Services

As informações são enviadas ou recebidas dos Web Services através de mensagens no padrão XML definido na documentação de cada Web Service.

As alterações de leiaute e da estrutura de dados XML realizadas nas mensagens são controladas através da atribuição de um número de versão para a mensagem.

Um Schema XML é uma linguagem que define o conteúdo do documento XML, descrevendo os seus elementos e a sua organização, além de estabelecer regras de preenchimento de conteúdo e de obrigatoriedade de cada elemento ou grupo de informação.



A validação da estrutura XML da mensagem é realizada por um analisador sintático (parser) que verifica se a mensagem atende as definições e regras de seu Schema XML.

Qualquer divergência da estrutura XML da mensagem em relação ao seu Schema XML, provoca um erro de validação do Schema XML.

A primeira condição para que a mensagem seja validada com sucesso é que ela seja submetida ao Schema XML correto.

Assim, os aplicativos do contribuinte devem estar preparados para gerar as mensagens no leiaute em vigor, devendo ainda informar a versão do leiaute da estrutura XML da mensagem no campo versaoDados do elemento cteCabecMsg do SOAP Header.

```
<soap12:Header>
  <cteCabecMsg xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte/wsd/CteRecepcao">
    <cUF>35</cUF>
    <versaoDados>1.00</versaoDados>
  </cteCabecMsg>
</soap12:Header>
```

3.4.3 Schemas XML das Mensagens dos Web Services

Toda mudança de leiaute das mensagens dos Web Services implica na atualização do seu respectivo Schema XML.

A identificação da versão dos Schemas será realizada com o acréscimo do número da versão no nome do arquivo precedida da literal ‘_v’, como segue:

cte_v1.00.xsd (Schema XML do CTe, versão 1.00);

tiposBasico_v10.15.xsd (Schema XML dos tipos básicos do CTe, versão 10.15).

A maioria dos Schemas XML do CT-e utilizam as definições de tipos básicos ou tipos complexos que estão definidos em outros Schemas XML (ex.: tiposBasico_v1.00.xsd, etc.), nestes casos, a modificação de versão do Schema básico será repercutida no Schema principal.

Por exemplo, o tipo numérico de 15 posições com 2 decimais é definido no Schema tiposBasico_v1.01.xsd, caso ocorra alguma modificação na definição deste tipo, todos os Schemas que utilizam este tipo básico devem ter a sua versão atualizada e as declarações “import” ou “include” devem ser atualizadas com o nome do Schema básico atualizado.

Exemplo de Schema XML

```
<?xml version="1.0" encoding="UTF-8"?>
<xs:schema xmlns:ds="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#" xmlns:xs="http://www.w3.org/2001/XMLSchema"
  xmlns="http://www.portalfiscal.inf.br/cte" targetNamespace="http://www.portalfiscal.inf.br/cte"
  elementFormDefault="qualified" attributeFormDefault="unqualified">
  <xs:import namespace="http://www.w3.org/2000/09/xmldsig#" schemaLocation="xmldsig-core-
  schema_v1.01.xsd"/>
  <xs:include schemaLocation="tiposBasico_v1.01.xsd"/>
  <xs:element name="CTe">
    <xs:annotation>
      <xs:documentation>Conhecimento de Transporte Eletrônico</xs:documentation>
    </xs:annotation>
```

As modificações de leiaute das mensagens dos Web Services podem ser causadas por necessidades técnicas ou em razão da modificação de alguma legislação. As modificações decorrentes de alteração da legislação deverão ser implementadas nos prazos previstos no ato normativo que introduziu a alteração. As modificações de ordem técnica serão divulgadas pela Coordenação Técnica do ENCAT e poderão ocorrer sempre que se fizerem necessárias.



3.5 Versão dos Schemas

3.5.1 Liberação das versões dos Schemas para o Projeto do CT Eletrônico

Os schemas válidos para o Projeto do Conhecimento de Transporte Eletrônico serão disponibilizados no site nacional do Projeto (www.cte.fazenda.gov.br), e serão liberados após autorização da equipe de Gestão do Projeto formada pelos Líderes dos Projetos nos Estados e representante das Empresas.

A cada nova liberação será disponibilizado um arquivo compactado contendo o conjunto de schemas a serem utilizados pelas empresas para a geração dos arquivos XML. Este arquivo será denominado “Pacote de Liberação” e terá a mesma numeração da versão do Manual de Integração que lhe é compatível. Os pacotes de liberação serão identificados pelas letras “PL_CTe”, seguida do número da versão do Manual de Integração correspondente. Exemplificando: O pacote PL_CTe_1.00.zip representa o “Pacote de Liberação” de schemas do Conhecimento de Transporte eletrônico compatíveis com o Manual de Integração do Contribuinte – versão 1.00.

Os schemas XML das mensagens XML do projeto são identificados pelo seu nome, seguido da versão do respectivo schema.

Assim, para o schema XML de “Envio de Lotes de Conhecimento de Transporte eletrônico”, corresponderá um arquivo com a extensão “.xsd”, que terá o nome de “cteEnvLote_v9.99.xsd”, onde v9.99, corresponde a versão do respectivo schema.

Para identificar quais os schemas que sofreram alteração em um determinado pacote liberado, deve-se comparar o número da versão do schema deste pacote com o do pacote anterior.

Exemplificando:

PACOTE	PL_CTe_1.00.ZIP	PL_CTe_1.01.ZIP
DATA LIBERAÇÃO	01/04/2008	01/06/2008
SCHEMAS	cteEnvLote_v1.00.xsd	cteEnvLote_v1.30.xsd
	inutCTe_v1.00.xsd	inutCTe_v1.00.xsd
	cancCTe_v1.00.xsd	cancCTe_v1.00.xsd
	tiposBasico_v1.00.xsd	tiposBasico_v1.01.xsd

3.5.2 Pacote de Liberação Preliminar

Após a divulgação de uma nova versão do Manual de Integração do Contribuinte, será divulgado um pacote de liberação preliminar com vigência limitada até o início da fase de disponibilização do ambiente de homologação.

Durante este período, os novos Schemas XML serão avaliados e testados para a identificação de eventuais falhas de implementação das alterações realizadas no Manual de Integração do Contribuinte.

O PL preliminar será identificado com o acréscimo da literal ‘pre’ na identificação do pacote, como por exemplo: PL_CTe_1.00pre.zip.

3.5.3 Pacote de Liberação de Homologação e Pacote de liberação definitivo

Para o ambiente de homologação será divulgado um pacote de liberação de homologação que será identificado com o acréscimo da literal ‘hom’ na identificação do pacote, como por exemplo: PL_CTe_100hom.zip.



A principal característica do pacote de liberação de homologação é seu uso estar restrito ao ambiente de homologação por aceitar somente mensagens XML com tpAmb=2-homologação.

O pacote de liberação definitivo será divulgado na véspera da data de início da vigência do ambiente de produção.

3.5.4 Correção de Pacote de Liberação

Em algumas situações pode surgir a necessidade de correção de um Schema XML por um erro de implementação de regra de validação, obrigatoriedade de campo, nome de tag divergente do definido no leiaute da mensagem, que não modifica a estrutura do Schema XML e nem exige a alteração dos aplicativos da SEFAZ ou dos contribuintes.

Nesta situação, divulgaremos um novo pacote de liberação com o Schema XML corrigido, sem modificar o número da versão do PL para manter a compatibilidade com o Manual de Integração do Contribuinte vigente.

A identificação dos pacotes mais recentes se dará com o acréscimo de letras minúscula do alfabeto, como por exemplo: CTe_PL_1.00a.ZIP, indicando que se trata da primeira versão corrigida do CTe_PL_1.00.ZIP

3.5.5 Divulgação de novos Pacotes de Liberação

A divulgação de novos pacotes de liberação ou atualizações de pacote de liberação será realizada através da publicação de Notas Técnicas no Portal Nacional do CT-e (www.nfe.fazenda.gov.br) com as informações necessárias para a implementação dos novos pacotes de liberação.

3.5.6 Controle de Versão

O controle de versão de cada um dos schemas válidos para o Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico compreende uma definição nacional sobre:

- qual a versão vigente (versão mais atualizada);
- quais são as versões anteriores ainda suportadas por todas as SEFAZ.

Este controle de versões permite a adaptação dos sistemas de informática das empresas participantes do Projeto em diferentes datas. Ou seja, algumas empresas poderão estar com uma versão de leiaute mais atualizada, enquanto outras empresas poderão ainda estar operando com mensagens em um leiaute anterior.

Não estão previstas mudanças freqüentes de leiaute de mensagens e as empresas deverão ter um prazo razoável para implementar as mudanças necessárias, conforme acordo operacional a ser estabelecido.

Mensagens recebidas com uma versão de leiaute não suportada serão rejeitadas com uma mensagem de erro específica na versão do leiaute de resposta mais recente em uso.

3.6 SEFAZ VIRTUAL

As Secretarias da Fazenda Estadual podem optar por não desenvolver sistemas próprios de autorização da emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico para os Contribuintes da sua



jurisdição. Neste caso, os serviços da autorização de emissão do CT-e serão supridos por uma SEFAZ VIRTUAL, através de um Protocolo de cooperação assinado entre as SEFAZ e/ou entre a SEFAZ e a RFB.

Os serviços da SEFAZ VIRTUAL compreendem os Web Services descritos no Modelo Conceitual da Arquitetura de Comunicação, conforme consta no item 3.1 do Manual de Integração com o Contribuinte,

A responsabilidade sobre o credenciamento e sobre a autorização para o contribuinte usar os serviços de uma determinada SEFAZ VIRTUAL, é da SEFAZ de circunscrição do contribuinte.

Para os sistemas das Empresas, deve ser totalmente transparente se os serviços estão sendo disponibilizados pela SEFAZ VIRTUAL ou por um sistema de autorização da própria SEFAZ de circunscrição do contribuinte. A única mudança visível é no endereço dos Web Services onde ficam disponibilizados os serviços.

4. Web Services

Os Web Services disponibilizam os serviços que serão utilizados pelos aplicativos dos contribuintes. O mecanismo de utilização dos Web Services segue as seguintes premissas:

a) Será disponibilizado um Web Service por serviço, existindo um método para cada tipo de serviço;

b) Para os serviços assíncronos, o método de envio retorna uma mensagem de confirmação de recebimento da solicitação de serviço com o recibo e a data e hora local de recebimento da solicitação ou retorna uma mensagem de erro.

As Secretarias de Fazenda Estaduais se comprometem a processar os lotes de conhecimentos de transportes recebidas em até 3 minutos em no mínimo 95% do total do volume recebido no período de 24 horas. Este indicador de performance será constantemente avaliado e aperfeiçoado pelo Comitê Gestor e os contribuintes emissores de CT-e.

A qualquer momento as empresas poderão verificar a performance do serviço de processamento dos lotes, verificando o tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos. A empresa poderá optar por entrar em contingência, ou seja, emitir o DANFE em formulário de segurança, caso julgue que o tempo de resposta não é aceitável.

No recibo de recepção do lote, também será informado o tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos.

Cada Portal de Secretaria de Fazenda Estadual disponibilizará o resultado do processamento do lote por um período mínimo de 24 horas (cteConsLote). Após o término do processamento, a informação da situação atual de cada conhecimento de transporte será disponibilizada para consulta individual (consSitCTe).

c) Para os serviços síncronos, o envio da solicitação e a obtenção do retorno serão realizados na mesma conexão através de um único método.

d) As URLs dos Web Services encontram-se no Anexo IV deste manual e no Portal do Ambiente Nacional (www.nfe.fazenda.gov.br). Acessando a URL pode ser obtido o WSDL (Web Services Description Language) de cada Web Service.

e) O processo de utilização dos Web Services sempre é iniciado pelo contribuinte enviando uma mensagem nos padrões XML e SOAP, através do protocolo SSL com autenticação mútua.

f) A ocorrência de qualquer erro na validação dos dados recebidos interrompe o processo com a disponibilização de uma mensagem contendo o código e a descrição do erro.

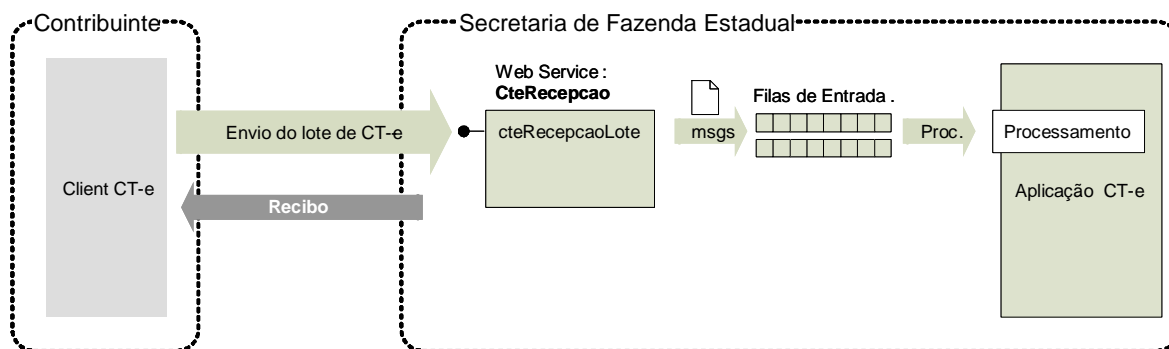
4.1 Serviço de Recepção de CT-e

O Serviço de Recepção de CT-e é o serviço oferecido pelos Portais das Secretarias da Fazenda dos Estados para recepção dos CT-e emitidos pelos contribuintes credenciados em sua unidade federada.

A forma de processamento do serviço de recepção de CT-e é assíncrona. O contribuinte deve transmitir o lote de CT-e através do Web Service de recepção de lote de CT-e e buscar o resultado do processamento do Lote de CT-e no Web Service de consulta resultado de processamento de lote

4.1.1 Web Service – CteRecepcao

Transmissão de Lote de CT-e



Função: serviço destinado à recepção de mensagens de lote de CT-e.

Processo: assíncrono.

Método: cteRecepcaoLote

4.1.2 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML com o lote de conhecimento de transporte

Schema XML: enviCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AP01	enviCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
AP02	Versão	A	AP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
AP03	idLote	E	AP01	N	1-1	1-15		Identificador de controle do envio do lote. Número seqüencial auto-incremental, de controle correspondente ao identificador único do lote enviado. A responsabilidade de gerar e controlar esse número é exclusiva do contribuinte.
AP04	CTe	G	AP01	xml	1-50	-		Conjunto de CT-es transmitidos (máximo de 50 CT-e), seguindo definição do Anexo I - Leiaute do CT-e. O tamanho máximo do lote de 500k pode limitar a quantidade máxima de CT-e também).

4.1.3 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com a mensagem do resultado da transmissão.

**Schema XML: retEnvicTe_v99.99.xsd**

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
AR01	retEnvicTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
AR02	versao	A	AR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
AR03	tpAmb	E	AR01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
AR03a	cUF	E	AR01	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
AR04	verAplic	E	AR01	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
AR05	cStat	E	AR01	N	1-1	3		Código do status da resposta (vide item 5.1.1)
AR06	xMotivo	E	AR01	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta
AR07	infRec	G	AR01	-	0-1	-		Dados do Recibo do Lote (Só é gerado se o Lote for aceito)
AR08	nRec	E	AR07	N	1-1	15		Número do Recibo gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, composto por duas posições com o Código da UF (codificação do IBGE) onde foi entregue o Lote, uma posição para o Tipo de Autorizador e doze posições numéricas sequenciais (vide item 5.5)
AR09	dhRecbto	E	AR07	D	1-1	-		Data e Hora do Recebimento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora do recebimento do lote.
AR10	tMed	E	AR07	N	1-1	N	1-4	Tempo médio de resposta do serviço (em segundos) dos últimos 5 minutos (vide item 5.7). Nota: Caso o tempo médio de resposta fique abaixo de 1 (um) segundo, o tempo será informado como 1 segundo. Arredondar as frações de segundos para cima.

As mensagens recebidas com erro geram uma mensagem de erro. Nas demais hipóteses será retornado um recibo com número, data, hora local de recebimento e tempo médio de resposta do serviço nos últimos 5 minutos.

O número do recibo gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual será a chave de acesso do serviço de consulta ao resultado do processamento do lote.

4.1.4 Descrição do Processo de Recepção de Lotes de CT-e

Este método será responsável por receber as mensagens de envio de lotes de CT-e e colocá-las na fila de entrada.

Existe um limite de até 50 CT-e por lote. O agrupamento destes CT-e dentro do lote deve ser feito, por uma restrição operacional e de controle, respeitando a regra em que todos os CT-e do lote devam ser do mesmo estabelecimento (mesmo CNPJ e IE do emitente).

O tamanho máximo do lote de CT-e é limitado em 500k, assim o contribuinte deve compor um lote de envio de CT-e que não ultrapasse este limite, mesmo que a quantidade de CT-e do lote esteja dentro do limite de 50 conhecimentos.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.1.5 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito



A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-Brasil" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.1.6 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

**4.1.7 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service**

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no campo cUF é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando o lote recebido em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O campo versaoDados contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que deve ser utilizado pelo Servidor de Processamento da CT-e na validação do Schema XML do lote. Cabe ressaltar que um lote deve conter somente CT-e da mesma versão.

4.1.8 Geração da Resposta com o Recibo

Não existindo qualquer problema nas validações acima referidas, o aplicativo deverá gerar um número de recibo (vide item 5.5) e gravar a mensagem, juntamente com o número do recibo, o CNPJ do transmissor, versão da mensagem e o código da UF de origem.

Após a gravação da mensagem na fila de entrada será retornada uma mensagem de confirmação de recebimento para o transmissor, com as seguintes informações:

- a identificação do ambiente;
- a versão do aplicativo;
- o código 103 e o literal "Lote recebido com Sucesso";
- o código da UF que atendeu a solicitação;
- o número do recibo (vide item 5.5), com data, hora local de recebimento da mensagem;
- tempo médio de resposta do serviço de processamento dos lotes nos últimos 5 minutos (vide detalhamento da forma de cálculo no item 5.7).

Caso ocorra algum problema de validação, o aplicativo deverá retornar uma mensagem com as seguintes informações:

- a identificação do ambiente;
- a versão do aplicativo;
- o código e a respectiva mensagem de erro (vide a tabela do item 5.1.1);
- o código da UF que atendeu a solicitação;

4.1.9 Descrição do Processamento do Lote de CT-e



O processamento de Lote de CT-e recebida é realizada pelo Servidor de Processamento de CT-e que consome as mensagens armazenadas na fila de entrada pelo método CteRecepcao e faz a validação de forma e das regras de negócios e armazena o resultado do processamento na fila de saída.

4.1.10 Validação da área de Dados

a) Validação de forma da área de dados

A validação de forma da área de dados da mensagem é realizada com a aplicação da seguinte regra:

Validação da área de dados da mensagem				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	225	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.
D04	O lote contém CT-e de mais de um estabelecimento emissor (considerar o CNPJ e IE do emitente de cada CT-e)	Obrig.	457	Rej.

Como a validação do Schema XML é realizada em toda mensagem de entrada, a existência de um erro em um CT-e implica na rejeição de todo o lote.

b) Validação do Certificado Digital de Assinatura

A seguir são extraídas todas CT-e das mensagens de envio de lote e validadas as seguintes regras de negócios para cada CT-e:

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.
E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR ou LCR inexistente	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

c) Validação da Assinatura Digital



Validação da Assinatura Digital do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

d) Validação de regras de negócios do CT-e

Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
G02	Código da UF do Emitente difere da UF do Web Service	Obrig.	226	Rej.
G03	Sigla da UF do Emitente difere da UF do Web Service	Obrig.	247	Rej.
G03c	Processo de emissão informado inválido (diferente de 0 ou 3)	Obrig.	494	Rej.
G04	Campo ID inválido - Falta literal "CTe" - Chave de Acesso do campo ID difere da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	227	Rej.
G05	Dígito Verificador inválido da Chave de acesso resultante da concatenação dos campos correspondentes	Obrig.	253	Rej.
G05a	Se finalidade do CT-e= 0 (Normal): deve existir o grupo de CT-e Normal	Obrig.	458	Rej.
G05b	Se finalidade do CT-e= 1 (Complemento): deve existir o grupo de CT-e Complementar	Obrig.	459	Rej.
G05c	Tomador do serviço informado como remetente, mas inexiste remetente	Obrig.	460	Rej.
G05d	Tomador do serviço informado como expedidor, mas inexiste expedidor	Obrig.	461	Rej.
G05e	Tomador do serviço informado como recebedor, mas inexiste recebedor	Obrig.	462	Rej.
G05f	Tomador do serviço informado como destinatário, mas inexiste destinatário	Obrig.	463	Rej.
G05g	CT-e normal e modal = rodoviário, mas inexiste o grupo do modal	Obrig.	464	Rej.
G05h	CT-e normal e modal = aéreo, mas inexiste o grupo do modal	Obrig.	465	Rej.
G05i	CT-e normal e modal = aquaviário, mas inexiste o grupo do modal	Obrig.	466	Rej.
G05j	CT-e normal e modal = ferroviário, mas inexiste o grupo do modal	Obrig.	467	Rej.
G05k	CT-e normal e modal = dutoviário, mas inexiste o grupo do modal	Obrig.	468	Rej.
G05l	Remetente não informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário	Obrig.	469	Rej.
G05m	Destinatário não informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário	Obrig.	470	Rej.
G05n	Expedidor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário	Obrig.	474	Rej.
G05o	Recebedor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário	Obrig.	475	Rej.
G05p	O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o expedidor	Obrig.	476	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G05q	O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o recebedor	Obrig.	477	Rej.
G05r	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): deve existir o grupo de CT-e de Anulação	Obrig.	496	Rej.
G05s	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): somente o emissor pode anular o CT-e	Obrig.	565	Rej.
G05t	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): definir necessidade de validação dos demais envolvidos	Obrig.		Rej.
G05u	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação deve existir	Obrig.	497	Rej.
G05v	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto da anulação existente deve estar com a situação autorizado o uso	Obrig.	498	Rej.
G05w	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o tipo de emissão deve ser normal	Obrig.	499	Rej.
G05x	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o CT-e objeto de anulação deve ter finalidade = 0 (Normal)	Obrig.	500	Rej.
G05y	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): a data de emissão do CT-e de anulação deve ocorrer em até 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação) da data de emissão do CT-e objeto de anulação.	Obrig.	501	Rej.
G05z	Se finalidade do CT-e= 2 (Anulação): o valor do ICMS deve ser 0 (zero)	Obrig.	502	Rej.
G05A	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): o tipo de emissão deve ser normal	Obrig.	503	Rej.
G05B	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): deve existir o grupo de CT-e Normal	Obrig.	504	Rej.
G05C	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição): deve existir o grupo de informações adicionais do CT-e de substituição	Obrig.	505	Rej.
G05D	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição) e existir CT-e informado no grupo de informações adicionais, este CT-e Anulação deve ser do emissor ou do tomador	Obrig.	506	Rej.
G05E	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição) e existir CT-e informado no grupo de informações adicionais, este CT-e de Anulação deve estar autorizado	Obrig.	507	Rej.
G05F	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição) e tomador contribuinte do ICMS (existe um CT-e emitido pelo tomador, NF-e ou DF em papel informado): o CT-e substituído deve estar com a situação autorizada	Obrig.	508	Rej.
G05G	Se finalidade do CT-e= 3 (Substituição) e tomador não contribuinte (o CT-e foi emitido pelo próprio emitente): o CT-e substituído deve estar com a situação anulada (falta criar a situação)	Obrig.	509	Rej.
G05H	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do emitente do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	510	Rej.
G05I	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do remetente do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	511	Rej.
G05J	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do destinatário do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	512	Rej.
G05K	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do expedidor do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	550	Rej.
G05L	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do recebedor do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	551	Rej.
G05M	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): CNPJ do tomador do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	552	Rej.
G05N	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do emitente do CT-e substituído deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	553	Rej.
G05O	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do remetente do CT-e	Obrig.	554	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
	substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído			
G05P	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	555	Rej.
G05Q	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do receptor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	556	Rej.
G05R	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	557	Rej.
G05S	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): IE do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	558	Rej.
G05T	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): UF de início da prestação do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	559	Rej.
G05U	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): UF de fim da prestação do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	560	Rej.
G05V	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): o valor da prestação do serviço do CT-e substituto deve ser menor ou igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	561	Rej.
G05W	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): o valor ICMS do CT-e substituto deve ser menor ou igual ao informado no CT-e substituído	Obrig.	562	Rej.
G05X	Se finalidade do CT-e=3 (Substituição): a data de emissão do CT-e de anulação deve ocorrer em até 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação) da data de emissão do CT-e objeto substituição	Obrig.	563	Rej.
G06	CNPJ Emitente inválido (dígito controle, zeros ou nulo)	Obrig.	207	Rej.
G07	IE Emitente não informada (zeros ou nulo)	Obrig.	229	Rej.
G08	IE Emitente inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	209	Rej.
G09	Acessar Cadastro Contribuinte p/ Emitente: - CNPJ emitente não cadastrado	Facult.	245	Rej.
G10	- Emitente não credenciado	Obrig.	203	Rej.
G11	- IE Emitente não cadastrada	Facult.	230	Rej.
G12	- IE Emitente não vinculada ao CNPJ	Obrig.	231	Rej.
G13	- Emitente em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Obrig.	301 ou 205	Den.
G14	Data de Emissão posterior a data de recebimento (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação)	Obrig.	212	Rej.
G15	Data de Emissão ocorrida há mais de 60 dias, ou outro limite conforme critério definido pela SEFAZ (a SEFAZ Virtual deve considerar a hora local do emissor para a validação)	Obrig.	228	Rej.
G16	CNPJ Remetente informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	415	Rej.
G17	CPF Remetente informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	416	Rej.
G18	Remetente informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	417	Rej.
G19	Remetente informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da	Obrig.	418	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
	UF é compatível com a sigla da UF informada)			
G20	IE Remetente informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	419	Rej..
G21	Se o Remetente informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Remetente: . Se CNPJ Remetente informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	420	Rej.
G22	. IE Remetente informada: IE não cadastrada	Facult.	421	Rej.
G23	. IE e CNPJ Remetente informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	422	Rej.
G24	. CNPJ ou IE Remetente informado: Remetente em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	302 ou 205	Den.
G25	CNPJ Destinatário informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	208	Rej.
G26	CPF Destinatário informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	237	Rej.
G27	Destinatário informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	423	Rej.
G28	Destinatário informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	424	Rej.
G29	IE Destinatário informado: IE inválida (erro no dígito de controle ou conteúdo diferente de "ISENTO") Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	210	Rej.
G30	Se o Destinatário informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Destinatário: . Se CNPJ Destinatário informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	425	Rej.
G31	. IE Destinatário informada: IE não cadastrada	Facult.	426	Rej.
G32	. IE e CNPJ Destinatário informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	427	Rej.
G33	. CNPJ ou IE Destinatário informado: Destinatário em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	303 ou 205	Den.
G34	CNPJ Expedidor informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	428	Rej.
G35	CPF Expedidor informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	429	Rej.
G36	Expedidor informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	430	Rej.
G37	Expedidor informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	431	Rej.
G38	IE Expedidor informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário.	Obrig.	432	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
	Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.			
G39	Se o Expedidor for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Expedidor: . Se CNPJ Expedidor informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	433	Rej.
G40	. IE Expedidor informada: IE não cadastrada	Facult.	434	Rej.
G41	. IE e CNPJ Expedidor informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	435	Rej.
G42	. CNPJ ou IE Expedidor informado: Expedidor em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	304 ou 205	Den.
G43	CNPJ Recebedor informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	436	Rej.
G44	CPF Recebedor informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	437	Rej.
G45	Recebedor informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	438	Rej.
G46	Recebedor informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	439	Rej.
G47	IE Recebedor informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	440	Rej.
G48	Se Recebedor informado for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Recebedor: . Se CNPJ Recebedor informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	441	Rej.
G49	. IE Recebedor informada: IE não cadastrada	Facult.	442	Rej.
G50	. IE e CNPJ Recebedor informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	443	Rej.
G51	. CNPJ ou IE Recebedor informado: Recebedor em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	305 ou 205	Den.
G52	CNPJ Tomador informado: CNPJ inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	444	Rej.
G53	CPF Tomador informado: CPF inválido (dígito de controle, zeros)	Obrig.	445	Rej.
G54	Tomador informado: Código Município inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	446	Rej.
G55	Tomador informado: Município diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	447	Rej.
G56	IE Tomador informado: IE inválida (erro no dígito de controle) Obs.: Antes da validação, a IE deverá ser normalizada, na aplicação da SEFAZ, com o acréscimo de zeros não significativos previstos na definição do formato da IE se necessário. Ex.: IE informada 130000019, formato da IE: NNNNNNNNNND, a IE deve ser padronizada para 00130000019, com o acréscimo dos zeros não significativos necessários para a validação do dígito verificador.	Obrig.	448	Rej.
G57	Se o Tomador do serviço for contribuinte do ICMS na UF autorizadora: - Acessar Cadastro Contribuinte p/ Tomador: . Se CNPJ Tomador informado: CNPJ não cadastrado	Facult.	449	Rej.



Validação do CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
G58	. IE Tomador informada: IE não cadastrada	Facult.	489	Rej.
G59	. IE e CNPJ Tomador informados: IE não vinculada ao CNPJ	Facult.	490	Rej.
G60	. CNPJ ou IE Tomador informado: Tomador em situação irregular perante o Fisco (tratar duplicidade na inserção do CT-e, evitando a inserção de mais de um CT-e denegado)	Facult.	306 ou 205	Den.
G61	Inscr. SUFRAMA do Destinatário informada: verificar dígito controle	Obrig.	235	Rej.
G62	Inscr. SUFRAMA informada: verificar UF destinatário = AC-Acre, ou AM-Amazonas, ou RO-Rondônia, ou RR-Roraima, ou AP-Amapá (só para municípios 1600303-Macapá e 1600600-Santana)	Obrig.	251	Rej.
G63	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - CT-e já cadastrado e não Cancelado/Denegado	Obrig.	204	Rej.
G64	- Verificar se CT-e já está Cancelado	Obrig.	218	Rej.
G65	- Verificar se CT-e já está Denegado	Obrig.	205	Rej.
G66	Acesso BD CTE-Inutilização - Verificar Número do CT-e Inutilizado	Obrig.	206	Rej.
G67	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se foi informado pelo menos um CT-e ou CTRC referenciado	Obrig.	254	Rej.
G68	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se o(s) Conhecimento(s) referenciados (eletrônico ou normal) são emitidos pelo mesmo CNPJ.	Obrig.	269	Rej.
G69	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se existe(m) o(s) CT-e referenciado(s). Acesso BD CTE (Chave: Ano, Mês, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Facult.	267	Rej.
G70	Se finalidade do CT-e = 1 (CT-e complementar): verificar se o(s) CT-e referenciado(s) é (são) normal(is). Acesso BD CTE (Chave: Ano, Mês, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro)	Facult.	491	Rej.
G71	Código Município de emissão do CT-e inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	492	Rej.
G72	Município de emissão do CT-e diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	493	Rej.
G73	Código Município de início da prestação inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	455	Rej.
G74	Município de início da prestação diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	456	Rej.
G75	Código Município de término da prestação inválido (dígito de controle), vide item 2.1 do Anexo III.	Facult.	413	Rej.
G76	Município de término da prestação diverge da UF (verificar se as 2 posições da esquerda do código de município que identifica o código da UF estão de acordo com a sigla da UF informada)	Obrig.	414	Rej.

Nota: No caso de envio de lote para a SEFAZ VIRTUAL, todos os CT-e do Lote deverão ser da mesma UF. Para a SEFAZ VIRTUAL, deverá ser verificado se todos os CT-e são da mesma UF do primeiro CT-e do Lote. Em caso negativo, rejeitar o Lote de CT-e com erro “408-REJEIÇÃO: Lote com CT-e de diferentes UF”.



4.1.11 Final do Processamento do Lote

A validação do CT-e poderá resultar em:

- **Rejeição** – o CT-e será descartado, não sendo armazenado no Banco de Dados podendo ser corrigido e novamente transmitido;
- **Autorização de uso** – o CT-e será armazenado no Banco de Dados;
- **Denegação de uso** – o CT-e será armazenado no Banco de Dados com esse status nos casos de irregularidade fiscal do emitente, do remetente, do destinatário, do expedidor, do recebedor ou do tomador. Cabe ressaltar que a validação da situação fiscal do remetente, do destinatário, do expedidor, do recebedor ou do tomador são facultativas e deve aguardar um prazo para a sua implementação.

Ou seja:

Validação			Consequência		
de forma do CT-e	da situação fiscal do Emitente	da situação fiscal do: Remetente, Destinatário, Expedidor, Recebedor ou Tomador (a critério da UF)	Situação do CT-e	Para o contribuinte	Banco de Dados
Inválida	Irrelevante	Irrelevante	Rejeição	Corrigir CT-e	Não gravar
Válida	Irregular	Irrelevante	Denegação de uso	A prestação não poderá ser realizada	Gravar
Válida	Regular	Irregular (de qualquer personagem)	Denegação de uso	A prestação não poderá ser realizada	Gravar
Válida	Regular	Regular	Autorização de uso	A prestação é autorizada	Gravar

Para cada CT-e autorizado ou denegado será atribuído um número de protocolo da Secretaria de Fazenda (vide regra de formação no item 5.6).

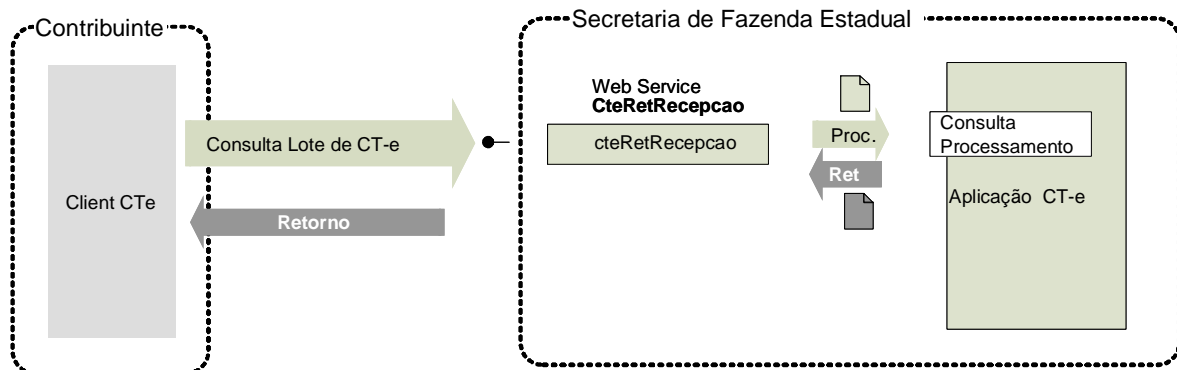
O resultado do processamento do lote será disponibilizado na fila de saída e conterà o resultado da validação de cada CT-e contido no lote.

O resultado do processamento do lote deve ficar disponível na fila de saída por um período mínimo de 24 horas.

É necessário acrescentar o tratamento para alterar a situação do CT-e anulado para que fique com a situação de “128 – CT-e anulado pelo emissor” e a situação do CT-e substituído para que fique com a situação de “129 - CT-e substituído pelo emissor”, além de definir os critérios de distribuição e tratamento da anulação e substituição para que todos os entes envolvidos recebam a alterações de situação do CT-e.

4.2 Web Service – CteRetRecepcao

Consulta Processamento de Lote de CT-e



Função: serviço destinado a devolver o resultado do processamento do lote de CT-e.

Processo: assíncrono.

Método: cteRetRecepcao

4.2.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo o número do recibo que identifica a mensagem de envio de lotes de CT-e.

Schema XML: consReciCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
BP01	consReciCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
BP02	versao	A	BP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
BP03	tpAmb	E	BP01	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
BP04	nRec	E	BP01	N	1-1	15	-	Número do Recibo Número gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, composto por: duas posições com código da UF onde foi entregue o lote, codificação de UF do IBGE, e treze posições numéricas sequenciais.

4.2.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com o resultado do processamento da mensagem de envio de lote de CT-e.

Schema XML: retConsReciCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
BR01	retConsReciCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
BR02	versao	A	BR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
BR03	tpAmb	E	BR01	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
BR04	verAplic	E	BR01	C	1-1	1-20	-	Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
BR05	nRec	E	BR01	N	1-1	15	-	Número do Recibo consultado (vide item 5.5).



BR06	cStat	E	BR01	N	1-1	3		Código do status da resposta para o Lote (vide item 5.1.1)
BR07	xMotivo	E	BR01	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta para o Lote.
BR08	Cuf	E	BR01	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
Os protocolos são retornados para os lotes processados cStat = 104								
BR09	protCTe*	xml	BR01	-	0-50	-		Conjunto de resultado do processamento de cada CT-e (vide leiaute abaixo). Estas informações são retornadas apenas para o código do status do lote = 104 (Lote processado)

c) Para cada Protocolo de um CT-e processado teremos o seguinte leiaute:

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
PR01	protCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz do Protocolo de recebimento do CT-e
PR02	versao	A	PR01	N	1-1	4	2	Versão do leiaute das informações de Protocolo.
PR03	infProt	G	PR01	-	1-1	-		Informações do Protocolo de resposta. TAG a ser assinada
PR04	Id	ID	PR03	C	0-1	-		Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID"
PR05	tpAmb	E	PR03	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
PR06	verAplic	E	PR03	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
PR07	chCTe	E	PR03	N	1-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
PR08	dhRecbto	E	PR03	D	1-1	-		Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da gravação do CT-e no Banco de Dados. Em caso de Rejeição, com data e hora do recebimento do Lote de CT-e enviado.
PR09	nProt	E	PR03	N	0-1	15		Número do Protocolo da CT-e (vide item 5.6).
PR10	digVal	E	PR03	C	0-1	28		Digest Value do CT-e processado Utilizado para conferir a integridade do CT-e original.
PR11	cStat	E	PR03	N	1-1	3		Código do status da resposta para o CT-e (vide item 5.1.1).
PR12	xMotivo	E	PR03	C	1-1	1-255		Descrição literal do status da resposta para o CT-e.
PR13	Signature	G	PR01	xml	0-1	-		Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

4.2.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método oferece a consulta do resultado do processamento de um lote de CT-e.

O aplicativo do Contribuinte deve ser construído de forma a aguardar um tempo mínimo de 15 segundos entre o envio do Lote de CT-e para processamento e a consulta do resultado deste processamento, evitando a obtenção desnecessária do status de erro 105 – “Lote em Processamento”.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem:



4.2.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: <ul style="list-style-type: none">- Certificado de Transmissor inexistente na mensagem- Versão difere "3"- Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC)- KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: <ul style="list-style-type: none">- Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ- Certificado de AC revogado- Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor <ul style="list-style-type: none">- Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint)- LCR indisponível- LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.2.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.



4.2.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo Cuf inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no Cuf é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos Cuf e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

4.2.7 Validação da Área de Dados

d) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Consulta de Lote				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

b) Validação das Regras de Negócio da Consulta Recibo

A seguir são realizadas as seguintes validações:

Validação da Consulta Recibo				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
E02	UF do Recibo difere da UF do Web Service	Obrig.	248	Rej.
E02a	Tipo Autorizador do Recibo não compatível com o Órgão Autorizador (0 ou 1=SEFAZ normal, 2=Contingência SCAN – RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL-RS, 4=SEFAZ VIRTUAL-RFB)	Obrig.	473	Rej.
E03	- Verifica se o Lote não está na fila de saída, nem na fila de entrada	Obrig.	106	Rej.



E04	- Verifica se o Lote não está na fila de resposta, mas está na fila de entrada	Obrig.	105	Rej.
E05	CNPJ do transmissor do lote difere do CNPJ do transmissor da consulta	Obrig.	223	Rej.

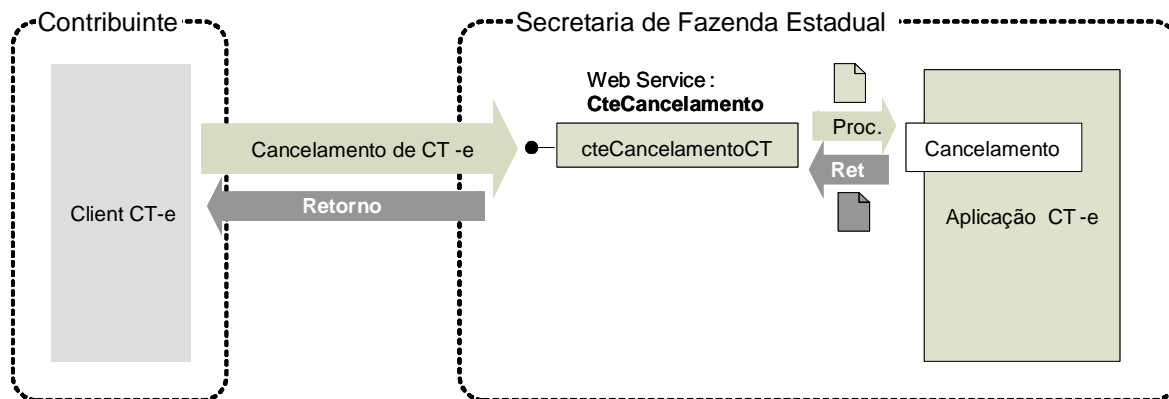
4.2.8 Final do Processamento

A mensagem de retorno poderá ser:

- **Lote processado** – cStat=104, com os resultados individuais de processamento dos no CT-e;
- **Lote em processamento** – cStat=105, o aplicativo do contribuinte deverá fazer uma nova consulta;
- **Lote não localizado** – cStat=106, o aplicativo do contribuinte deverá providenciar o reenvio da mensagem;
- **Recibo ou CNPJ do requisitante com problemas** – cStat= 248 ou 223, o aplicativo do contribuinte deverá sanar o problema;

4.3 Web Service – CteCancelamento

Cancelamento de CT -e



Função: serviço destinado ao atendimento de solicitações de cancelamento de CT-e.

Processo: síncrono.

Método: cteCancelamentoCT

4.3.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo a mensagem de solicitação de cancelamento.

Schema XML: cancCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
CP01	cancCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
CP02	versao	A	CP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
CP03	infCanc	G	CP01	-	1-1	-		Dados do Pedido – TAG a ser assinada
CP04	Id	ID	CP03	C	1-1	46		Identificador da TAG a ser assinada Informar a chave de acesso precedida do literal "ID"
CP05	tpAmb	E	CP03	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
CP06	xServ	E	CP03	C	1-1	8		Serviço solicitado 'CANCELAR'
CP07	chCTe	E	CP03	N	1-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
CP08	nProt	E	CP03	N	1-1	15		Informar o número do Protocolo de Autorização da CT-e a ser Cancelada.
CP09	xJust	E	CP03	C	1-1	15-255		Informar a justificativa do cancelamento
CP10	Signature	E	CP01	xml	1-1	-		Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID"

4.3.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da solicitação de cancelamento:

Schema XML: retCancCte_v99.99.xsd



#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
CR01	retCancCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
CR02	versao	A	CR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
CR03	infCanc	G	CR01	-	1-1	-	-	Dados da resposta – TAG a ser assinada
CR04	Id	ID	CR03	C	0-1	-	-	Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID"
CR05	tpAmb	E	CR03	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
CR06	verAplic	E	CR03	C	1-1	1-20	-	Versão do Aplicativo que recebeu o Lote.
CR07	cStat	E	CR03	N	1-1	3	-	Código do status da resposta (vide item 5.1.1).
CR08	xMotivo	E	CR03	C	1-1	1-255	-	Descrição literal do status da resposta.
CR09	Cuf	E	CR03	N	1-1	2	-	Código da UF que atendeu a solicitação.
Os campos a seguir são obrigatórios no caso de homologação de cancelamento cStat=101. Os campos de dhRecbto e nProt não serão preenchidos em caso de erro.								
CR10	chCTe	E	CR03	N	0-1	44	-	Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.
CR11	dhRecbto	E	CR03	D	0-1	-	-	Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da homologação do Pedido.
CR12	nProt	E	CR03	N	0-1	15	-	Número do Protocolo de Cancelamento (vide item 5.6). O controle de numeração de Protocolo é único para todos os serviços.
CR13	Signature	G	CR01	xml	0-1	-	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

4.3.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método é responsável por receber as solicitações referentes ao cancelamento de CT-e. Ao receber a solicitação do transmissor, a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual realiza o processamento da solicitação e devolve o resultado do processamento para o aplicativo do mesmo.

A mensagem de solicitação de cancelamento de CT-e é um documento eletrônico e deve ser assinado digitalmente pelo emitente da CT-e.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.3.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.



A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.3.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

4.3.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo Cuf inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no Cuf é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.



C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos Cuf e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

4.3.7 Validação da Área de Dados

e) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Cancelamento do CT-e				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

f) Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName – OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.
E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

g) Validação da Assinatura Digital



Validação da Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

h) Validação das Regras de Negócio do Cancelamento de CT-e

Pedido de cancelamento de CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
H01	Tipo do ambiente de CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
H02	UF da Chave de Acesso difere da UF do Web Service	Obrig.	249	Rej.
H03	Chave de Acesso: Dígito Verificador inválido	Obrig.	236	Rej.
H04	Acesso Cadastro Contribuinte: - Verificar Emitente não autorizado a emitir CT-e	Obrig.	203	Rej.
H05	- Verificar Situação Fiscal irregular do Emitente	Obrig.	240	Rej.
H06	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se CT-e não existe	Obrig.	217	Rej.
H07	- "Código Numérico" informado na Chave de Acesso é diferente do existente no BD	Obrig.	216	Rej.
H08	- Verificar se CT-e já está Denegado	Obrig.	205	Rej.
H09	- Verificar se CT-e já está Cancelado	Obrig.	218	Rej.
H10	- Verificar CT-e autorizado há mais de 60 dias	Obrig.	220	Rej.
H11	- Verificar se o número Protocolo informado difere do número Protocolo do CT-e	Obrig.	222	Rej.
H12	- Verificar se houve confirmação da prestação do serviço	Obrig.	221	Rej.
H13	- Verificar registro de Circulação de Mercadoria	Obrig.	219	Rej.
H14	- Verificar se o CT-e tem Carta de Correção	Obrig.	495	Rej.
H15	- Vedado o cancelamento de CT-e anulado se o CT-e de anulação não estiver cancelado	Obrig.	564	Rej.
H16	- Vedado o cancelamento de CT-e de anulação enquanto o CT-e substituto estiver autorizado	Obrig.	565	Rej.

* Obs. As regras de validação H12 e H13 são de implementação futura.

O cancelamento só poderá ser realizado conhecimento a conhecimento e para cada cancelamento homologado é criado um novo protocolo de status para o CT-e, com a atribuição de um número de protocolo único (vide item 5.6).

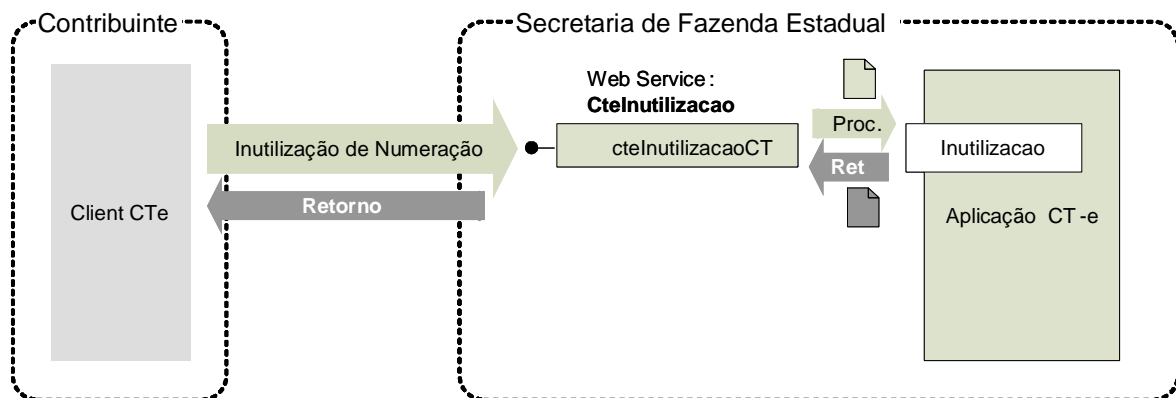
4.3.8 Final do Processamento



No caso de homologação do Cancelamento retornar o cStat = 101.

4.4 Web Service - CteInutilizacao

Inutilização de numeração de CT -e



Função: serviço destinado ao atendimento de solicitações de inutilização de numeração de CT-e.

Processo: síncrono.

Método: ctelInutilizacaoCT

4.4.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo a mensagem de solicitação de inutilização.

Schema XML: inutCTe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
DP01	inutCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
DP02	versao	A	DP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
DP03	influt	G	DP01	-	1-1	-	-	Dados do Pedido TAG a ser assinada
DP04	Id	ID	DP03	C	1-1	39	-	Identificador da TAG a ser assinada formada com Código da UF + CNPJ + modelo + série + nro inicial e nro final precedida do literal "ID"
DP05	tpAmb	E	DP03	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
DP06	xServ	E	DP03	C	1-1	10	-	Serviço solicitado: 'INUTILIZAR'
DP07	cUF	E	DP03	N	1-1	2	-	Código da UF do solicitante
DP08	ano	E	DP03	N	1-1	2	-	Ano de inutilização da numeração
DP09	CNPJ	E	DP03	C	1-1	14	-	CNPJ do emitente
DP10	mod	E	DP03	N	1-1	2	-	Modelo do CT-e
DP11	serie	E	DP03	N	1-1	1-3	-	Série do CT -e
DP12	nCTIni	E	DP03	N	1-1	1-9	-	Número do CT -e inicial a ser inutilizado
DP13	nCTFin	E	DP03	N	1-1	1-9	-	Número do CT -e final a ser inutilizado
DP14	xJust	E	DP03	C	1-1	15-255	-	Informar a justificativa do pedido de inutilização
DP15	Signature	G	DP01	xml	1-1	-	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID"



4.4.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da solicitação de inutilização:

Schema XML: retInutCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
DR01	retInutCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da Resposta
DR02	versao	A	DR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
DR03	inflnut	G	DR01	-	1-1	-	-	Dados da resposta - TAG a ser assinada
DR04	Id	ID	DR03	C	0-1	17	-	Identificador da TAG a ser assinada, somente precisa ser informado se a UF assinar a resposta. Em caso de assinatura da resposta pela SEFAZ preencher o campo com o Nro do Protocolo, precedido com o literal "ID".
DR05	tpAmb	E	DR03	N	1-1	1	-	Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação
DR06	verAplic	E	DR03	C	1-1	1-20	-	Versão do Aplicativo que processou o pedido de inutilização.
DR07	cStat	E	DR03	N	1-1	3	-	Código do status da resposta (vide item 5.1.1).
DR08	xMotivo	E	DR03	C	1-1	1-255	-	Descrição literal do status da resposta.
DR09	cUF	E	DR03	N	1-1	2	-	Código da UF que atendeu a solicitação
Os campos a seguir são obrigatórios no caso de homologação da inutilização cStat=102. Os campos de dhRecbto e nProt não serão preenchidos em caso de erro								
DR10	ano	E	DR03	N	0-1	2	-	Ano de inutilização da numeração
DR11	CNPJ	E	DR03	C	0-1	14	-	CNPJ do emitente
DR12	mod	E	DR03	N	0-1	2	-	Modelo do CT-e
DR13	serie	E	DR03	N	0-1	1-3	-	Série do CT-e
DR14	nCTIni	E	DR03	N	0-1	1-9	-	Número do CT-e inicial a ser inutilizada
DR15	nCTFin	E	DR03	N	0-1	1-9	-	Número do CT-e final a ser inutilizada
DR16	dhRecbto	E	DR03	D	0-1	-	-	Data e hora de processamento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora da gravação no Banco de Dados em caso de Confirmação. Em caso de Rejeição, com data e hora do recebimento do Pedido.
DR17	nProt	E	DR03	N	0-1	15	-	Número do Protocolo de Inutilização (vide item 5.6). O controle de numeração do Protocolo é único para todos os serviços.
DR18	Signature	G	DR01	xml	0-1	-	-	Assinatura XML do grupo identificado pelo atributo "ID" A decisão de assinar a mensagem fica a critério da UF interessada.

4.4.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à inutilização de faixas de numeração de conhecimentos de transportes eletrônicos. Ao receber a solicitação, a aplicação CTE realiza o processamento da solicitação e devolve o resultado do processamento para o aplicativo do transmissor.

A mensagem de pedido de inutilização de numeração de CT-e é um documento eletrônico e deve ser assinado digitalmente pelo emitente do CT-e.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.



4.4.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: <ul style="list-style-type: none">- Certificado de Transmissor inexistente na mensagem- Versão difere "3"- Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC)- KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: <ul style="list-style-type: none">- Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ- Certificado de AC revogado- Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor <ul style="list-style-type: none">- Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint)- LCR indisponível- LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.4.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

**4.4.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service**

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

4.4.7 Validação da Área de Dados**a) Validação da Forma da Área de Dados**

Validação da Mensagem do Pedido de Inutilização de numeração de CT-e.				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

b) Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura

Validação do Certificado Digital utilizado na Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
E01	Certificado de Assinatura inválido: - Certificado de Assinatura inexistente na mensagem (*validado também pelo Schema) - Versão difere "3" - Basic Constraints = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Assinatura Digital" e "Não Recusa"	Obrig.	290	Rej.
E02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	291	Rej.
E03	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	292	Rej.
E04	Verifica Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	293	Rej.



E05	LCR do Certificado de Assinatura: - Falta o endereço da LCR (CRLDistributionPoint) - Erro no acesso a LCR	Obrig.	296	Rej.
E06	Certificado de Assinatura revogado	Obrig.	294	Rej.
E07	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	295	Rej.

c) Validação da Assinatura Digital

Validação da Assinatura Digital				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
F01	Assinatura difere do padrão do Projeto: - Não assinado o atributo "ID" (falta "Reference URI" na assinatura) (*validado também pelo Schema) - Faltam os "Transform Algorithm" previstos na assinatura ("C14N" e "Enveloped") Estas validações são implementadas pelo Schema XML da Signature	Obrig.	298	Rej.
F02	Valor da assinatura (SignatureValue) difere do valor calculado	Obrig.	297	Rej.
F03	CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital	Obrig.	213	Rej.
F04	CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente	Facult.	244	Rej.

d) Validação das Regras de Negócio da Inutilização de numeração de CT-e

Pedido de Inutilização de numeração de CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
I01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
I02	UF do Pedido de inutilização difere da UF do Web Service	Obrig.	250	Rej.
I02a	Ano da Inutilização não pode ser superior ao Ano atual	Obrig.	471	Rej.
I02b	Ano da inutilização não pode ser inferior a 2008	Obrig.	472	Rej.
I03	Número da Faixa Inicial maior do que o número Final	Obrig.	224	Rej.
I04	Quantidade máxima de numeração a inutilizar ultrapassa o limite (1.000 números)	Obrig.	201	Rej.
I05	Acesso Cadastro Contribuinte: - Verificar Emitente não autorizado a emitir CT-e	Obrig.	203	Rej.
I06	- Verificar Situação Fiscal irregular do Emitente	Obrig.	240	Rej.
I07	Acesso BD CTE-Inutilização: - Verificar se algum Nro da Faixa de Inutilização atual pertence a uma faixa anterior	Obrig.	256	Rej.
I08	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se existe CT-e utilizada na faixa de inutilização solicitada	Obrig.	241	Rej.

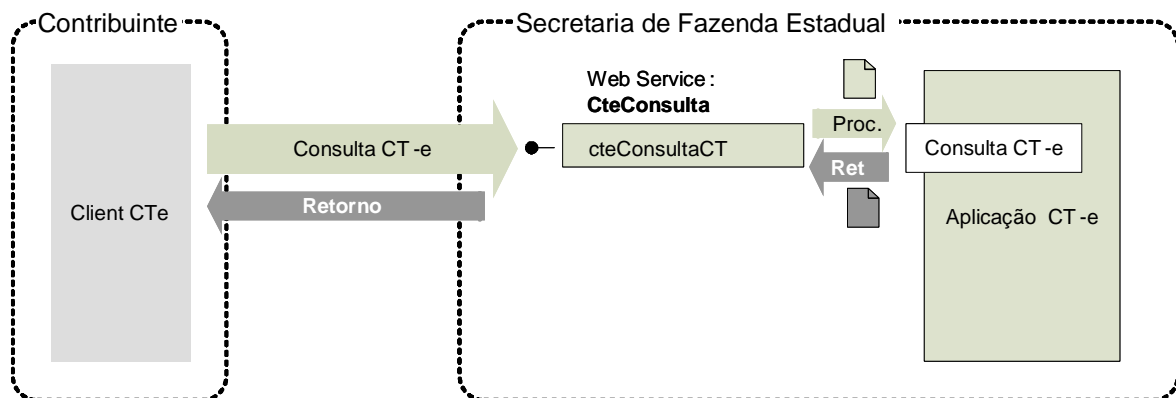
Para cada inutilização de numeração de CT-e homologada é criado um novo protocolo de status para CT-e, com a atribuição de um número de protocolo único (vide item 5.6).

4.4.8 Final do Processamento

No caso de homologação da Inutilização retornar o cStat = 102.

4.5 Web Service – CteConsulta Protocolo

Consulta situação atual da CT -e



Função: serviço destinado ao atendimento de solicitações de consulta da situação atual do CT-e na Base de Dados do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

Processo: síncrono.

Método: cteConsultaCT

4.5.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML contendo a chave de acesso do CT-e.

Schema XML: consSitCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
EP01	consSitCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
EP02	versao	A	EP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
EP03	tpAmb	E	EP01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
EP04	xServ	E	EP01	C	1-1	9		Serviço solicitado 'CONSULTAR'
EP05	chCTe	E	EP01	N	1-1	44		Chave de Acesso do CT-e composto por Código da UF + AAMM da emissão + CNPJ do Emitente + Modelo, Série e Número do CT-e + Código Numérico + DV.

4.5.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da consulta de protocolo:

Schema XML: retConsSitCte_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
ER01	retConsSitCTe	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
ER02	versao	A	ER01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
ER03	tpAmb	E	ER01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 – Homologação



ER04	verAplic	E	ER01	C	1-1	1-20	Versão do Aplicativo que processou a consulta
ER05	cStat	E	ER01	N	1-1	3	Código do status da resposta.
ER06	xMotivo	E	ER01	C	1-1	1-255	Descrição literal do status da resposta.
ER07	cUF	E	ER01	N	1-1	2	Código da UF que atendeu a solicitação.
ER08	protCTe	CG	ER01	xml	0-1	-	Protocolo de autorização ou denegação de uso do CT-e (vide item 4.2.2). Informar se localizado um CT-e com cStat = 100 (uso autorizado) ou 110 (uso denegado).
ER09	retCancCTe	CG	ER01	xml	0-1	-	Protocolo de homologação de cancelamento de CT-e (vide item 4.3.2). Informar se localizado um CT-e com cStat = 101 (cancelado).

4.5.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta de situação de conhecimento de transportes eletrônicos enviados para as Secretarias de Fazendas Estaduais. Seu acesso é permitido apenas pela chave única de identificação do conhecimento de transporte.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, validando a Chave de Acesso do CT-e, e retornará mensagem contendo a situação atual do CT-e na Base de Dados e o respectivo Protocolo (mensagem de Autorização de uso, Denegação de uso ou Homologação de Cancelamento).

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.5.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode



falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.5.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

4.5.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.



4.5.7 Validação da Área de Dados

a) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Pedido de Consulta de situação de CT-e.				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

b) Validação das Regras de Negócios da Consulta o CT-e

A seguir são realizadas as seguintes validações:

Validação do Pedido de Consulta de situação de CT-e – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
J01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
J02	UF da Chave de Acesso difere da UF do Web Service	Obrig.	226	Rej.
J03	Validar DV da Chave de Acesso	Obrig.	236	Rej.
J04	Acesso BD CTE (Chave: Ano, CNPJ Emit, Modelo, Série, Nro): - Verificar se CT-e não existe	Obrig.	217	Rej.
J05	- Verificar se campo "Código Numérico" informado na Chave de Acesso é diferente do existente no BD	Obrig.	216	Rej.

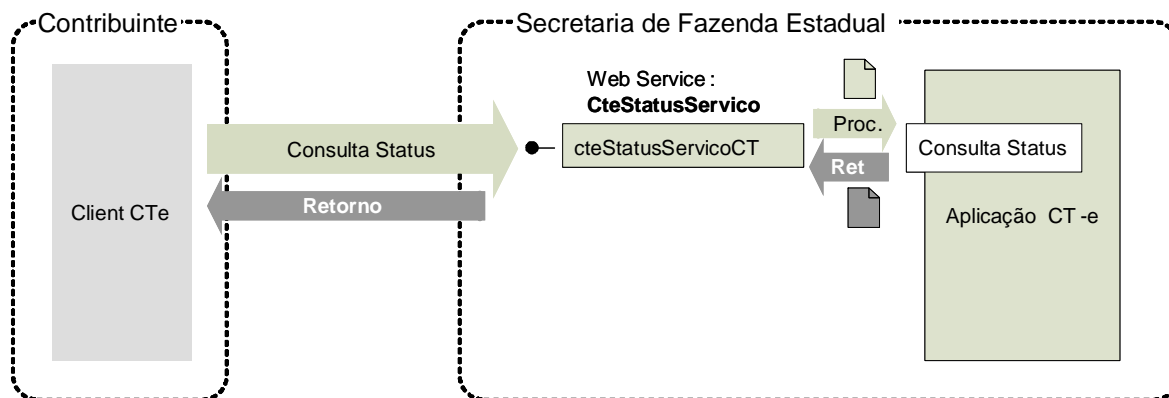
4.5.8 Final do Processamento

O processamento do pedido de consulta de status de CT-e pode resultar em uma mensagem de erro ou retornar a situação atual do CT-e consultado e o respectivo protocolo de autorização de uso/denegação de uso ou homologação de cancelamento.

No caso de localização do CT-e retornar o cStat com os valores 100 ("Autorizado o Uso do CT-e"), 101 ("Cancelamento de CT-e homologado"), 110 ("Uso Denegado"), .

4.6 Web Service – CteStatusServico

Consulta Status do Serviço



Função: serviço destinado à consulta do status do serviço prestado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

Processo: síncrono.

Método: cteStatusServicoCT

4.6.1 Leiaute Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML para a consulta do status do serviço.

Schema XML: consStatServ_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
FP01	consStatServ	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz
FP02	versao	A	FP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
FP03	tpAmb	E	FP01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
FP04	xServ	E	FP01	C	1-1	6		Serviço solicitado 'STATUS'

4.6.2 Leiaute Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML contendo a mensagem do resultado da consulta do status do serviço:

Schema XML: retconsStatServ_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
FR01	retConsStatServ	Raiz	-	-	-	-		TAG raiz da Resposta
FR02	versao	A	FR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
FR03	tpAmb	E	FR01	N	1-1	1		Identificação do Ambiente: 1 – Produção / 2 - Homologação
FR04	verAplic	E	FR01	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que processou a consulta
FR05	cStat	E	FR01	N	1-1	3		Código do status da resposta.
FR06	xMotivo	E	FR01	C	1-1	1-60		Descrição literal do status da resposta.
FR07	cUF	E	FR01	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação



FR08	dhRecbto	E	FR01	D	1-1	-	Data e hora de recebimento Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora do recebimento do Pedido.
FR09	tMed	E	FR01	N	0-1	1-4	Tempo médio de resposta do serviço (em segundos) dos últimos 5 minutos.
FR10	dhRetorno	E	FR01	D	0-1	-	Preencher com data e hora previstas para o retorno do Web Service, no formato AAA-MM-DDTHH:MM:SS
FR11	xObs	E	FR01	C	0-1	1-255	Informações adicionais para o Contribuinte

4.6.3 Descrição do Processo de Web Service

Este método será responsável por receber as solicitações referentes à consulta do status do serviço do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, e retornará mensagem contendo a status do serviço.

As Empresas que construírem um aplicativo que se mantenha em "loop" permanente de consulta a este Web Service, devem aguardar um tempo mínimo de 3 minutos entre cada consulta, evitando sobrecarregar desnecessariamente os servidores da SEFAZ.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.6.4 Validação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito
A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.



4.6.5 Validação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.

4.6.6 Validação das informações de controle da chamada ao Web Service

Validação das informações de controle da chamada ao Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header	Facult.	242	Rej.
C02	Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	409	Rej.
C03	Verificar se a UF informada no cUF é atendida pelo WebService	Obrig.	410	Rej.
C04	Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header	Obrig.	411	Rej.
C05	Versão dos Dados informada é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C06	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

A informação da versão do leiaute do lote e a UF de origem do emissor dos conhecimentos são informados no elemento cteCabecMsg do SOAP Header (para maiores detalhes vide item 3.4.1).

A aplicação deverá validar os campos cUF e versaoDados, rejeitando a mensagem recebida em caso de informações inexistentes ou inválidas.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

4.6.7 Validação da Área de Dados

a) Validação da Forma da Área de Dados



Validação da Mensagem da Consulta de Status de Serviço				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

b) Validação das Regras de Negócios da Consulta Status de Serviço do CT-e

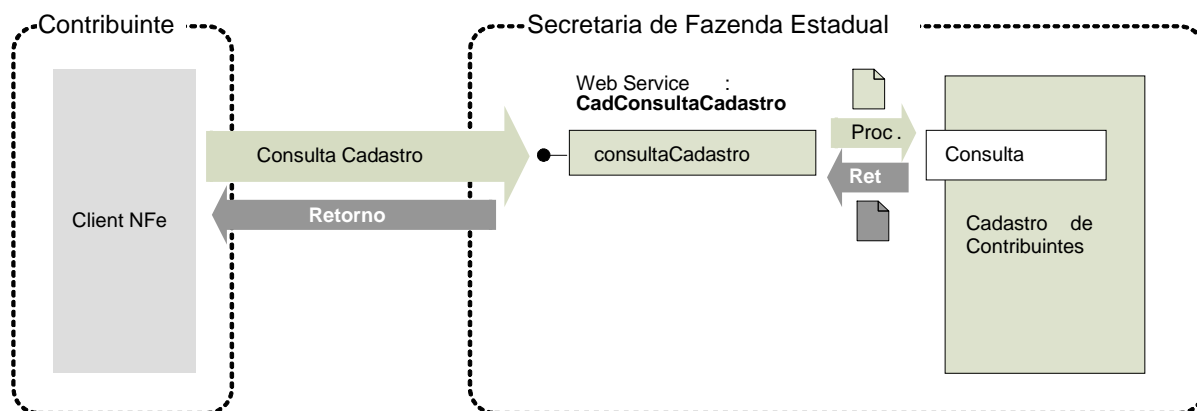
Validação do Pedido de Consulta de Status de Serviço – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
K01	Tipo do ambiente do CT-e difere do ambiente do Web Service	Obrig.	252	Rej.
K03	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	-
K04	Verifica se o Servidor de Processamento está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	-

4.6.8 Final do Processamento

O processamento do pedido de consulta de status de Serviço pode resultar em uma mensagem de erro ou retornar a situação atual do Servidor de Processamento, códigos de situação 107 ("Serviço em Operação"), 108 ("Serviço Paralisado Momentaneamente") e 109 ("Serviço Paralisado sem Previsão"). A critério da UF o campo xObs pode ser utilizado para fornecer maiores informações ao contribuinte, como por exemplo: "manutenção programada", "modificação de versão do aplicativo", "previsão de retorno", etc.

4.7 Web Service – CadConsultaCadastro

Consulta Cadastro



Função: Serviço para consultar o cadastro de contribuintes do ICMS da unidade federada.

Processo: síncrono.

Método: consultaCadastro

4.7.1 Leiaute da Mensagem de Entrada

Entrada: Estrutura XML para consulta ao cadastro de contribuintes ICMS.

Schema XML: consCad_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição / Observações
GP01	ConsCad	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da solicitação
GP02	versao	A	GP01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
GP03	infCons	G	GP01	-	1-1	-	-	Dados da consulta
GP04	xServ	E	GP03	C	1-1	8		Serviço solicitado 'CONS-CAD'
GP05	UF	E	GP03	C	1-1	2		Sigla da UF consultada, informar 'SU' para SUFRAMA.
GP06	IE	CE	GP03	C	1-1	2-14		Inscrição estadual do contribuinte
GP07	CNPJ	CE	GP03	N	1-1	3-14		CNPJ do contribuinte
GP08	CPF	CE	GP03	N	1-1	3-11	-	CPF do contribuinte

NOTA: O serviço de consulta cadastro tem a estrutura de chamada de mensagem no padrão: uma área de cabeçalho e uma área de dados. A área de cabeçalho deve conter a versão da leiaute da estrutura XML armazenada na área de dados da mensagem. Para maiores detalhes, consulte o item 3.4 do Manual de Integração do Contribuinte – versão 2.04 do Projeto NF-e, disponível em: http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Manual_de_Integracao_Contribuinte_versao_204_2007_12_26.pdf



4.7.2 Leiaute da Mensagem de Retorno

Retorno: Estrutura XML com o retorno da consulta ao cadastro de contribuintes do ICMS.

Schema XML: retConsCad_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição / Observações
GR01	retConsCad	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz da solicitação
GR02	versao	A	GR01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute
GR03	infCons	G	GR01	-	1-1	-	-	Dados da consulta
GR04	verAplic	E	GR03	C	1-1	1-20		Versão do Aplicativo que processou a consulta
GR05	cStat	E	GR03	N	1-1	3		Código do status da resposta.
GR06	xMotivo	E	GR03	C	1-1	1-255		Descrição do Status da resposta.
GR06a	UF	E	GP03	C	1-1	2		Sigla da UF consultada.
GR06b	IE	CE	GP03	C	1-1	2-14		Inscrição estadual consultada
GR06c	CNPJ	CE	GP03	N	1-1	3-14		CNPJ consultado
GR06d	CPF	CE	GP03	N	1-1	3-11	-	CPF consultado
GR06e	dhCons	E	GR03	D	1-1			Data e hora de processamento da consulta Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS
GR06f	cUF	E	GR03	N	1-1	2		Código da UF que atendeu a solicitação.
GR07	infCad	G	GR03	-	0-N	-	-	Dados da situação cadastral Esta estrutura existe somente para as consultas realizadas com sucesso cStat=111, com possibilidade de múltiplas ocorrências (Ex.: consulta por IE de contribuinte com Inscrição Única - retorno de todos os estabelecimentos do contribuinte).
GR08	IE	E	GR07	C	1-1	2-14		Inscrição estadual do contribuinte
GR09	CNPJ	CE	GR07	N	1-1	3-14		CNPJ do contribuinte
GR10	CPF	CE	GR07	N	1-1	3-11		CPF em caso de pessoa física com IE
GR11	UF	E	GR07	C	1-1	2		O campo deve ser preenchido com a sigla da UF de localização do contribuinte. Em algumas situações, a UF de localização pode ser diferente da UF consultada. Ex. IE de contribuinte inscrito como Substituto Tributário.
GR12	cSit	E	GR07	N	1-1	1		Situação do contribuinte: 0 - não habilitado; 1 - habilitado.
GR13	xNome	E	GR07	C	1-1	1-60		Razão Social ou nome do Contribuinte
GR13a	xFant	E	GR07	C	0-1	1-60		Nome Fantasia
GR14	xRegApur	E	GR07	C	0-1	1-60		Regime de Apuração do ICMS do Contribuinte
GR15	CNAE	E	GR07	N	0-1	6-7		CNAE principal do contribuinte



GR16	dIniAtiv	E	GR07	D	0-1			Data de Início da Atividade do Contribuinte
GR17	dUltSit	E	GR07	D	0-1			Data da última modificação da situação cadastral do contribuinte.
GR18	dBaixa	E	GR07	D	0-1			Data de ocorrência da baixa do contribuinte.
GR20	IEUnica	E	GR07	C	0-1	2-14		IE única, este campo será informado quando o contribuinte possuir IE única.
GR21	IEAtual	E	GR07	C	0-1	2-14		IE atual (em caso de IE antiga consultada)
GR22	ender	G	GR07		0-1			Endereço - grupo de informações opcionais.
GR23	xLgr	E	GR22	C	0-1	1-255		Nome do Logradouro
GR24	nro	E	GR22	C	0-1	1-60		Número
GR25	xCpl	E	GR22	C	0-1	1-60		Complemento
GR26	xBairro	E	GR22	C	0-1	1-60		Nome do Bairro
GR27	cMun	E	GR22	N	0-1	7		Código do Município do Contribuinte, conforme Tabela do IBGE
GR28	xMun	E	GR22	C	0-1	1-60		Nome do município
GR29	CEP	E	GR22	N	0-1	7-8		Código do CEP

4.7.3 Descrição do Processo de Web Service

Este Web Service oferece a consulta pública do cadastro de contribuintes do ICMS de uma unidade federada.

O Web Service poderá ser oferecido por qualquer UF, sendo de oferecimento obrigatório para as UFs que autorizam a emissão de qualquer espécie de Documento Fiscal eletrônico - DF-e.

Apenas as empresas autorizadas a emitir Documentos Fiscais eletrônicos poderão utilizar este serviço. A UF que oferecer o Web Service deverá verificar se o CNPJ da empresa solicitante consta do cadastro nacional de emissores de Documentos Fiscais eletrônicos - DF-e.

A identificação da empresa solicitante do serviço será realizada através do CNPJ contido na extensão otherName – OID=2.16.76.1.3.3 do certificado digital utilizado na conexão SSL.

Importante ressaltar que este Web Service não tem a mesma disponibilidade dos demais Web Services do CT-e.

O aplicativo do contribuinte envia a solicitação para o Web Service da Secretaria de Fazenda Estadual. Ao receber a solicitação a aplicação do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual processará a solicitação de consulta, validando o argumento de pesquisa informado (CNPJ ou CPF ou IE), e retornará mensagem contendo a situação cadastral atual do contribuinte no cadastro de contribuintes do ICMS.

Deverão ser realizadas as validações e procedimentos que seguem.

4.7.4 Verificação do Certificado de Transmissão

Validação do Certificado Digital do Transmissor (protocolo SSL)				
#	Regra de Validação	Crítica	Msg	Efeito



A01	Certificado de Transmissor Inválido: - Certificado de Transmissor inexistente na mensagem - Versão difere "3" - Basic Constraint = true (não pode ser Certificado de AC) - KeyUsage não define "Autenticação Cliente"	Obrig.	280	Rej.
A02	Validade do Certificado (data início e data fim)	Obrig.	281	Rej.
A03	Verifica a Cadeia de Certificação: - Certificado da AC emissora não cadastrado na SEFAZ - Certificado de AC revogado - Certificado não assinado pela AC emissora do Certificado	Obrig.	283	Rej.
A04	LCR do Certificado de Transmissor - Falta o endereço da LCR (CRL DistributionPoint) - LCR indisponível - LCR inválida	Obrig.	286	Rej.
A05	Certificado do Transmissor revogado	Obrig.	284	Rej.
A06	Certificado Raiz difere da "ICP-Brasil"	Obrig.	285	Rej.
A07	Falta a extensão de CNPJ no Certificado (OtherName - OID=2.16.76.1.3.3)	Obrig.	282	Rej.

As validações de A01, A02, A03, A04 e A05 são realizadas pelo protocolo SSL e não precisam ser implementadas. A validação A06 também pode ser realizada pelo protocolo SSL, mas pode falhar se existirem outros certificados digitais de Autoridade Certificadora Raiz que não sejam "ICP-BR" no repositório de certificados digitais do servidor de Web Service da SEFAZ.

4.7.5 Verificação Inicial da Mensagem no Web Service

Validação Inicial da Mensagem no Web Service				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
B01	Tamanho do XML de Dados superior a 500 Kbytes	Obrig.	214	Rej.
B02	XML de Dados Mal Formado	Facult.	243	Rej.
B02a	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Facult.	299	Rej.
B03	Verifica se o Serviço está Paralisado Momentaneamente	Obrig.	108	Rej.
B04	Verifica se o Serviço está Paralisado sem Previsão	Obrig.	109	Rej.

A mensagem será descartada se o tamanho exceder o limite previsto (500 KB). A aplicação do contribuinte não poderá permitir a geração de mensagem com tamanho superior a 500 KB. Caso isto ocorra, a conexão poderá ser interrompida sem mensagem de erro se o controle do tamanho da mensagem for implementado por configurações do ambiente de rede da SEFAZ (ex.: controle no firewall). No caso do controle de tamanho ser implementado por aplicativo, teremos a devolução da mensagem de erro 214.

A critério de cada unidade federada poderá ser verificado se o XML de dados está bem formado, no momento do recebimento da mensagem no Web Service. Esta verificação é útil para as UF que desejarem armazenar o XML de dados em estrutura XML de banco de dados.

As unidades federadas que mantêm o Web Service disponível, mesmo quando o serviço estiver paralisado, deverão implementar as verificações 108 e 109. Estas validações poderão ser dispensadas se o Web Service não ficar disponível quando o serviço estiver paralisado.



4.7.6 Validação da Área de Cabeçalho

Validação do Cabeçalho da Mensagem				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
C01	Verificar Schema do XML da Área de Cabeçalho	Obrig.	242	Rej.
C01a	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	299	Rej.
C02	Versão dos Dados informada na Área de Cabeçalho é superior à versão vigente	Facult.	238	Rej.
C03	Versão dos Dados não suportada	Obrig.	239	Rej.

O cabeçalho contém a versão do Schema XML da mensagem contida na área de dados que será utilizado pelo Web Service.

A ocorrência de qualquer erro na validação da área de cabeçalho da mensagem impossibilita o processamento da mensagem contida na área de dados.

4.7.7 Validação da Área de Dados

a) Validação da Forma da Área de Dados

Validação da Mensagem do Consulta Cadastro				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
D01	Verifica Schema XML da Área de Dados	Obrig.	215	Rej.
D02	Verifica o uso de prefixo no namespace	Obrig.	404	Rej.
D03	XML utiliza codificação diferente de UTF-8	Obrig.	402	Rej.

b) Validação das Regras de Negócio da Consulta Cadastro

Validação do Pedido de Consulta Cadastro – Regras de Negócios				
#	Regra de Validação	Aplic.	Msg	Efeito
K01	UF da consulta difere da UF do Web Service	Obrig.	265	Rej.
K02	Acessar Cadastro Contribuintes: Verificar CNPJ Solicitante é emissor de CT-e (Obs. prever a consulta ao cadastro nacional de emissores de CT-e)	Obrig.	257	Rej.
K03	Se informado CNPJ: Verificar dígito controle, ou zeros	Obrig.	258	Rej.
K04	Se informado CNPJ: Acessar Cadastro Contribuinte por CNPJ Não encontrado Contribuinte	Obrig.	259	Rej.
K05	Se informado IE: Verificar dígito controle ou zeros	Obrig.	260	Rej.
K06	Se informado IE: Acessar Cadastro Contribuinte por IE Não encontrado Contribuinte	Obrig.	261	Rej.
K07	Se informado CPF: Verificar se a UF fornece consulta por CPF	Obrig.	262	Rej.
K08	Se informado CPF: Verificar dígito controle ou zeros	Obrig.	263	Rej.
K09	Se informado CPF: Acessar Cadastro Contribuinte por CPF Não encontrado Contribuinte	Obrig.	264	Rej.

4.7.8 Final do Processamento

A consulta com sucesso poderá resultar:



- cStat = 111 - consulta cadastro com uma ocorrência;
- cStat = 112 - consulta cadastro com mais de uma ocorrência, existe mais de um estabelecimento para o argumento pesquisado - ex.: consulta por IE de contribuinte com diversos estabelecimentos e inscrição estadual única.



5. Web Services – Informações Adicionais

5.1 Regras de validação

As regras de validação aplicadas nos Web Services estão agrupadas da seguinte forma:

Grupo		Aplicação
A	Validação do Certificado Digital utilizada no protocolo SSL	geral
B	Validação da Mensagem XML no serviço assíncrono	geral
C	Validação das informações de controle da chamada ao Web Service	geral
D	Validação da área de dados da Mensagem XML	geral
E	Validação do Certificado Digital utilizada na Assinatura Digital	geral
F	Validação da Assinatura Digital	geral
G	Validação do CT-e	específica
H	Validação do Pedido de Cancelamento de CT-e	específica
I	Validação do Pedido de Inutilização de numeração de CT-e	específica
J	Validação do Pedido de Consulta de situação de CT-e	específica
K	Validação do Pedido de Consulta de Status de Serviço	específica
L	Validação do Pedido de Consulta de Cadastro de Contribuintes	específica

As regras do grupo A, B, C, D, E e F são de aplicação geral e aplicadas em todos os Web Services existentes, as regras do grupo G, H, I, J, K e L são específicos de cada Web Service existente.

5.1.1 Tabela de códigos de erros e descrições de mensagens de erros

CÓDIGO	RESULTADO DO PROCESSAMENTO DA SOLICITAÇÃO
100	Autorizado o uso do CT-e
101	Cancelamento de CT-e homologado
102	Inutilização de número homologado
103	Lote recebido com sucesso
104	Lote processado
105	Lote em processamento
106	Lote não localizado
107	Serviço em Operação
108	Serviço Paralisado Momentaneamente (curto prazo)
109	Serviço Paralisado sem Previsão
110	Uso Denegado
111	Consulta cadastro com uma ocorrência
112	Consulta cadastro com mais de uma ocorrência
128	CT-e anulado pelo emissor
129	CT-e substituído pelo emissor
130	Apresentada Carta de Correção Eletrônica – CC-e
131	CT-e desclassificado pelo Fisco
CÓDIGO	MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO
201	Rejeição: O numero máximo de numeração de CT-e a inutilizar ultrapassou o limite
202	Rejeição: Falha no reconhecimento da autoria ou integridade do arquivo digital
203	Rejeição: Emissor não habilitado para emissão do CT-e
204	Rejeição: Existe CT-e já autorizado com a mesma série e número



205	Rejeição: CT-e está denegado na base de dados da SEFAZ
206	Rejeição: Número de CT-e já está inutilizado na Base de dados da SEFAZ
207	Rejeição: CNPJ do emitente inválido
208	Rejeição: CNPJ do destinatário inválido
209	Rejeição: IE do emitente inválida
210	Rejeição: IE do destinatário inválida
211	Rejeição: IE do substituto inválida
212	Rejeição: Data de emissão CT-e posterior a data de recebimento
213	Rejeição: CNPJ-Base do Emitente difere do CNPJ-Base do Certificado Digital
214	Rejeição: Tamanho da mensagem excedeu o limite estabelecido
215	Rejeição: Falha no schema XML
216	Rejeição: Chave de Acesso difere da cadastrada
217	Rejeição: CT-e não consta na base de dados da SEFAZ
218	Rejeição: CT-e já está cancelada na base de dados da SEFAZ
219	Rejeição: Circulação da CT-e verificada
220	Rejeição: CT-e autorizada há mais de 60 dias
221	Rejeição: Confirmado a prestação do serviço do CT-e pelo destinatário
222	Rejeição: Protocolo de Autorização de Uso difere do cadastrado
223	Rejeição: CNPJ do transmissor do lote difere do CNPJ do transmissor da consulta
224	Rejeição: A faixa inicial é maior que a faixa final
225	Rejeição: Falha no Schema XML do CT-e
226	Rejeição: Código da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
227	Rejeição: Erro na Chave de Acesso - Campo ID
228	Rejeição: Data de Emissão muito atrasada
229	Rejeição: IE do emitente não informada
230	Rejeição: IE do emitente não cadastrada
231	Rejeição: IE do emitente não vinculada ao CNPJ
232	Rejeição: IE do destinatário não informada
233	Rejeição: IE do destinatário não cadastrada
234	Rejeição: IE do destinatário não vinculada ao CNPJ
235	Rejeição: Inscrição SUFRAMA inválida
236	Rejeição: Chave de Acesso com dígito verificador inválido
237	Rejeição: CPF do destinatário inválido
238	Rejeição: Cabeçalho - Versão do arquivo XML superior a Versão vigente
239	Rejeição: Cabeçalho - Versão do arquivo XML não suportada
240	Rejeição: Cancelamento/Inutilização - Irregularidade Fiscal do Emitente
241	Rejeição: Um número da faixa já foi utilizado
242	Rejeição: Elemento cteCabecMsg inexistente no SOAP Header
243	Rejeição: XML Mal Formado
244	Rejeição: CNPJ do Certificado Digital difere do CNPJ da Matriz e do CNPJ do Emitente
245	Rejeição: CNPJ Emitente não cadastrado
246	Rejeição: CNPJ Destinatário não cadastrado
247	Rejeição: Sigla da UF do Emitente diverge da UF autorizadora
248	Rejeição: UF do Recibo diverge da UF autorizadora
249	Rejeição: UF da Chave de Acesso diverge da UF autorizadora
250	Rejeição: UF diverge da UF autorizadora
251	Rejeição: UF/Município destinatário não pertence a SUFRAMA
252	Rejeição: Ambiente informado diverge do Ambiente de recebimento
253	Rejeição: Dígito Verificador da chave de acesso composta inválida
254	Rejeição: CT-e referenciado não informado para CT-e complementar
255	Rejeição: Informado mais de um CT-e referenciado para CT-e complementar
256	Rejeição: Um número de CT-e da faixa já está inutilizado na Base de dados da SEFAZ



257	Rejeição: Solicitante não habilitado para emissão do CT-e
258	Rejeição: CNPJ da consulta inválido
259	Rejeição: CNPJ da consulta não cadastrado como contribuinte na UF
260	Rejeição: IE da consulta inválida
261	Rejeição: IE da consulta não cadastrada como contribuinte na UF
262	Rejeição: UF não fornece consulta por CPF
263	Rejeição: CPF da consulta inválido
264	Rejeição: CPF da consulta não cadastrado como contribuinte na UF
265	Rejeição: Sigla da UF da consulta difere da UF do Web Service
266	Rejeição: Série utilizada não permitida no Web Service
267	Rejeição: CT-e Complementar referencia uma CT-e inexistente
268	Rejeição: CT-e Complementar referencia outro CT-e Complementar
269	Rejeição: CNPJ Emitente do CT-e Complementar difere do CNPJ do CT complementado
270	Rejeição: Código Município do Fato Gerador: dígito inválido
271	Rejeição: Código Município do Fato Gerador: difere da UF do emitente
272	Rejeição: Código Município do Emitente: dígito inválido
273	Rejeição: Código Município do Emitente: difere da UF do emitente
274	Rejeição: Código Município do Destinatário: dígito inválido
275	Rejeição: Código Município do Destinatário: difere da UF do Destinatário
276	Rejeição: Código Município do Local de Retirada: dígito inválido
277	Rejeição: Código Município do Local de Retirada: difere da UF do Local de Retirada
278	Rejeição: Código Município do Local de Entrega: dígito inválido
279	Rejeição: Código Município do Local de Entrega: difere da UF do Local de Entrega
280	Rejeição: Certificado Transmissor inválido
281	Rejeição: Certificado Transmissor Data Validade
282	Rejeição: Certificado Transmissor sem CNPJ
283	Rejeição: Certificado Transmissor - erro Cadeia de Certificação
284	Rejeição: Certificado Transmissor revogado
285	Rejeição: Certificado Transmissor difere ICP-Brasil
286	Rejeição: Certificado Transmissor erro no acesso a LCR
289	Rejeição: Código da UF informada diverge da UF solicitada
290	Rejeição: Certificado Assinatura inválido
291	Rejeição: Certificado Assinatura Data Validade
292	Rejeição: Certificado Assinatura sem CNPJ
293	Rejeição: Certificado Assinatura - erro Cadeia de Certificação
294	Rejeição: Certificado Assinatura revogado
295	Rejeição: Certificado Assinatura difere ICP-Brasil
296	Rejeição: Certificado Assinatura erro no acesso a LCR
297	Rejeição: Assinatura difere do calculado
298	Rejeição: Assinatura difere do padrão do Projeto
299	Rejeição: XML da área de cabeçalho com codificação diferente de UTF-8
401	Rejeição: CPF do remetente inválido
402	Rejeição: XML da área de dados com codificação diferente de UTF-8
404	Rejeição: Uso de prefixo de namespace não permitido
405	Rejeição: Código do país do emitente: dígito inválido
406	Rejeição: Código do país do destinatário: dígito inválido
407	Rejeição: O CPF só pode ser informado no campo emitente para o CT-e avulso
408	Rejeição: Lote com CT-e de diferentes UF
409	Rejeição: Campo cUF inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header
410	Rejeição: UF informada no campo cUF não é atendida pelo WebService
411	Rejeição: Campo versaoDados inexistente no elemento cteCabecMsg do SOAP Header



413	Rejeição: Código de Município de término da prestação: dígito inválido
414	Rejeição: Código de Município diverge da UF de término da prestação
415	Rejeição: CNPJ do remetente inválido
416	Rejeição: CPF do remetente inválido
417	Rejeição: Código de Município de localização remetente: dígito inválido
418	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização remetente
419	Rejeição: IE do remetente inválida
420	Rejeição: CNPJ remetente não cadastrado
421	Rejeição: IE do remetente não cadastrada
422	Rejeição: IE do remetente não vinculada ao CNPJ
423	Rejeição: Código de Município de localização destinatário: dígito inválido
424	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização destinatário
425	Rejeição: CNPJ destinatário não cadastrado
426	Rejeição: IE do destinatário não cadastrada
427	Rejeição: IE do destinatário não vinculada ao CNPJ
428	Rejeição: CNPJ do expedidor inválido
429	Rejeição: CPF do expedidor inválido
430	Rejeição: Código de Município de localização expedidor: dígito inválido
431	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização expedidor
432	Rejeição: IE do expedidor inválida
433	Rejeição: CNPJ expedidor não cadastrado
434	Rejeição: IE do expedidor não cadastrada
435	Rejeição: IE do expedidor não vinculada ao CNPJ
436	Rejeição: CNPJ do recebedor inválido
437	Rejeição: CPF do recebedor inválido
438	Rejeição: Código de Município de localização do recebedor: dígito inválido
439	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização recebedor
440	Rejeição: IE do recebedor inválida
441	Rejeição: CNPJ recebedor não cadastrado
442	Rejeição: IE do recebedor não cadastrada
443	Rejeição: IE do recebedor não vinculada ao CNPJ
444	Rejeição: CNPJ do tomador inválido
445	Rejeição: CPF do tomador inválido
446	Rejeição: Código de Município de localização tomador: dígito inválido
447	Rejeição: Código de Município diverge da UF de localização tomador
448	Rejeição: IE do tomador inválida
449	Rejeição: CNPJ tomador não cadastrado
455	Rejeição: Código de Município de início da prestação: dígito inválido
456	Rejeição: Código de Município diverge da UF de início da prestação
457	Rejeição: O lote contém CT-e de mais de um estabelecimento emissor
458	Rejeição: Grupo de CT-e normal não informado para CT-e normal
459	Rejeição: Grupo de CT-e complementar não informado para CT-e complementar
460	Rejeição: Não informado os dados do remetente indicado como tomador do serviço
461	Rejeição: Não informado os dados do expedidor indicado como tomador do serviço
462	Rejeição: Não informado os dados do recebedor indicado como tomador do serviço
463	Rejeição: Não informado os dados do destinatário indicado como tomador do serviço
464	Rejeição: informação do modal rodoviário não informado
465	Rejeição: informação do modal aéreo não informado
466	Rejeição: informação do modal aquaviário não informado
467	Rejeição: informação do modal ferroviário não informado
468	Rejeição: informação do modal dutoviário não informado
469	Rejeição: Remetente deve ser informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário



470	Rejeição: Destinatário deve ser informado para tipo de serviço diferente de redespacho intermediário
471	Rejeição: Ano de inutilização não pode ser superior ao Ano atual
472	Rejeição: Ano de inutilização não pode ser inferior a 2008
473	Rejeição: Tipo Autorizador do Recibo diverge do Órgão Autorizador
474	Rejeição: Expedidor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário
475	Rejeição: Recebedor deve ser informado para tipo de serviço de redespacho intermediário
476	Rejeição: O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o expedidor
477	Rejeição: O tomador do serviço no tipo de serviço normal não pode ser o recebedor
489	Rejeição: IE do tomador não cadastrada
490	Rejeição: IE do tomador não vinculada ao CNPJ
491	Rejeição: CT-e referenciado é CT-e complementar
492	Rejeição: Código de Município de emissão: dígito inválido
493	Rejeição: Código de Município diverge da UF de emissão
494	Rejeição: Processo de emissão informado inválido
495	Rejeição: CT-e possui Carta de Correção
550	Rejeição: O CNPJ do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
551	Rejeição: O CNPJ do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
552	Rejeição: O CNPJ do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
553	Rejeição: A IE do emitente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
554	Rejeição: A IE do remetente do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
555	Rejeição: A IE do destinatário do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
556	Rejeição: A IE do expedidor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
557	Rejeição: A IE do recebedor do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
558	Rejeição: A IE do tomador do CT-e substituto deve ser igual ao informado no CT-e substituído
559	Rejeição: A UF de início de prestação deve ser igual ao informado no CT-e substituído
560	Rejeição: A UF de fim de prestação deve ser igual ao informado no CT-e substituído
561	Rejeição: O valor da prestação do serviço deve ser menor ou igual ao informado no CT-e substituído
562	Rejeição: O valor do ICMS do CT-e substituto deve ser menor ou igual ao informado no CT-e substituído
563	Rejeição: A anulação de um CT-e deve ocorrer no prazo máximo de 60 contados da data de emissão do CT-e objeto de Substituição
564	Rejeição: O CT-e anulado não pode ser cancelado enquanto o CT-e de anulação não estiver cancelado
565	Rejeição: O CT-e só pode ser anulado pelo emitente
999	Rejeição: Erro não catalogado (informar a mensagem de erro capturado no tratamento da exceção)
CÓDIGO	MOTIVOS DE DENEGAÇÃO DE USO
301	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do emitente
302	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do remetente
303	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do destinatário
304	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do expedidor
305	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do recebedor
306	Uso Denegado : Irregularidade fiscal do tomador



OBS.:

1. Recomendamos a não utilização de caracteres especiais ou acentuação nos textos das mensagens de erro.
2. Recomendamos que o campo xMotivo da mensagem de erro para o código 999 seja informado com a mensagem de erro do aplicativo ou do sistema que gerou a exceção não prevista.

5.2 Padrão de nomes para os arquivos

Visando facilitar o processo de guarda dos arquivos pelos legítimos interessados, foi criado um padrão de nome para os diversos tipos de arquivos utilizados pelo sistema CT-e. São eles:

- **CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-cte.xml**”;
- **Envio de Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do lote com extensão “**-env-lot.xml**”;
- **Recibo:** O nome do arquivo será o número do lote com extensão “**-rec.xml**”;
- **Pedido do Resultado do Processamento do Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do recibo com extensão “**-ped-rec.xml**”;
- **Resultado do Processamento do Lote de CT-e:** O nome do arquivo será o número do recibo com extensão “**-pro-rec.xml**”;
- **Denegação de Uso:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-den.xml**”;
- **Pedido de Cancelamento de CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-ped-can.xml**”;
- **Cancelamento de CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-can.xml**”;
- **Pedido de Inutilização de Numeração:** O nome do arquivo será composto por: UF + Ano de inutilização + CNPJ do emitente + Modelo + Série + Número Inicial + Número Final com extensão “**-ped-inu.xml**”;
- **Inutilização de Numeração:** O nome do arquivo será composto por: Ano de inutilização + CNPJ do emitente + Modelo + Série + Número Inicial + Número Final com extensão “**-inu.xml**”;
- **Pedido de Consulta Situação Atual do CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-ped-sit.xml**”;
- **Situação Atual do CT-e:** O nome do arquivo será a chave de acesso completa com extensão “**-sit.xml**”;
- **Pedido de Consulta do Status do Serviço:** O nome do arquivo será: “AAAAMDDTHHMMSS” do momento da consulta com extensão “**-ped-sta.xml**”;
- **Status do Serviço:** O nome do arquivo será: “AAAAMDDTHHMMSS” do momento da consulta com extensão “**-sta.xml**”;

O padrão na nomenclatura também facilitará ao aplicativo visualizador do CT-e.

5.3 Tratamento de caracteres especiais no texto de XML

Todos os textos de um documento XML passam por uma análise do “parser” específico da linguagem. Alguns caracteres afetam o funcionamento deste “parser”, não podendo aparecer no texto de uma forma não controlada.

Os caracteres que afetam o “parser” são:

- > (sinal de maior),
- < (sinal de menor),
- & (e-comercial),



- “ (aspas),
- ‘ (sinal de apóstrofe).

Alguns destes caracteres podem aparecer especialmente no campo de Razão Social, Endereço e Informação Adicional. Para resolver esses casos, é recomendável o uso de uma seqüência de “escape” em substituição ao caractere que causa o problema.

Ex. a denominação: DIAS & DIAS LTDA deve ser informada como: DIAS & DIAS LTDA no XML para não afetar o funcionamento do "parser".

caractere	seqüência de escape
<	<
>	>
&	&
"	"
'	'

5.4 Chave de Acesso do CT-e

A Chave de Acesso do Conhecimento de Transporte Eletrônico é representada por uma seqüência de 44 caracteres numéricos, representados da seguinte forma:

	Código da UF	AAMM da emissão	CNPJ do Emitente	Modelo	Série	Número do CT-e	Código Numérico	DV
Quantidade de caracteres	02	04	14	02	03	09	09	01

A Chave de Acesso do Conhecimento de Transporte Eletrônico não existe como a seqüência acima descrita no leiaute do CT-e, devendo ser composta pelos seguintes campos que se encontram dispersos no leiaute do CT-e (vide Anexo I):

- **cUF** - Código da UF do emitente do Documento Fiscal
- **AAMM** - Ano e Mês de emissão do CT-e
- **CNPJ** - CNPJ do emitente
- **mod** - Modelo do Documento Fiscal
- **serie** - Série do Documento Fiscal
- **nCT** - Número do Documento Fiscal
- **cCT** - Código Numérico que compõe a Chave de Acesso
- **cDV** - Dígito Verificador da Chave de Acesso

O Dígito Verificador (DV) irá garantir a integridade da chave de acesso, protegendo-a principalmente contra digitações erradas.

CÁLCULO DO DÍGITO VERIFICADOR DA CHAVE DE ACESSO DO CT-e

O dígito verificador da chave de acesso do CT-e é baseado em um cálculo do módulo 11. O módulo 11 de um número é calculado multiplicando-se cada algarismo pela seqüência de multiplicadores 2,3,4,5,6,7,8,9,2,3, ... posicionados da direita para a esquerda.

A somatória dos resultados das ponderações dos algarismos é dividida por 11 e o DV (dígito verificador) será a diferença entre o divisor (11) e o resto da divisão:

$$DV = 11 - (\text{resto da divisão})$$

Quando o resto da divisão for 0 (zero) ou 1 (um), o DV deverá ser igual a 0 (zero).



Exemplo: consideremos que a chave de acesso tem a seguinte seqüência de caracteres:

A	CHAVE DE ACESSO	5	2	0	6	0	4	3	3	0	0	9	9	1	1	0	0	2	5	0	6	5	5	0	1	2	0	0	0	0	0	7	8	0	0	2	6	7	3	0	1	6	1	
B	PESOS	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2	9	8	7	6	5	4	3	2
C	PONDERAÇÃO (A*B)	20	6	0	54	0	28	18	15	0	0	18	81	8	7	0	0	8	15	0	54	40	35	0	5	8	0	0	0	0	0	35	32	0	0	18	48	49	18	0	4	18	2	

Somatória das ponderações = 644

Dividindo a somatória das ponderações por 11 teremos, $644 / 11 = 58$ restando 6.

Como o dígito verificador DV = $11 - (\text{resto da divisão})$, portando $11 - 6 = 5$

Neste caso o DV da chave de acesso do CT-e é igual a "5", valor este que deverá compor a chave de acesso totalizando a uma seqüência de 44 caracteres.

5.5 Número do Recibo de Lote

O número do Recibo do Lote deve ser gerado pelo Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, com a seguinte regra de formação:

- 2 posições com o Código da UF onde foi entregue o lote (codificação do IBGE);
- 1 posição com o Tipo de Autorizador (0 ou 1=SEFAZ normal, 2=Contingência SCAN - RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL, 4=SEFAZ VIRTUAL-AN);
- 12 posições numéricas seqüenciais.

campo	Código da UF	Tipo Autorizador	seqüencial
Quantidade de caracteres	02	01	12

O projeto utiliza a codificação da UF definida pelo IBGE:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

5.6 Número do protocolo

O número do protocolo é gerado pelo Portal da Secretaria da Fazenda Estadual ou da Receita Federal do Brasil para identificar univocamente as transações realizadas de autorização de uso, denegação de uso, cancelamento de CT-e e inutilização de numeração de CT-e.

A regra de formação do número do protocolo é:



9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
Tipo de Autorizador	código da UF	ano	seqüencial de 10 posições											

- 1 posição com o Tipo de Autorizador (1=SEFAZ normal, 2= Contingência SCAN - RFB, 3=SEFAZ VIRTUAL, 4=SEFAZ VIRTUAL-AN);
- 2 posições para o código da UF do IBGE;
- 2 posições para ano;
- 10 posições para o seqüencial no ano.

A geração do número de protocolo deverá ser única, sendo utilizada por todos os Web Service que precisam atribuir um número de protocolo para o resultado do processamento.

5.7 Tempo médio de resposta

O tempo médio de resposta é um indicador que mede a performance do serviço de processamento dos lotes dos últimos 5 minutos.

O tempo médio de processamento de um CT-e é obtido pela divisão do tempo decorrido entre o recebimento da mensagem e o momento de armazenamento da mensagem de processamento do lote pela quantidade de CT-e existentes no lote.

O tempo médio de resposta é a média dos tempos médios de processamento de um CT-e dos últimos 5 minutos.

Caso o tempo médio de resposta fique abaixo de 1 (um) segundo, o tempo será informado como 1 segundo. Arredondar as frações de segundos para cima.

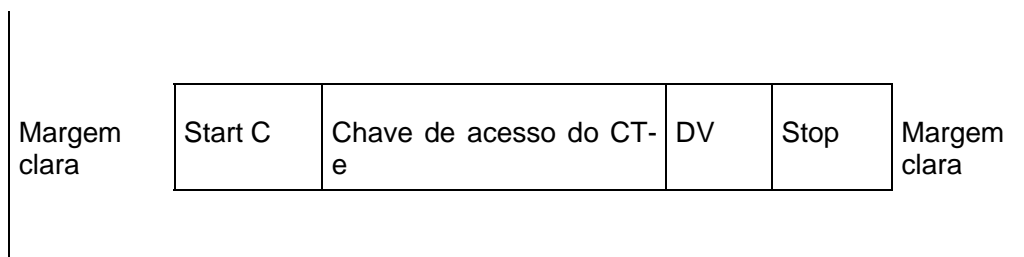
6. Código de Barra

O padrão de código de barras a ser impresso no DACTE é o CODE-128C. O referido código de barras deverá representar apenas a chave única de acesso do arquivo do conhecimento de transporte eletrônico, com 44 posições.

A impressão do código de barras no DACTE tem a finalidade de facilitar e agilizar a captura da chave de acesso do CT-e para consulta da veracidade da mesma nos portais estaduais e da Receita Federal. Com a chave de acesso poderá ser realizada a consulta integral ou resumida de um conhecimento de transporte eletrônico e sua situação, bem como a visualização da autorização de uso da mesma. Dentre outras finalidades do código, destacamos também o registro do trânsito de mercadorias nos Postos Fiscais e, a critério de cada unidade federada, a disponibilização do arquivo do CT-e consultado.

O conjunto de caracteres representativos do Código de Barras CODE-128C encontra-se no Anexo V deste manual.

O código de barras deverá representar apenas a chave de acesso do CT-e de 44 posições. Para a impressão do mesmo será considerada a seguinte estrutura de simbolização:



Margem Clara: Espaço claro, que não contém nenhuma marca legível por máquina, existente à esquerda e à direita do código para evitar interferência na decodificação da simbologia. A margem clara também é chamada de "área livre", "zona de silêncio" ou "margem de silêncio".

Start C: inicia a codificação dos dados CODE-128C de acordo com o conjunto de caracteres. O Start C não representa nenhum caractere.

Chave de acesso do CT-e: representa o conjunto de 44 caracteres da chave de acesso do CT-e.

DV: dígito verificador da simbologia.

Stop: caractere de parada, indica o final do código ao leitor óptico.

O código de barras deverá ser impresso com resolução mínima de 300 dpi, devendo ser observada a área reservada no DACTE de 3 x 9 cm.

Altura da barra: no intuito de propiciar melhor área de leitura, a altura da barra não poderá ser inferior a 1,5 cm e nem superior a 2,5 cm.

Largura da barra: considerando que para cada símbolo da barra são codificados dois caracteres, então teremos:

Tamanho do campo chave de acesso = 44 (caracteres) / 2 = 22 (símbolos)

Considerando que cada símbolo possui 11 (módulos) * 22 (símbolos) = 242 posições

Margem clara = deve ter no mínimo a dimensão de 10 (módulos) * 2 = 20 posições



Start C = 11 (módulos) = 11 posições

DV = 11 (módulos) = 11 posições

Stop = 13 (módulos) = 13 posições

Tamanho total da simbologia = $242 + 20 + 11 + 11 + 13 = 297$ (posições)

Largura máxima de cada módulo da barra = $9 \text{ cm} / 297 \text{ (posições)} = 0,03 \text{ cm}$

6.1 Cálculo do dígito verificador do CODE-128C

O dígito verificador é baseado em um cálculo do módulo 103 considerando a soma ponderada dos valores de cada um dos dígitos na mensagem que está sendo codificada, incluindo o valor do caractere de início (start).

Exemplo: consideremos que a chave de acesso fosse apenas de oito caracteres e contivesse o seguinte número: 09758364

Chave de acesso		START	09	75	83	64
Seqüência	A		1	2	3	4
Valor do caractere	B	105	9	75	83	64
Valor Ponderado (A X B)	C	105	9	150	249	256

- Na linha valor do caractere foi incluso o valor 105 que corresponde ao valor do caractere de início (start) para o padrão Code C.
- Excetuando o caractere de start, os demais valores dos caracteres coincidem com os valores da chave de acesso, isto porque estamos utilizando o padrão Code C de codificação que é exclusivamente numérico.
- O dígito verificador do código será o resto da divisão da somatória dos valores ponderados dividido por 103 (módulo 103).
Assim o dígito verificador será:
 - Valor da soma ponderada = $(1 \times 105) + (1 \times 9) + (2 \times 75) + (3 \times 83) + (4 \times 64) = 769$
 - $769 / 103 = 7$ resta 48, assim o DV é 48

6.2 Representação simbólica do código

START			09			75			83			64			DV = 48			STOP		
B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B	S	B
2	1	1	2	3	2	2	2	1	2	1	3	2	4	1	2	1	1	1	4	2

A seqüência de barras está descrita na tabela do Anexo V deste manual.

B = barra preta

S = espaço ou barra branca

A numeração acima indica quantas vezes a barra deverá ser impressa no símbolo.



7. DACTE

O DACTE é um documento fiscal auxiliar impresso em papel com o objetivo de:

- a) Acompanhar a prestação do serviço de transporte de mercadorias;
- b) Colher a firma do destinatário/tomador para comprovação de entrega das mercadorias e/ou prestação de serviços;
- c) Auxiliar a escrituração do CT-e para tomadores de serviços não emissores de documentos fiscais eletrônicos;

O DACTE poderá ser emitido em mais de uma folha, assim um DACTE poderá ter tantas folhas quantas forem necessárias para discriminação das mercadorias, conforme leiaute descrito no Anexo II e III deste manual. O contribuinte poderá utilizar até 50% da área disponível no verso do DACTE.

O DACTE emitido no ambiente de homologação deverá conter, em destaque, a frase “SEM VALOR FISCAL”.

A legislação aplicável para a emissão e preenchimento da nota fiscal modelo 1/1A também se aplica para o preenchimento do DACTE.

A critério da empresa, pode ser editado no DACTE o número do Protocolo de Autorização de Uso recebido da SEFAZ.



8. Contingência

Durante a fase inicial do piloto, exclusivamente em casos de contingência do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual, as empresas emitirão os Conhecimentos de Transporte em formulário contínuo, não sendo necessária a transmissão do arquivo do CT-e após o término da contingência.

Será utilizado o Web Service “cteStatusServico” para identificar o status operacional do Portal da Secretaria de Fazenda Estadual. Para tempo de resposta, informado pela SEFAZ no retorno da consulta de Status, superior a 3 (três) minutos ou ausência de retorno, caberá à Empresa decidir pela utilização do processo de contingência definido no parágrafo anterior.

Também através deste método a Empresa deverá identificar a saída do estado de contingência.

Antes de entrar em contingência a Empresa também deverá verificar o status operacional de sua rede interna.



9. Ambiente de Homologação / Produção

As Secretarias de Fazenda Estaduais deverão manter dois ambientes para recepção de CT-e. O ambiente de homologação é específico para a realização de testes e integração das aplicações do contribuinte durante a fase de implementação e adequação do sistema de emissão de CT-e do contribuinte.

A autorização para emissão de CT-e no ambiente de produção fica condicionada à prévia aprovação das equipes de TI e de negócios da Secretaria de Fazenda, que deverá avaliar a adequação, comportamento e performance do sistema de emissão de CT-e do contribuinte interessado no ambiente de homologação.

10. Distribuição do CT-e para o Tomador do Serviço

Conforme prevista na cláusula décima do AJUSTE SINIEF 07/05 o emitente e o tomador do serviço deverão manter em arquivo digital os Conhecimentos de Transporte eletrônicos pelo prazo estabelecido na legislação tributária para a guarda dos documentos fiscais, devendo ser apresentada à administração tributária, quando solicitados.

O emissor do Conhecimento de Transporte eletrônico deve enviar ou disponibilizar o arquivo digital do CT-e para o tomador do serviço, seja de forma eletrônica ou por qualquer outro meio que possibilite ao tomador do serviço ter acesso ao arquivo digital.

O DACTE é um Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte eletrônico hábil para acobertar a prestação de serviços de transporte e não substitui o Conhecimento de Transporte eletrônico em nenhuma hipótese.

Os tomadores de serviços de transporte que não sejam credenciados para operar com a CT-e ou CT-e poderão escriturar a CT-e com base nas informações contidas no DACTE, que deverá ser mantido para apresentação à administração tributária quando solicitado.

10.1 Processo de Distribuição

A modalidade tecnológica de intercâmbio do documento eletrônico entre o emissor e receptor deve ser acordada entre ambos, respeitando o sigilo fiscal e o padrão de conteúdo de dados definido neste item. As formas mais comuns de troca de informações entre as empresas no “comércio eletrônico” (B2B) são:

- troca de mensagens em sistema específico, baseado em WEB ou rede privativa;
- troca de arquivos;
- troca de mensagens via e-mail;
- disponibilização de informações em portais, com acesso sob demanda e autenticação de acesso.

10.2 Leiaute da Distribuição: CT-e

Deverá ser disponibilizado para o destinatário o mesmo conteúdo do CT-e enviada para a SEFAZ, complementada com a informação da Autorização de Uso, na forma que segue.

Schema XML: procCTe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
XR01	cteProc	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
XR02	versao	A	XR01	N	1-1	1-4	2	
XR03	CTe	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do CT-e, inclusive com os dados da assinatura (Anexo I)
XR05	protCte	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Protocolo de Autorização de Uso (item 4.2.2)

Nota: Atualmente, no credenciamento das empresas como emissor de CT-e, a SEFAZ não está verificando a capacidade das empresas para recepção de documentos de forma eletrônica, nem a distribuição dos CT-e para o destinatário. Com a ampliação do processo de emissão de documentos eletrônicos estas implementações previstas no Projeto poderão ser exigidas.



11. Compartilhamento de informações do CT-e entre Órgãos Públicos

O Protocolo de Cooperação nº 03/2006 – II ENAT de implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico prevê o compartilhamento de CT-e entre as administrações tributárias.

O compartilhamento das informações será realizado através do intercâmbio dos seguintes arquivos digitais:

- **CT-e:** Conhecimento de Transporte eletrônico e a respectiva autorização ou denegação de uso;
- **Cancelamento de CT-e:** Pedido de Cancelamento de CT-e e a respectiva homologação do pedido;
- **Inutilização de numeração de CT-e:** Pedido de Inutilização de numeração de CT-e e a respectiva homologação do pedido;
- **Carta de Correção do CT-e:** Carta de Correção e respectiva confirmação de recepção da Carta de Correção;

11.1 Processo de Compartilhamento

Todos os documentos serão transmitidos para a Receita Federal do Brasil, que disponibilizará o compartilhamento destes documentos para os seguintes órgãos da administração tributária interessados:

- UF de início da prestação do serviço de transporte;
- UF de fim da prestação do serviço de transporte;
- UF do tomador da prestação do serviço de transporte;
- SUFRAMA quando a localidade de fim da prestação de serviço de transporte estiver localizada na área de incentivo fiscal administrada pela SUFRAMA.

O compartilhamento de documentos entre as SEFAZ e a RFB será realizado através dos Web Services de compartilhamento de Documentos Fiscais Eletrônicos, seguindo a padronização de nomes de arquivos que segue:

- **CT-e:** Número do Protocolo + “_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-procCTe.xml”.
Exemplo: 143061234567890_v01.00-**procCTe.xml**.
- **Cancelamento de CT-e:** Número do Protocolo + “_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-procCancCTe.xml”.
Exemplo: 143061234567890_v01.00-**procCancCTe.xml**.
- **Inutilização de numeração de CT-e:** Número do Protocolo + “_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-proclnutCTe.xml”.
Exemplo: 143061234567890_v01.00-**proclnutCTe.xml**.
- **Carta de Correção de CT-e:** Número do Protocolo + “_v” + [Versão do arquivo de schema com 5 posições (ex: 99.99)] + “-cartCorCTe.xml”.

Nota: A composição do Número do Protocolo está descrita no item 5.6.

11.2 Leiaute de compartilhamento: CT-e

Schema XML: procCTe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
---	-------	-----	-----	------	-------	------	------	----------------------



XR01	cteProc	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
XR02	versao	A	XR01	N	1-1	1-4	2	
XR03	CTe	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do CT-e, inclusive com os dados da assinatura (Anexo I)
XR05	protCte	G	XR01	-	1-1	-	-	
XR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Protocolo de Autorização de Uso (item 4.2.2)

11.3 Leiaute de compartilhamento: Cancelamento de CT-e

Schema XML: procCancCTe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
YR01	procCancCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
YR02	versao	A	YR01	N	1-1	1-4	2	
YR03	cancCTe	G	YR01	-	1-1	-	-	
YR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Pedido de Cancelamento (item 4.3.1)
YR05	retCancCTe	G	YR01	-	1-1	-	-	
YR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados da homologação do pedido (item 4.3.2)

11.4 Leiaute de compartilhamento: Inutilização de Numeração de CT-e

Schema XML: proclnutCTe_v99.99.xsd

#	Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocor.	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
ZR01	proclnutCTe	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz
ZR02	versao	A	ZR01	N	1-1	1-4	2	
ZR03	inutCTe	G	ZR01	-	1-1	-	-	
ZR04	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados do Pedido de Inutilização (item 4.4.1)
ZR05	retInutCte	G	ZR01	-	1-1	-	-	
ZR06	(dados)	-	-	-	-	-	-	Dados da homologação do pedido (item 4.4.2)

11.5 Compartilhamento de documentos com outros órgãos públicos

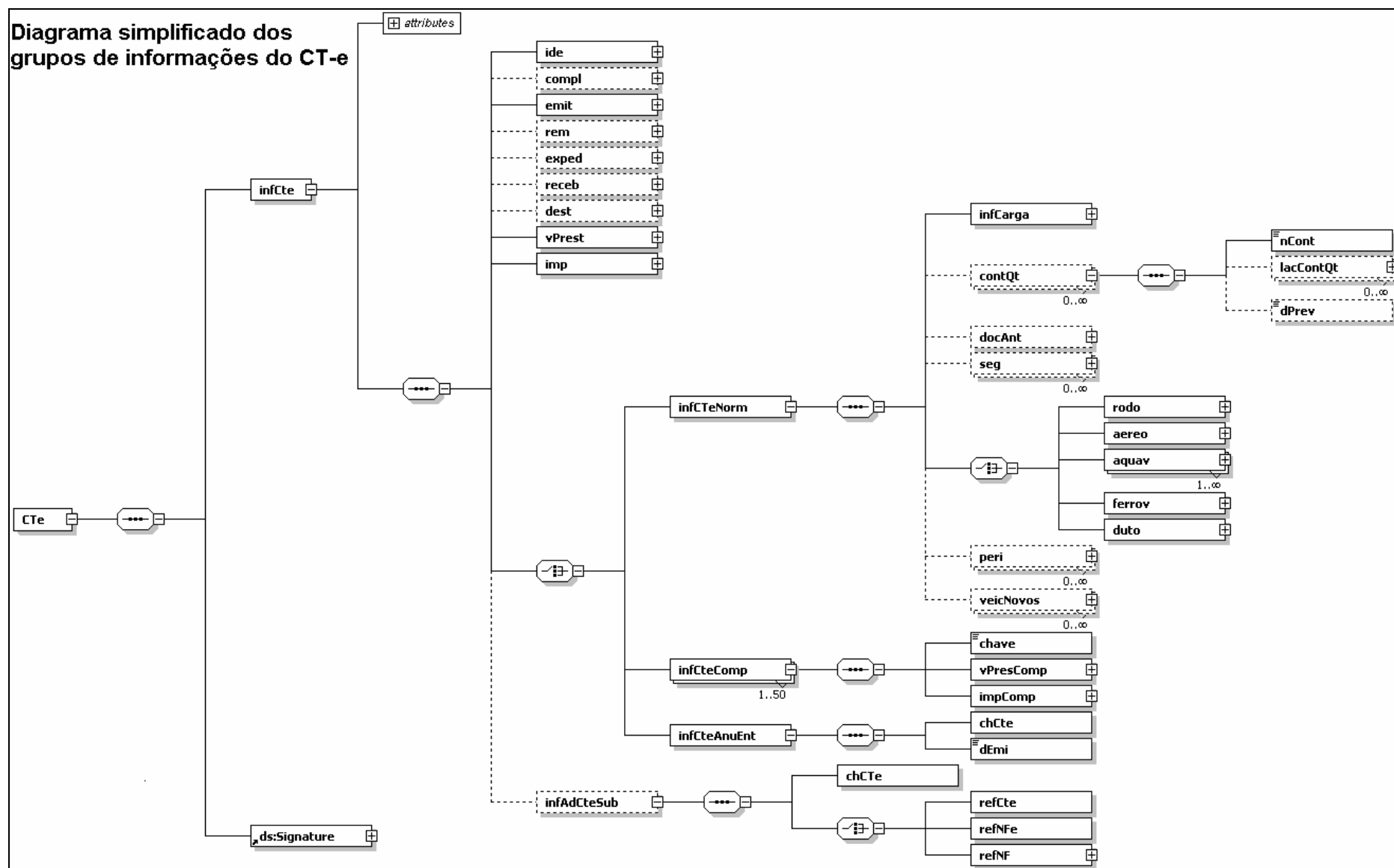
O CT-e também poderá ser compartilhado com outros órgãos da administração direta, indireta, fundações e autarquias, que necessitem das informações para desempenho de suas atividades, mediante prévio convênio ou protocolo de cooperação, respeitado o sigilo fiscal.



Anexo I – Leiaute do CT-e



Diagrama simplificado dos grupos de informações do CT-e



**Schema XML: CT_e_v99.99.xsd**

#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
-		CTe	TAG raiz do CT-e	G	-		1-1			
A - Dados do Conhecimento de Transporte Eletrônico										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
1	A01	infCte	TAG de grupo de informações do CT-e	G	Raiz		1-1			
2	A02	versao	Versão do leiaute	A	A01	N	1-1	1-4	2	Ex.: "1.02"
3	A03	Id	Identificador da TAG a ser assinada	ID	A01	C	1-1			Informar a chave de acesso do CT-e e precedida do literal "CTe"
B - Identificação do Conhecimento de Transporte Eletrônico										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
4	B01	ide	TAG de grupo de informações do CT-e	G	A01		1-1			
5	B02	cUF	Código de UF emitente do Documento Fiscal	E	B01	N	1-1	2		Utilizar tabela do IBGE de Código de Unidades da Federação
6	B03	cCT	Código numérico que compõe a Chave de acesso	E	B01	N	1-1	9		Número aleatório, gerado pelo emitente para cada CT-e para evitar acessos indevidos do CT-e
7	B04	CFOP	CFOP	E	B01	N	1-1	4		
8	B05	natOp	Descrição da Natureza da Operação	E	B01	C	1-1	1-60		
9	B06	forPag	Forma de pagamento do serviço	E	B01	C	1-1	1		0 – Pago; 1 – A pagar; 2 - outros.
10	B07	mod	Modelo do Documento Fiscal	E	B01	C	1-1	2		Utilizar o código 57 para identificação do CT-e, emitida em substituição aos modelos de conhecimentos atuais
11	B08	serie	Série	E	B01	N	1-1	1-3		Preencher com "0" no caso de série única, a série de contingência com autorização pela SRF deve ser "900" ou superior
12	B09	nCT	Número do conhecimento	E	B01	N	1-1	1-9		
13	B10	dhEmi	Data e Hora de emissão	E	B01	D	1-1			Data e hora de emissão Formato = AAAA-MM-DDTHH:MM:SS Preenchido com data e hora de emissão.
14	B11	tpImp	Formato de Impressão do DACTE	E	B01	N	1-1	1		1 – Retrato ou 2 - Paisagem
15	B12	tpEmis	Forma de emissão do CT-e	E	B01	N	1-1	1		1 – Normal ou 2 - Contingência
16	B13	cDV	Dígito Verificador da chave de acesso do CT-e	E	B01	N	1-1	1		Informar o dígito da chave de acesso do CT-e, será calculado com a aplicação do



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
										algoritmo módulo 11 (base 2,9) da chave de acesso
17	B14	tpAmb	Identificação do ambiente	E	B01	N	1-1	1		1 - Produção ou 2 - Homologação
18	B15	tpCTe	tipo do Conhecimento	E	B01	N	1-1	1		0 - CT-e Normal, 1 - CT-e de Complemento de Valores, 2- CT-e de anulação de valores (entrada); 3- CT-e substituto do CT-e anulado
18a	B15a	procEmi	Processo de emissão do CT-e	E	B01	N	1-1	1		Identificador do processo de emissão do CT -e: 0 - emissão de CT-e com aplicativo do contribuinte; 1 - emissão de CT-e avulsa pelo Fisco; 2 - emissão de CT-e avulsa, pelo contribuinte com seu certificado digital, através do site do Fisco; 3- emissão CT-e pelo contribuinte com aplicativo fornecido pelo Fisco.
18b	B15b	verProc	Versão do Processo de emissão do CT-e	E	B01	C	1-1	1-20		Identificador da versão do processo de emissão (informar a versão do aplicativo emissor de CT-e).
18c	B15c	refCTE	Chave de acesso do CT-e referenciado	E	B01	N	0-1	44		CT-e cujo débito fora anulado, informado no Tipo do Conhecimento = 2
19	B16	cMunEmi	Código do Município onde o CT-e está sendo emitido	E	B01	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
20	B17	xMunEmi	Nome do Município onde o CT-e está sendo emitido	E	B01	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
21	B18	UFEmi	Sigla da UF do local onde o CT-e está sendo emitido	E	B01	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
22	B19	modal	Modal	E	B01	N	1-1	2		01-Rodoviário; 02-Aéreo; 03-Aquaviário; 04-Ferrovário; 05-Dutoviário.
23	B20	tpServ	Tipo do Serviço	E	B01	N	1-1	1		0 - Normal; 1 - Subcontratação; 2 – Redespacho; 3 – Redespacho intermediário.
24	B21	cMunIni	Código do Município do início da	E	B01	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
			prestação							para operações com o exterior.
25	B22	xMunIni	Nome do Município do início da prestação	E	B01	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
26	B23	UFIni	UF do início da prestação	E	B01	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
27	B24	cMunFim	Código do Município do término da prestação	E	B01	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
28	B25	xMunFim	Nome do Município do término da prestação	E	B01	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
29	B26	UFFim	UF do término da prestação	E	B01	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
30	B27	retira	Recebedor retira no Aeroporto, Filial, Porto ou Estação de Destino?	E	B01	N	1-1	1		0-Sim, 1-Não
30a	B27a	xdetretira	Detalhes do retira	E	B01	C	0-1	160		
31	B28	toma03	TAG de grupo de informações complementares do CT-e	CG	B01		0-1			
32	B29	toma	tomador do serviço	E	B28	N	1-1	1		0- Remetente; 1- Expedidor; 2 - Recebedor; 3 - Destinatário. Obs. Utilizar as informações cadastrais informadas no respectivo grupo de informações
33	B30	toma4	TAG de grupo de informações complementares do CT-e	CG	B01		0-1			
34	B29	toma	tomador do serviço	E	B30	N	1-1	1		4 - Outros Obs. Informar os dados cadastrais do tomador do serviço.
35	B31	CNPJ	CNPJ	CE	B30	N	1-1	14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil, será informado o CNPJ com zeros.
36	B32	CPF	CPF	CE	B30	N	1-1	11		Informar os zeros não significativos
37	B33	IE	Inscrição Estadual	E	B30	C	1-1	2-14		
38	B34	xNome	Razão social	E	B30	C	1-1	1-60		
39	B35	xFant	Nome fantasia	E	B30	C	0-1	1-60		
40	B36	enderToma	TAG de grupo de informações de Endereço do tomador do CT-e	G	B30		1-1			
41	B37	xLgr	Logradouro	E	B36	C	1-1	1-255		
42	B38	xNum	Número	E	B36	C	1-1	1-60		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
43	B39	xCpl	Complemento	E	B36	C	0-1	1-60		
44	B40	xBairro	Bairro	E	B36	C	1-1	1-60		
45	B41	cMun	Código Município	E	B36	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
46	B42	xMun	Nome Município	E	B36	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
47	B43	CEP	CEP	E	B36	N	1-1	8		Informar os zeros não significativos.
48	B44	UF	UF	E	B36	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
49	B45	cPais	Código do País	E	B36	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
50	B46	xPais	Nome do País	E	B36	C	0-1	1-60		

C - Dados complementares do CT-e, para fins Operacionais ou Comerciais

#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
51	C01	compl	TAG de grupo de informações complementares do CT-e	G	A01		0-1			
52	C02	xCaracAd	Característica adicional do transporte	E	C01	C	0-1	1-15		Texto livre: REENTREGA; DEVOLUÇÃO; REFATURAMENTO; etc.
53	C03	xCaracSer	Característica adicional do serviço	E	C01	C	0-1	1-30		Texto livre: ENTREGA EXPRESSA; LOGÍSTICA REVERSA; CONVENCIONAL; EMERGENCIAL; etc.
54	C04	xEmi	Funcionário emissor do CTe	E	C01	C	0-1	1-20		
55	C05	Fluxo	TAG de Previsão do Fluxo da carga	G	C01		0-1			
56	C06	xOrig	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/ Aeroporto de Origem	E	C05	C	0-1	1-15		
57	C07	pass	TAG de grupo dos pontos de passagem	G	C05		0-N			
58	C08	xPass	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/Aeroporto de Passagem	E	C07	C	1-1	1-15		
59	C09	xDest	Sigla ou código interno da Filial/Porto/Estação/Aeroporto de Destino	E	C05	C	0-1	1-15		
60	C10	xRota	Código da Rota de Entrega	E	C05	C	0-1	1-10		
61	C11	Entrega	TAG de grupo de informações ref. a previsão de entrega	G	C01		0-1			



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
62	C12	semData	TAG de grupo de entrega sem data definida	CG	C11		1-1			
63	C13	tpPer	Tipo de data/período programado para a entrega	E	C12	C	1-1	1		0- Sem data definida
64	C14	comData	TAG de grupo de entrega com data definida	CG	C11		1-1			
65	C13	tpPer	Tipo de data/período programado para a entrega	E	C14	C	1-1	1		1-Na data, 2-Até a data, 3-A partir da data
66	C15	dProg	Data programada	E	C14	D	1-1			"AAAA-MM-DD"
67	C16	noPeriodo	TAG de grupo de entrega no período definido	CG	C11		1-1			
68	C13	tpPer	Tipo de data/período programado para a entrega	E	C16	C	1-1	1		4-No período
69	C17	dIni	Data inicial	E	C16	D	1-1			"AAAA-MM-DD"
70	C18	dFim	Data final	E	C16	D	1-1			"AAAA-MM-DD"
71	C19	semHora	TAG de grupo de entrega sem hora definida	CG	C11		1-1			
72	C20	tpHor	Tipo de hora/período programado para a entrega	E	C19	C	1-1	1		0- Sem hora definida
73	C21	comHora	TAG de grupo de entrega com hora definida	CG	C11		1-1			
74	C20	tpHor	Tipo de data/período programado para a entrega	E	C21	C	1-1	1		1-No horário 2-Até o horário 3-A partir do horário
75	C22	hProg	Hora programada	E	C21	T	1-1			"HH:MM:SS"
76	C23	noInter	TAG de grupo de entrega no intervalo definido	CG	C11		1-1			
77	C20	tpHor	Tipo de data/período programado para a entrega	E	C23	C	1-1	1		4-No intervalo de tempo
78	C24	hIni	Hora inicial	E	C23	T	1-1			"HH:MM:SS"
79	C25	hFim	Hora Final	E	C23	T	1-1			"HH:MM:SS"
80	C26	origCalc	município origem para efeito de cálculo do frete	E	C01	C	0-1	1-40		
81	C27	destCalc	município destino para efeito de cálculo do frete	E	C01	C	0-1	1-40		
82	C28	xObs	Observações Gerais	E	C01	C	0-1	1-2000		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
83	C29	ObsCont	TAG de grupo do campo de uso livre do contribuinte	G	C01		0-10			Campo de uso livre do contribuinte informar o nome do campo no atributo xCampo e o conteúdo do campo no XTexto
84	C30	xCampo	Identificação do campo	A	C29	C	1-1	1-20		identificação do campo
85	C31	xTexto	conteúdo do campo	E	C29	C	1-1	1-160		conteúdo do campo
86	C32	ObsFisco	TAG de grupo do campo de uso livre do fisco	C	C01		0-10			Campo de uso livre do fisco, informar o nome do campo no atributo xCampo e o conteúdo do campo no XTexto
87	C33	xCampo	Identificação do campo	A	C32	C	1-1	1-20		identificação do campo
88	C34	xTexto	conteúdo do campo	E	C32	C	1-1	1-60		conteúdo do campo
D - Emissor do CT-e										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
89	D01	emit	TAG de grupo de informações do emissor do CT-e	G	A01		1-1			
90	D02	CNPJ	CNPJ	E	D01	N	1-1	14		Informar os zeros não significativos.
91	D03	IE	Inscrição Estadual	E	D01	C	1-1	2-14		
92	D04	xNome	Razão social	E	D01	C	1-1	1-60		
93	D05	xFant	Nome fantasia	E	D01	C	0-1	1-60		
94	D06	enderEmit	TAG de grupo de informações de Endereço do emissor do CT-e	G	D01		1-1			
95	D07	xLgr	Logradouro	E	D06	C	1-1	1-60		
96	D08	nro	Número	E	D06	C	1-1	1-60		
97	D09	xCpl	Complemento	E	D06	C	0-1	1-60		
98	D10	xBairro	Bairro	E	D06	C	1-1	1-60		
99	D11	cMun	Código Município	E	D06	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE .
100	D12	xMun	Nome Município	E	D06	C	1-1	1-60		
101	D13	CEP	CEP	E	D06	N	1-1	8		Informar os zeros não significativos.
102	D14	UF	UF	E	D06	C	1-1	2		
103	D15	cPais	Código do País	E	D06	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
104	D16	xPais	Nome do País	E	D06	C	0-1	1-60		
105	D17	fone	telefone	E	D06	C	0-1	7-12		
E - Remetente das mercadorias transportadas pelo CT-e										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
106	E01	rem	TAG de grupo de informações do Remetente das mercadorias transportadas pelo CT-e	G	A01		0-1			Poderá não ser informado para os CT-e de Redespacho intermediário, nos demais casos, será sempre informado



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
107	E02	CNPJ	CNPJ	CE	E01	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ. Informar os zeros não significativos
108	E03	CPF	CPF	CE	E01	N	1-1	11		
109	E04	IE	Inscrição Estadual	E	E01	C	1-1	0-14		
110	E05	xNome	Razão social	E	E01	C	1-1	1-60		
111	E06	xFant	Nome fantasia	E	E01	C	0-1	1-60		
111a	E06	fone	telefone	E	E01	C	0-1	7-12		
112	E07	enderReme	TAG de grupo de informações de Endereço do remetente do CT-e	G	E01		1-1			
113	E08	xLgr	Logradouro	E	E07	C	1-1	1-255		
114	E09	nro	Número	E	E07	C	1-1	1-60		
115	E10	xCpl	Complemento	E	E07	C	0-1	1-60		
116	E11	xBairro	Bairro	E	E07	C	1-1	1-60		
117	E12	cMun	Código Município	E	E07	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
118	E13	xMun	Nome Município	E	E07	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
119	E14	CEP	CEP	E	E07	N	0-1	8		Informar os zeros não significativos.
120	E15	UF	UF	E	E07	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
121	E16	cPais	Código do País	E	E07	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
122	E17	xPais	Nome do País	E	E07	C	0-1	1-60		
122a	E19	infNF	TAG de grupos de informações das NF	CG	E01		1-N			Este grupo deve ser informado quando o documento originário for NF
122b	E20	nRoma	Número do Romaneio da NF	E	E19	C	0-1	1-20		
122c	E21	nPed	Número do Pedido da NF	E	E19	C	0-1	1-20		
122d	E22	serie	Série	E	E19	C	1-1	1-3		
122e	E23	nDoc	Número	E	E19	C	1-1	1-20		
122f	E24	dEmi	Data da emissão	E	E19	D	1-1			AAAA-MM-DD
122g	E25	vBC	Base de Cálculo do ICMS	E	E19	N	1-1	15	2	
122h	E26	vICMS	Valor total do ICMS	E	E19	N	1-1	15	2	
122i	E27	vBCST	Base de cálculo do ICMS ST	E	E19	N	1-1	15	2	



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
122j	E28	vST	Valor total do ICMS ST	E	E19	N	1-1	15	2	
122k	E29	vProd	Valor total dos produtos	E	E19	N	1-1	15	2	
122l	E30	vNF	Valor total da NF	E	E19	N	1-1	15	2	
122m	E31	nCFOP	CFOP predominante	E	E19	N	1-1	4		CFOP da Nota Fiscal ou, na existência de mais de um, predominância pelo critério de valor econômico
122n	E32	nPeso	Peso	E	E19	N	0-1	15	3	Peso Total em kg
122o	E33	PIN	PIN SUFRAMA	E	E19	N	0-1	2-9		PIN atribuído pela SUFRAMA para a operação (nnnnnnnaa)
123	E34	locRet	TAG de grupo de informações do Local de retirada constante na NF	G	E19		0-1			Informar apenas quando diferente do endereço do remetente.
124	E35	CNPJ	CNPJ	CE	E34	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ. Informar os zeros não significativos
125	E36	CPF	CPF	CE	E34	N	1-1	11		
126	E37	xNome	Razão social	E	E34	C	1-1	1-60		
127	E38	xLgr	Logradouro	E	E34	C	1-1	1-255		
128	E39	nro	Número	E	E34	C	1-1	1-60		
129	E40	xCpl	Complemento	E	E34	C	0-1	1-60		
130	E41	xBairro	Bairro	E	E34	C	1-1	1-60		
131	E42	cMun	Código Município	E	E34	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
132	E43	xMun	Nome Município	E	E34	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
133	E44	UF	UF	E	E34	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
133a	E45	infNFe	TAG de grupos de informações das NF-e	CG	E01	G	1-N			Este grupo deve ser informado quando o documento originário for NF ou NF-e
133b	E46	chave	Chave de acesso da NF-e	E	E45	N	1-1	44		Informar apenas para Documentos eletrônicos
133c	E47	PIN	PIN SUFRAMA	E	E45	N	0-1	2-9		PIN atribuído pela SUFRAMA para a operação (nnnnnnnaa)
133d	E48	infOutros	TAG de grupo de informações dos demais documentos	CG	E01	G	1-N			Grupo de informações básicas dos seguintes documentos
133e	E49	tpDoc	Tipo de documento originário	E	E48	N	1-1	2		Tabela: 00 – Declaração 99 - Outros
133f	E50	descOutros	Descrição	E	E48	C	0-1	1-60		Descrição quando for selecionada a opção "99 – Outros"



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
133g	E51	nDoc	Número	E	E48	C	0-1	1-20		
133h	E52	dEmi	Data da emissão	E	E48	D	1-1			AAAA-MM-DD
133i	E53	vDocFisc	Valor do documento	E	E48	N	0-1	15	2	
F – Dados do transportador Expedidor da Carga										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
134	F01	exped	TAG de grupo de informações do Expedidor da Carga	G	A01		0-1			
135	F02	CNPJ	CNPJ	CE	F01	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ.
136	F03	CPF	CPF	CE	F01	N	1-1	11		Informar os zeros não significativos
137	F04	IE	IE	E	F01	C	0-1	2-14		
138	F05	xNome	Nome / razão social	E	F01	C	1-1	1-60		
139	F06	fone	Telefone	E	F01	C	0-1	7-12		
140	F07	enderExped	TAG de grupo de informações de Endereço do Expedidor da carga	G	F01		1-1			
141	F08	xLgr	Logradouro	E	F07	C	1-1	1-255		
142	F09	nro	Número	E	F07	C	1-1	1-60		
143	F10	xCpl	Complemento	E	F07	C	0-1	1-60		
144	F11	xBairro	Bairro	E	F07	C	1-1	1-60		
145	F12	cMun	Código município	E	F07	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
146	F13	xMun	Nome Município	E	F07	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
147	F14	CEP	CEP	E	F07	N	1-1	8		Informar os zeros não significativos.
148	F15	UF	UF	E	F07	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
149	F16	cPais	Código do País	E	F07	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
150	F17	xPais	Nome do País	E	F07	C	0-1	1-60		
G - Dados do transportador Recebedor da carga										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
151	G01	receb	TAG de grupo de informações do Recebedor da carga	G	A01		0-1			
152	G02	CNPJ	CNPJ	CE	G01	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ.
153	G03	CPF	CPF	CE	G01	N	1-1	11		Informar os zeros não significativos
154	G04	IE	IE	E	G01	C	0-1	2-14		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
155	G05	xNome	Nome / razão social	E	G01	C	1-1	1-60		
156	G06	fone	Telefone	E	G01	C	0-1	7-12		
156a	G07	enderReceb	TAG de grupo de informações do Endereço do Recebedor da carga	G	G01		1-1			
157	G08	xLgr	Logradouro	E	G07	C	1-1	1-255		
158	G09	nro	Número	E	G07	C	1-1	1-60		
159	G10	xCpl	Complemento	E	G07	C	0-1	1-60		
160	G11	xBairro	Bairro	E	G07	C	1-1	1-60		
161	G12	cMun	Código município	E	G07	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
162	G13	xMun	Nome Município	E	G07	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
163	G14	CEP	CEP	E	G07	N	1-1	8		Informar os zeros não significativos.
164	G15	UF	UF	E	G07	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
165	G16	cPais	Código do País	E	G07	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
166	G17	xPais	Nome do País	E	G07	C	0-1	1-60		

H - Dados do Destinatário

#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
166	H01	dest	TAG de grupo de informações do Destinatário do CT-e	CG	A01		0-1			Poderá não ser informado para os CT-e de Redespacho, nos demais casos, será sempre informado
168	H02	CNPJ	CNPJ	CE	H01	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ.
169	H03	CPF	CPF	CE	H01	N	1-1	11		Informar os zeros não significativos
170	H04	IE	IE	E	H01	C	0-1	2-14		
171	H05	xNome	Nome / razão social	E	H01	C	1-1	1-60		
172	H06	fone	Telefone	E	H01	C	0-1	7-12		
173	H07	ISUF	Inscrição na SUFRAMA	E	H01	C	0-1	1-9		Obrigatório, nas operações que se beneficiam de incentivos fiscais existentes nas áreas sob controle da SUFRAMA. A omissão da Inscrição SUFRAMA impede o processamento da operação pelo Sistema de Mercadoria Nacional da SUFRAMA e a liberação da Declaração de Ingresso,



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
										prejudicando a comprovação do ingresso/internamento da mercadoria nas áreas sob controle da SUFRAMA.
174	H08	enderDest	TAG de grupo de informações de Endereço do Destinatário	G	H01		1-1			
175	H09	xLgr	Logradouro	E	H08	C	1-1	1-255		
176	H10	nro	Número	E	H08	C	1-1	1-60		
177	H11	xCpl	Complemento	E	H08	C	0-1	1-60		
178	H12	xBairro	Bairro	E	H08	C	1-1	1-60		
179	H13	cMun	Código município	E	H08	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
180	H14	xMun	Nome Município	E	H08	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
181	H15	CEP	CEP	E	H08	N	1-1	8		Informar os zeros não significativos.
182	H16	UF	UF	E	H08	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
183	H17	cPais	Código do País	E	H08	N	0-1	1-4		Utilizar a Tabela do BACEN .
184	H18	xPais	Nome do País	E	H08	C	0-1	1-60		
185	H19	locEnt	TAG de grupo de informações do Local de entrega constante na NF	G	H01		0-1			Informar apenas quando diferente do endereço do destinatário
186	H20	CNPJ	CNPJ	CE	H19	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ.
187	H21	CPF	CPF	CE	H19	N	1-1	11		Informar os zeros não significativos
188	H22	xNome	Razão social	E	H19	C	1-1	1-60		
189	H23	xLgr	Logradouro	E	H19	C	1-1	1-255		
190	H24	nro	Número	E	H19	C	1-1	1-60		
191	H25	xCpl	Complemento	E	H19	C	0-1	1-60		
192	H26	xBairro	Bairro	E	H19	C	1-1	1-60		
193	H27	cMun	Código Município	E	H19	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999 para operações com o exterior.
194	H28	xMun	Nome Município	E	H19	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
195	H29	UF	UF	E	H19	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
I - Valores da prestação de serviço										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
196	I01	vPrest	TAG de grupo de valores da prestação de serviço	G	A01		1-1			
197	I02	vTPrest	Valor total da prestação do serviço	E	I01	N	1-1	15	2	Pode conter zeros quando ct-e for de



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
										complemento de ICMS
197a	I02a	vRec	Valor a Receber	E	I01	N	1-1	15	2	
198	I03	comp	TAG de grupo de componentes do valor da prestação	G	I01		0-N			
199	I04	xNome	Nome do componente	E	I03	C	1-1	1-15		"FRETE PESO, FRETE VALOR, SEC/CAT, ADEME, AGENDAMENTO E ETC."
200	I05	vComp	Valor do componente	E	I03	N	1-1	15	2	
J- Informações relativas aos Impostos										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
201	J01	imp	TAG de grupo de informações relativas aos Impostos	G	A01		1-1			
202	J10	ICMS	TAG de grupo de informações relativas ao ICMS	G	J01		1-1			CST do serviço: 00 - ICMS Normal; 20 - ICMS com redução de BC; 40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido; 80 - ICMS pago atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto na legislação p/ ST; 81 - ICMS devido para outras UF; 90 - ICMS Outras situações
203	J11	CST00	Tag de grupo CST=00	CG	J10		1-1			00 - ICMS Normal;
204	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J11	N	1-1	2		00
205	J32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	J11	N	1-1	15	2	
206	J33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	J11	N	1-1	5	2	
207	J34	vICMS	Valor do ICMS	E	J11	N	1-1	15	2	
208	J12	CST20	Tag de grupo CST=20	CG	J10		1-1			20 - ICMS com redução de BC
209	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J12	N	1-1	2		20
210	J31	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	J12	N	1-1	5	2	
211	J32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	J12	N	1-1	15	2	
212	J33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	J12	N	1-1	5	2	
213	J34	vICMS	Valor do ICMS	E	J12	N	1-1	15	2	
214	J13	CST45	Tag de grupo CST=40, 41 e 51	CG	J10		1-1			40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido;



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
215	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J13	N	1-1	2		40,41 e 51
216	J14	CST80	Tag de grupo CST=80	CG	J10		1-1			80 - ICMS pagto atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto na legislação p/ ST
217	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J14	N	1-1	2		80
218	J41	vBC	Valor da BC do ICMS	E	J14	N	1-1	15	2	Situações em que a responsabilidade do pagamento do ICMS devido na prestação é atribuída ao tomador ou a 3º por ST
219	J42	pICMS	Alíquota do ICMS	E	J14	N	1-1	5	2	
220	J43	vICMS	Valor do ICMS	E	J14	N	1-1	15	2	
221	J44	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	E	J14	N	0-1	15	2	
223	J15	CST81	Tag de grupo CST=81	CG	J10		1-1			CST = 81 - ICMS devido para outra UF
224	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J15	N	1-1	2		81
225	J51	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	J15	N	0-1	5	2	
226	J52	vBC	Valor da BC do ICMS	E	J15	N	1-1	15	2	
227	J53	pICMS	Alíquota do ICMS	E	J15	N	1-1	5	2	
228	J54	vICMS	Valor do ICMS	E	J15	N	1-1	15	2	
229	J16	CST90	Tag de grupo CST=90	CG	J10		1-1			CST = 90 - Outros
230	J30	CST	Código de Situação Tributária	E	J16	N	1-1	2		90
240	J31	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	J16	N	0-1	5	2	
241	J32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	J16	N	1-1	15	2	
242	J33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	J16	N	1-1	5	2	
243	J34	vICMS	Valor do ICMS	E	J16	N	1-1	15	2	
244	J35	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	E	J16	N	0-1	15	2	
246	J80	infAdFisco	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	J01	C	0-1	1-255		Norma referenciada, informações complementares, etc.
K - Informações de CT-e normal										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
247	K01	infCTeNorm	TAG de grupo de informações do conhecimento eletrônico normal ou CT-e emitido em hipótese de anulação de débito	CG	A01		0-1			Grupo mutuamente exclusivo com as informações do CT-e complementar
L - Informações da Carga Transportada										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
248	L01	infCarga	TAG de grupo de informações da Carga do CT-e	G	K01		0-1			
249	L02	vMerc	Valor total da mercadoria	E	L01	N	1-1	15	2	
250	L03	proPred	Produto predominante	E	L01	C	1-1	1-60		Informar a descrição do produto predominante.



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
251	L04	xOutCat	Outras características da carga	E	L01	C	0-1	1-30		"FRIA", "GRANEL", "REFRIGERADA", "Medidas: 12X12X12"
252	L05	infQ	TAG de grupo de informações de quantidades da Carga do CT-e	G	L01		1-N			
253	L06	cUnid	Código da Unidade de Medida	E	L05	N	1-1	2		Tabela: 00-M3; 01-KG; 02-TON; 03-UNIDADE; 04-LITROS;
254	L07	tpMed	Tipo da Medida	E	L05	C	1-1	1-20		Exemplos: PESO BRUTO, PESO DECLARADO, PESO CUBADO, PESO AFORADO, PESO AFERIDO, PESO BASE DE CÁLCULO, LITRAGEM, CAIXAS E ETC.
255	L08	qCarga	Quantidade	E	L05	N	1-1	15	4	
L1 - Informações dos containers										
255a	L09	contQt	TAG de grupo de informações dos containers da quantidade da carga	G	K01		0-N			
255b	L10	nCont	Número do container	E	L09	C	1-1	1-20		
255c	L11	lacContQt	TAG de grupo de informações dos lacres dos containers da qtde da carga	G	L09		0-N			
255d	L12	nLacre	Número do Lacre	E	L11	C	1-1	1-20		
255e	L13	dPrev	Data prevista da entrega	E	L09	D	0-1			
M - Informações dos documentos de transporte anterior										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
256	M01	docAnt	TAG de grupo de informações dos documentos de transporte anterior	G	K01		0-1			
257	M02	emiDocAnt	TAG de grupo de informações do emitente dos documentos de transporte anterior	G	M01		1-N			Identificação do emitente dos documentos de transporte anteriores.
258	M03	CNPJ	CNPJ	CE	M02	N	1-1	0,14		Informar o CNPJ ou o CPF, em caso de empresa não estabelecida no Brasil não informar o conteúdo do CNPJ. Informar os zeros não significativos
259	M04	CPF	CPF	CE	M02	N	1-1	11		
260	M05	IE	IEa	E	M02	C	0-1	2-14		
261	M06	UF	UF	E	M02	C	0-1	2		
262	M07	xNome	Nome / razão social	E	M02	C	1-1	1-60		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
263	M08	idDocAnt	TAG de grupo de informações de identificação dos documentos de transporte anterior	G	M02	G	1-2			Grupo de informações básicas dos documentos transporte anteriores
263a	M09	idDocAntPap	Documentos de transporte anterior em papel	CG	M08	G	1-N			Grupo de informações básicas dos documentos de transporte anterior papel
264	M10	tpDoc	Tipo de documento de transporte anterior	E	M09	N	1-1	2		Tabela: 00-CTRC 01-CTAC 02-ACT 03 - NF Modelo 7 04 - NF Modelo 27 05-Conhecimento Aéreo Nacional 06-CTMC 07-ATRE 08-DTA (Despacho de Transito Aduaneiro) 09-Conhecimento Aéreo Internacional 10 – Conhecimento - Carta de Porte Internacional 11 – Conhecimento Avulso 12-TIF (Transporte Internacional Ferroviário) 99 - outros
265	M11	serie	Série	E	M09	C	1-1	1-3		
266	M12	subser	Sub-série	E	M09	C	0-1	1-2		
267	M13	nDoc	Número	E	M09	C	1-1	1-20		
268	M14	dEmi	Data da emissão	E	M09	D	1-1			AAAA-MM-DD
280	M18	idDocAntEle	Documentos de transporte anterior eletrônicos	CG	M08		1-N			Grupo de informações básicas dos documentos eletrônicos
281	M19	chave	Chave de acesso do CT-e	E	M18	N	1-1	44		Informar apenas se o documento anterior for o CT-e
N - Informações referentes ao seguro da carga										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
288	N01	seg	TAG de grupo de informações de seguro da carga	G	K01	G	0-N			Dados obrigatórios apenas no Modal Rodoviário, depois da lei 11.442/07, para os demais modais são opcionais.
289	N02	respSeg	Responsável pelo Seguro	E	N01	C	1-1	1		0-Remetente, 1- Expedidor, 2 - Recebedor, 3 - Destinatário, 4 - Emitente do CT-e, 5 - Tomador de Serviço.
290	N03	xSeg	Nome da Seguradora	E	N01	C	0-1	1-30		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
291	N04	nApol	Número da Apólice	E	N01	C	0-1	1-20		Obrigatório pela lei 11.442/07 (RCTRC)
292	N05	nAver	Número da Averbação	E	N01	C	0-1	20		Não é obrigatório, pois muitas averbações ocorrerem após a emissão do CT, mensalmente, por exemplo
293	N06	vMerc	Valor da mercadoria para efeito de averbação	E	N01	N	0-1	15	2	Normalmente igual ao valor declarado da mercadoria, diferente por exemplo, quando a mercadoria transportada é isenta de tributos nacionais para exportação, onde é preciso averbar um valor maior, pois no caso de indenização, o valor a ser pago será maior
O - Dados específicos do Modal RODOVIÁRIO										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
294	O01	rodo	Dados específicos do Transporte Rodoviário	GC	K01		1-1			
297	O04	RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga	E	O01	N	1-1	14		Registro obrigatório do emitente do CT-e junto à ANTT para exercer a atividade de transportador rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.
298	O05	dPrev	Data prevista da entrega	E	O01	D	1-1			AAAA-MM-DD Data prevista para entrega da carga no Recebedor.
299	O06	lota	Indicador de Lotação	E	O01	N	1-1	1		0 - Não, 1 - Sim Obs. Será lotação quando houver apenas 1 tomador do serviço por veículo, ou combinação veicular, e por viagem
300	O07	CTRB	TAG referente dados do CTRB (contrato de transporte rodoviário de bens)	G	O01		0-1			
301	O08	serie	Série do CTRB	E	O07	N	1-1	1-3		
302	O09	nCTRB	Número do Contrato de Transporte Rodoviário de Bens	E	O07	N	1-1	1-6		Também conhecido como Carta frete ou Vale Frete
303	O10	occ	TAG referente dados das Ordens de Coleta associadas	G	O01		0-10			Um CT-e pode estar associado a mais de uma OCC
304	O11	serie	Série da OCC	E	O10	C	0-1	1-3		
305	O12	nOcc	Número da OCC	E	O10	N	1-1	1-6		
306	O13	dEmi	Data de emissão	E	O10	D	1-1			AAAA-MM-DD
307	O14	emiOcc	Dados do emitente da OCC	G	O10		1-1			A Ordem de Coleta deve ser do transportador
308	O15	CNPJ	CNPJ	E	O14	C	1-1	14		Informar os zeros não significativos
309	O16	clnt	Código interno do emitente	E	O14	C	0-1	1-10		Uso interno das transportadoras



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
313	O20	IE	IE	E	O14	C	1-1	2-14		
314	O21	UF	UF	E	O14	C	0-1	2		
315	O22	fone	Telefone	E	O14	C	0-1	7-12		
316	O23	valePed	TAG de grupo de informações de Vale Pedágio	G	O01		0-1			Dados só serão informados por empresas de transporte rodoviário e quando o CT-e for de carga lotação.
317	O24	nroRE	Nro. Do Regime Especial de VP	E	O23	C	0-1	5-9		Número do Certificado do Regime Especial que permite que o Vale Pedágio não seja pago antecipadamente
318	O25	vTValePed	Valor total dos Vales Pedágio	E	O23	N	0-1	15	2	Este valor deve corresponder ao valor cobrado em todas as praças de pedágio existentes na rota de viagem contratada, por veículo ou combinação veicular.
319	O26	respPg	Responsável pelo Pgto do Vale Pedágio	E	O23	N	1-1	1		0-emitente do CT-e, 1-remetente, 2-expedidor, 3-recebedor, 4-destinatário, 5-Tomador do Serviço
320	O27	disp	TAG de grupo de informações dos dispositivos do Vale Pedágio	G	O23		0-N			Esse grupo não é preenchido se: 1) existe o Regime Especial de Vale-Pedágio, ou; 2) no trajeto não houver pedágio, ou; 3) for carga fracionada
321	O28	tpDisp	Tipo do dispositivo	E	O27	C	1-1	1		0 - Cartão magnético, 1- TAG ou 2 - Ticket em papel
322	O29	xEmp	Empresa Fornecedora	E	O27	C	1-1	1-30		Empresa fornecedora do Vale Pedágio, ou seja, empresa que fornece ao Responsável pelo Pagamento do Vale Pedágio os dispositivos do Vale Pedágio.
323	O30	dVig	Vigência do Contrato	E	O27	D	1-1			AAAA-MM-DD A data de vigência do contrato entre a Empresa Fornecedora e o Responsável pelo Pagamento do Vale Pedágio. Colocar 2099- 09- 09 se for prazo indeterminado.
324	O31	nDisp	Número do dispositivo	E	O27	C	0-1	1-20		Número do cartão ou do TAG. Dispensado para o caso de uso de Ticket em papel.
325	O32	nCompC	Número do comprovante de compra	E	O27	C	0-1	1-14		Número de ordem do comprovante de compra do Vale Pedágio fornecido para cada veículo ou combinação veicular, por viagem. (alterado o nome na v1.02)



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
326	O33	veic	Dados dos veículos	G	O01		0-4			só preenchido em CT-e rodoviário de lotação (um CT-e pode ter vários veículos associados, ex.: cavalo + reboque).
327	O34	clnt	Código interno do veículo	E	O33	C	0-1	1-10		
328	O34a	RENAVAM	RENAVAM do veículo	E	O33	C	1-1	9		
329	O35	placa	Placa	E	O33	C	1-1	7		
330	O36	tara	Tara em KG	E	O33	N	1-1	6	0	
331	O37	capKG	Capacidade KG	E	O33	N	1-1	6	0	
332	O38	capM3	Capacidade M3	E	O33	N	1-1	3	0	
333	O39	tpProp	Tipo de propriedade do veículo: P-Próprio ou T-Terceiro	E	O33	C	1-1	1		Será próprio quando o proprietário, co-proprietário ou arrendatário do veículo for o Emitente do CT-e, caso contrário será caracterizado como de propriedade de Terceiro
334	O40	tpVeic	Tipo de veículo	E	O33	C	1-1	1		0-Tração, 1-Reboque
335	O41	tpRod	Tipo de Rodado	E	O33	N	1-1	2		00 - não aplicável , 01 - Truck, 02 - Toco, 03 - Cavalo Mecânico, 04 - VAN, 05 - utilitário, 06-automóvel, 99 - outros;
336	O42	tpCar	Tipo de Carroceria	E	O33	N	1-1	2		Tabela: 00 - não aplicável , 01 - Aberta, 02 - Fechada/Bau, 03 - Granelera, 04 - Porta Container, 05 - Sider,
337	O43	UF	UF em que veículo está licenciado	E	O33	C	1-1	2		
337a	O44	lacRodo	grupo de lacres	G	O33		0-N			
337b	O45	nLacre	Número do Lacre	E	O44	C	1-1	1-20		
338	O51	prop	TAG de grupo de proprietários do veículo	G	O33		0-1			Só preenchido quando o veículo não pertencer à empresa emitente do CT-e
339	O52	CPF	CPF	E	O51	C	1-1	11		Informar os zeros não significativos
340	O53	CNPJ	CNPJ	E	O51	C	1-1	14		
341	O54	RNTRC	Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga	E	O51	N	1-1	14		Registro obrigatório do proprietário, co-proprietário ou arrendatário do veículo junto à ANTT para exercer a atividade de transportador rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.
342	O55	xNome	Razão Social	E	O51	C	1-1	1-60		
343	O57	IE	IE	E	O51	C	0-1	2-14		
344	O58	UF	UF	E	O51	C	0-1	2		
345	O59	tpProp	Tipo de Proprietário	E	O51	C	1-1	1		0-TAC – Agregado; 1-TAC Independente; ou 2 – Outros.



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
346	O60	moto	TAG de grupo de informações dos motoristas	G	O01		0-N			só preenchido em CT-e rodoviário de lotação
347	O61	xNome	Nome do motorista	E	O60	C	1-1	1-60		
348	O62	CPF	CPF do motorista	E	O60	C	1-1	11		Informar os zeros não significativos
P - Dados específicos do Modal AÉREO										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
349	P01	aereo	TAG de grupos de informações do Modal Aéreo	GC	K01		1-1			
350	P02	nMinu	Número da Minuta	E	P01	N	0-1	9		Documento que precede o CT-e, assinado pelo expedidor, espécie de pedido de serviço
351	P03	nOCA	Número Operacional do Conhecimento Aéreo	E	P01	N	0-1	14		"Número Operacional do Conhecimento Aéreo", 14 posições numéricas, não obrigatório. Esse campo será preenchido com o Identificador da Cia Aérea (999), Range identificar (9), Número (999999999) e Dígito verificador (9) "
352	P04	dPrev	Data prevista da entrega	E	P01	D	0-1			"AAAA-MM-DD"
352a	P04a	xLAgEmi	Loja agente emissor	E	P01	C	0-1	20		
352b	P04b	clATA	Código IATA	E	P01	C	0-1	14		
352c	P05	aereo	TAG de grupos de informações da tarifa	G	P01		1-1			
352d	P06	trecho	Trecho	E	P05	C	0-1	1-7		
352e	P07	CL	CL	E	P05	C	0-1	1-2		
352f	P08	cTar	Código da tarifa	E	P05	C	0-1	1-4		
352g	P09	vTar	Valor da Tarifa	E	P05	N	0-1	15	2	Valor da tarifa.
Q - Dados específicos do Modal AQUAVIÁRIO										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
353	Q01	aquav	TAG de grupos de informações do Modal Aquaviário	GC	K01		1-1			
354	Q02	vPrest	Valor da Prestação Base de Cálculo do AFRMM	E	Q01	N	1-1	15	2	
355	Q03	vAFRMM	AFRMM (Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante)	E	Q01	N	1-1	15	2	
356	Q04	nBooking	Número do Booking (reserva)	E	Q01	C	0-1	1-10		
357	Q05	nCtrl	Número de Controle	E	Q01	C	0-1	1-10		Campo para as empresas transportadoras
358	Q06	xNavio	Identificação do Navio / Rebocador	E	Q01	C	1-1	1-60		
359	Q07	nViag	Número da Viagem	E	Q01	N	0-1	1-10		



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
360	Q08	direc	Direção	E	Q01	C	1-1	1		N-Norte, L-Leste, S-Sul, O-Oeste
360a	Q09	prtEmb	Porto de Embarque	E	Q01	C	1-1	1-60		
360b	Q10	prtTrans	Porto de Transbordo	E	Q01	C	0-1	1-60		
360c	Q11	prtDest	Porto de Destino	E	Q01	C	1-1	1-60		
360d	Q12	tpNav	Tipo de navegação	E	Q01	C	1-1	1		0 – Interior 1 - Cabotagem
360e	Q13	irin	Irin do Navio	E	Q01	C	1-1	1-10		Irin do navio sempre deverá ser informado (acrescentado na v1.02)
360f	Q14	lacre	TAG de grupo de informações dos lacres dos containers da qtda da carga	G	Q19	G	0-3			(acrescentado na v1.02)
360g	Q15	nLacre	Lacre	E	Q25	C	1-1	1-20		(acrescentado na v1.02)
R - D360ados específicos do Modal FERROVIÁRIO										
#	Id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
361	R01	ferrov	TAG de grupo de informações do Modal Ferroviário	GC	K01		1-1			
362	R02	tpTraf	Tipo de Tráfego	E	R01	N	1-1	1		0-Próprio, 1-Mútuo, 2- rodoferroviário ou 5-rodoviário.
363	R03	fluxo	Fluxo Ferroviário	E	R01	C	1-1	1-10		Trata-se de um número identificador do contrato firmado com o cliente
363a	R04	idTrem	Identificação do trem	E	R01	C	0-1	1-7		Para o caso de ausência de DCL
363b	R04a	vFrete	Valor da participação do frete de outra ferrovia	E	R01	N	1-1	15	2	Para o caso de ausência de DCL
364	R05	ferroSub	TAG de grupo de informações da Ferrovia Substituída	G	R01		0-1			Será utilizado apenas quando Tipo de Tráfego for Mútuo
365	R06	CNPJ	CNPJ	E	R05	N	1-1	14		Informar o CNPJ da Ferrovia Substituída. Caso a Ferrovia substituída não seja inscrita no CNPJ o campo deverá ser preenchido com zeros. Informar os zeros não significativos.
366	R07	cInt	Código interno da Ferrovia Substituída	E	R05	C	0-1	1-10		Uso da transportadora
367	R08	IE	IE	E	R05	C	0-1	2-14		
368	R09	xNome	Nome / razão social	E	R05	C	1-1	1-60		
369	R10	enderFerro	TAG de endereço da Ferrovia Substituída	G	R05		1-1			
370	R12	xLgr	Logradouro	E	R10	C	1-1	1-255		
371	R13	nro	Número	E	R10	C	0-1	1-60		
372	R14	xCpl	Complemento	E	R10	C	0-1	1-60		
373	R15	xBairro	Bairro	E	R10	C	0-1	1-60		
374	R16	cMun	Código município	E	R10	N	1-1	7		Utilizar a Tabela do IBGE , informar 9999999



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
										para operações com o exterior.
375	R17	xMun	Nome Município	E	R10	C	1-1	1-60		Informar 'EXTERIOR' para operações com o exterior.
376	R18	CEP	CEP	E	R10	N	1-1	8		
377	R19	UF	UF	E	R10	C	1-1	2		Informar 'EX' para operações com o exterior.
378	R20	DCL	TAG de grupo de DCL	CG	R01		0-N			
378a	R21	serie	Série	E	R 20	C	1-1	1-3		
378b	R22	nDCL	Número	E	R 20	N	1-1	1-20		
378c	R23	dEmi	Data da emissão	E	R 20	D	1-1			AAAA-MM-DD
378d	R24	qVag	Quantidade de Vagões	E	R 20	N	1-1	1-5		"99999"
378e	R25	pCalc	Peso p/cálculo em Toneladas	E	R 20	N	1-1	15	2	Somatórios dos Pesos dos Vagões
378g	R27	vTar	Tarifa	E	R 20	N	1-1	15	2	Valor da tarifa.
378h	R28	vFrete	Valor do frete	E	R 20	N	1-1	15	2	
378i	R29	vSAcess	Valor dos serviços acessórios	E	R 20	N	0-1	15	2	
378j	R30	vTServ	Valor total do serviço	E	R 20	N	1-1	15	2	Valor do frete + valor dos serviços
378k	R31	idTrem	Identificação do trem	E	R 20	C	0-1	1-7		
379a	R32	detVagDCL	TAG de grupo de informações de detalhes dos Vagões do DCL	G	R20		1-N			
379b	R33	nvag	Número de Identificação do vagão	E	R32	N	1-1	8		
379c	R34	cap	Capacidade em Toneladas	E	R32	N	0-1	6	2	
379d	R35	tpVag	Tipo de Vagão	E	R32	C	0-1	3		Ex.: GDT, DAS, XXX, HAS
379e	R36	pesoR	Peso Real em Toneladas	E	R32	N	1-1	6	2	"999.99"
379f	R37	pesoBC	Peso Base de Cálculo de Frete em Toneladas	E	R32	N	1-1	6	2	"999.99"
379g	R38	lacDetVagDCL	TAG de grupo de informações de lacres dos Vagões do DCL	G	R32		0-N			
379h	R38a	nLacre	Número do Lacre	E	R38	C	1-1	1-20		
379i	R39	contDCL	TAG de grupo de informações dos containeres contidos no vagão com DCL	G	R32		0-N			
379j	R40	nCont	Identificação do Container	E	R39	N	1-1	1-20		
379k	R41	dPrev	Data prevista da entrega	E	R39	D	0-1			
380a	R42	detVag	TAG de grupo de informações de detalhes dos Vagões	CG	R01		1-N			Caso em que o CT-e for utilizado sem A PRÉVIA EMISSÃO DO DCL
380b	R43	nvag	Número de Identificação do vagão	E	R42	N	1-1	8		
380c	R44	Cap	Capacidade em Toneladas	E	R42	N	0-1	6	2	
380d	R45	tpVag	Tipo de Vagão	E	R42	C	0-1	3		Ex.: GDT, DAS, XXX, HAS
380e	R46	pesoR	Peso Real em Toneladas	E	R42	N	1-1	6	2	"999.99"



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
380f	R47	pesoBC	Peso Base de Cálculo de Frete em Toneladas	E	R42	N	1-1	6	2	"999.99"
380g	R47a	lacDetVag	TAG de grupo de informações de lacres dos Vagões sem DCL	G	R42		0-N			
380h	R48	nLacre	Número do Lacre	E	R47a	C	1-1	1-20		
380i	R49	contVag	TAG de grupo de informações dos containeres contidos no vagão	G	R42		0-N			
380j	R50	nCont	Identificação do Container	E	R49	N	1-1	1-20		
380k	R51	dPrev	Data prevista da entrega	E	R49	D	0-1			

RA - Dados específicos do Modal Dutoviário

#	Id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
389a	RA01	duto	TAG de grupos de informações do Modal dutoviário	GC	K01		1-1			
389b	RA02	vTar	Valor da Tarifa	E	RA01	N	0-1	15	6	Valor da tarifa.

S - Dados específicos do Transporte de PRODUTOS PERIGOSOS

#	Id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
390	S01	peri	TAG de grupo de informações dos produtos perigosos	G	K01		0-N			Preenchido quando for transporte de produtos classificados pela ONU como perigosos.
391	S02	clas	Classe e Sub-classe de risco	E	S01	N	1-1	1-3		Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal
392	S03	nONU	Número ONU	E	S01	N	1-1	1-4		De 0 a 9999. Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal
393	S04	emb	Grupo de Embalagem	E	S01	C	0-1	3		Algarismo Romano. Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal
393a	S05	xNomeAE	Nome apropriado para embarque do produto	E	S01	C	1-1	1-150		Ver a legislação de transporte de produtos perigosos aplicada ao modal (acrescentado na v1.02)
393b	S06	qQuantLimite	Quantidade limitada por veículo	E	S01	C	0-1	1-20		Quantidade limitada de produto perigoso por veículo. (acrescentado na v1.02)

T - Dados específicos de Transporte de VEÍCULOS NOVOS

#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
394	T01	veicNovos	TAG de grupos de informações dos veículos transportados	G	I01		0-N			
395	T03	chassi	Chassi do Veículo	E	T01	C	1-1	17		
396	T04	cCor	Código da Cor	E	T01	C	1-1	1-4		Código de cada montadora



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
397	T05	xCor	Descrição da Cor	E	T01	C	1-1	1-40		
398	T06	cMod	Código Marca/Modelo	E	T01	C	1-1	1-6		Utilizar tabela RENAVAM
399	T07	vUnit	Valor Unitário do Veículo	E	T01	N	1-1	15	2	
400	T08	vFrete	Frete Unitário	E	T01	N	1-1	15	2	
U - CT-e Complementados										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
401	U01	infCteComp	TAG de CT-e complementado	CG	A01		1-10			Demonstra rateio do valor da prestação complementada e o ICMS quando houver mais de um CT-e complementado.
402	U02	chave	Chave do CT-e complementado	E	U01	N	1-1	44		
403	U03	vPresComp	TAG de grupo de informações relativas aos Impostos	G	U01		1-1			
404	U04	vTPrest	Valor total da prestação complementado	E	U01	N	1-1	15	2	Parcela do CT-e referente ao complemento no CT-e original
405	U05	compComp	TAG de grupo de componentes do valor da prestação complementar	G	U04		0-N			
406	U06	xNome	Nome do componente	E	U05	C	1-1	15		"FRETE PESO, FRETE VALOR, SECCAT, ADEME, AGENDAMENTO E ETC."
407	U07	vComp	Valor do componente	E	U05	N	1-1	15	2	
408	U08	impComp	TAG de grupo de informações relativas aos Impostos	G	U01		1-1			
409	U10	ICMS	TAG de grupo de informações relativas ao ICMS	G	U08		1-1			CST do serviço: 00 - ICMS Normal; 20 - ICMS com redução de BC; 40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido; 80 - ICMS pago atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto na legislação p/ ST; 81 - ICMS devido para outras UF; 90 - ICMS Outras situações
410	U11	CST00Comp	Tag de grupo CST=00	CG	U10		1-1			00 - ICMS Normal;
411	U30	CST	Tributação do Serviço	E	U11	N	1-1	2		00
412	U32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	U11	N	1-1	15	2	
413	U33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	U11	N	1-1	5	2	
414	U34	vICMS	Valor do ICMS	E	U11	N	1-1	15	2	
415	U12	CST20Comp	Tag de grupo CST=20	CG	U10		1-1			20 - ICMS com redução de BC



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
416	U30	CST	Tributação do Serviço	CG	U12	N	1-1	2		20
417	U31	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	U12	N	1-1	5	2	
418	U32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	U12	N	1-1	15	2	
419	U33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	U12	N	1-1	5	2	
420	U34	vICMS	Valor do ICMS	E	U12	N	1-1	15	2	
421	U13	CST45Comp	Tag de grupo CST=40, 41 e 51	CG	U10		1-1			40 - ICMS isenção; 41 - ICMS não tributada; 51 - ICMS diferido;
422	U30	CST	Tributação do Serviço	E	U13	N	1-1	2		40,41 e 51
423	U14	CST80Comp	Tag de grupo CST=80	CG	U10		1-1			80 - ICMS pago atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto na legislação p/ ST
424	U30	CST	Tributação do Serviço	E	U14	N	1-1	2		80
425	U41	vBC	Valor da BC do ICMS	E	U14	N	1-1	15	2	Situações em que a responsabilidade do pagamento do ICMS devido na prestação é atribuída ao tomador ou a 3º por ST
426	U42	pICMS	Alíquota do ICMS	E	U14	N	1-1	5	2	
427	U43	vICMS	Valor do ICMS	E	U14	N	1-1	15	2	
429	U45	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	E	U14	N	1-1	15	2	
430	U15	CST81Comp	Tag de grupo CST=81	CG	U10		1-1			CST = 81 - ICMS devido para outra UF
431	U30	CST	Tributação do Serviço	E	U15	N	1-1	2		81
432	U51	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	U15	N	0-1	5	2	
433	U52	vBC	Valor da BC do ICMS	E	U15	N	1-1	15	2	
434	U53	pICMS	Alíquota do ICMS	E	U15	N	1-1	5	2	
435	U54	vICMS	Valor do ICMS	E	U15	N	1-1	15	2	
436	U16	CST90Comp	Tag de grupo CST=90	CG	U10		1-1			CST = 90 - Outros
437	U30	CST	Tributação do Serviço	E	U16	N	1-1	2		90
438	U31	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	E	U16	N	0-1	5	2	
439	U32	vBC	Valor da BC do ICMS	E	U16	N	1-1	15	2	
440	U33	pICMS	Alíquota do ICMS	E	U16	N	1-1	5	2	
441	U34	vICMS	Valor do ICMS	E	U16	N	1-1	15	2	
442	U35	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	E	U16	N	0-1	15	2	
444	U80	infAdFisco	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	U08	C	0-1	1-512		Norma referenciada, informações complementares, etc.
V –CT-e Anulação de Valores de Entrada										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
445	v01	infCteAnuEnt	TAG de CT-e de anulação de valores de entrada (CT-e tipo=2)	CG	A01		1-1			(acrescentado na v1.02)



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
446	V02	chCTe	Chave do CT-e a ser anulado/substituído	E	V01	N	1-1	44		Chave de acesso do CT-e a ser anulado/substituído. A anulação só é necessária quando o tomador não for contribuinte do ICMS. (acrescentado na v1.02)
447	V03	dEmi	Data de emissão da declaração do tomador não contribuinte do ICMS	E	V02	D	1-1			Data de emissão da declaração do tomador não contribuinte do ICMS AAAA-MM-DD (acrescentado na v1.02)
W – Informações adicionais do CT-e de substituição										
#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
448	W01	infAdCteSub	TAG de informações adicionais do CT-e de substituição (CT-e tipo=3)	G	A01		0-1			Informações adicionais do CT-e de substituição (CT-e tipo=3) (acrescentado na v1.02)
449	W02	chCTe	Chave do CT-e substituído	E	W01	N	1-1	44		Chave do CT-e substituído (acrescentado na v1.02)
450	W03	refCTe	Chave de acesso do CT-e	CE	W02	N	1-1	44		Informar o documento que anulou os valores do CT-e substituído, quando o tomador do serviço for não contribuinte do ICMS, o emitente deve informar a chave de acesso do CT-e emitido para “Anulação de valor relativo à prestação de serviço de transporte” (acrescentado na v1.02)
451	W04	refNFe	Chave de acesso da NF-e	CE	W02	N	1-1	44		
452	W05	refNF	Informação da NF ou CT	CG	W02		1-1			
453	W06	CNPJ	CNPJ do emitente	E	W05	C	1-1	14		Informar o CNPJ do emitente do Documento Fiscal (acrescentado na v1.02)
454	W07	mod	Modelo do Documento Fiscal	E	W05	N	1-1	2		Informar o código do modelo do Documento fiscal: Ex.:01 – modelo 01 (acrescentado na v1.02)
455	W08	serie	Série do Documento Fiscal	E	W05	N	1-1	1-3		Informar a série do documento fiscal (informar zero se inexistente). (acrescentado na v1.02)
456	W09	subserie	Sub Série do Documento Fiscal	E	W05	N	0-1	1-3		Informar a sub série do documento fiscal. (acrescentado na v1.02)
457	W10	nro	Número do Documento Fiscal	E	W05	N	1-1	1-6		Informar o número do documento fiscal (acrescentado na v1.02)
458	W11	valor	Valor do Documento Fiscal	E	W05	N	1-1	15	2	Informar o valor do documento fiscal. (acrescentado na v1.02)



#	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
459	W12	dEmi	Data de emissão do Documento Fiscal	E	W05	D	1-1			Informar a data de emissão do documento fiscal. (acrescentado na v1.02)

OBSERVAÇÕES:**1. Abreviações utilizadas nas colunas de cabeçalho do leiaute:**

c	id	Campo	Descrição	Ele	Pai	Tipo	Ocorrência	Tamanho	Dec	Observações
440	U80	infAdFisco	Informações adicionais de interesse do Fisco	E	U10	C	0-1	1-255		Norma referenciada, informações complementares, etc.

a) coluna # : identificador da linha da tabela;

b) coluna ID : identificação do campo, alguns campos relacionados com tributos podem aparecer mais de uma vez no leiaute em função da estrutura de grupos de choice baseados no CST – Código de Situação Tributária do tributo.

Exemplo:

O preenchimento dos campos de tributos relacionados com o “ICMS Normal e ST” depende do conteúdo informado no CST - Código da Situação Tributária (N12), que pode assumir um dos seguintes valores:

- 00 - ICMS Normal;
- 20 - ICMS com redução de BC;
- 40 - ICMS isenção;
- 41 - ICMS não tributada;
- 51 - ICMS diferido;
- 80 - ICMS pagamento atribuído ao tomador ou ao terceiro previsto na legislação p/ ST;
- 81 - ICMS devido para outras UF;
- 90 - ICMS Outras situações.

Assim, conforme o CST aplicável para a situação, o grupo de tributo “ICMS Normal e ST” deverá ter os campos assinalados com ‘S’ ou ‘?’ da seguinte tabela:



ID	Campo	Descrição	CST – Código da Situação Tributária							
			00	20	40	41	51	80	81	90
U30	CST	Tributação do ICMS	S	S	S	S	S	S	S	S
ICMS NORMAL										
U31	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	N	S	N	N	N	N	N	?
U32	vBC	Valor da BC do ICMS	S	S	N	N	N	N	N	S
U33	pICMS	Alíquota do ICMS	S	S	N	N	N	N	N	S
U34	vICMS	Valor do ICMS	S	S	N	N	N	N	N	S
U35	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	N	N	N	N	N	N	N	?
ICMS responsabilidade do pagamento atribuído ao tomador ou a terceiros.										
U41	vBC	Valor da BC do ICMS	N	N	N	N	N	S	N	N
U42	pICMS	Alíquota do ICMS	N	N	N	N	N	S	N	N
U43	vICMS	Valor do ICMS	N	N	N	N	N	S	N	N
U45	vCred	Valor do Crédito outorgado/presumido	N	N	N	N	N	?	N	N
ICMS devido para outras UF										
U51	pRedBC	Percentual de redução da BC do ICMS	N	N	N	N	N	N	?	N
U52	vBC	Valor da BC do ICMS	N	N	N	N	N	N	S	N
U53	pICMS	Alíquota do ICMS	N	N	N	N	N	N	S	N
U54	vICMS	Valor do ICMS	N	N	N	N	N	N	S	N

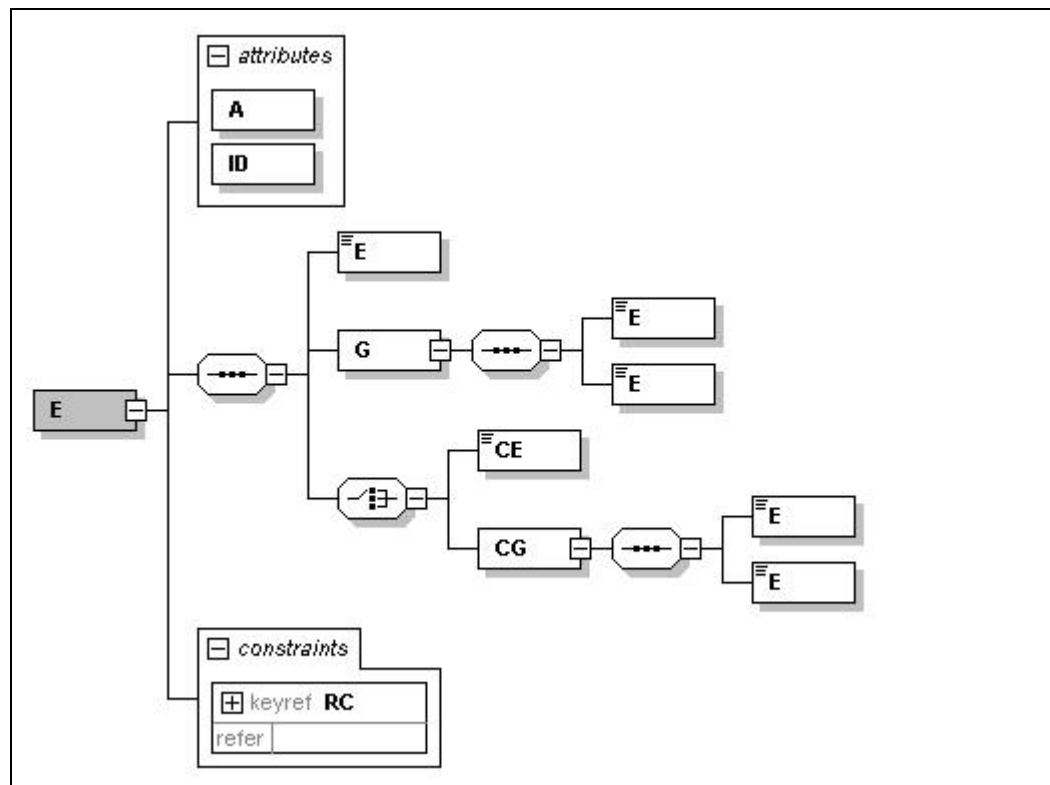
* “S” – o campo deve ser informado, “N” – o campo não deve ser informado e “?” – a exigência do campo depende da situação fática.

c) coluna campo: identificador do nome do campo, como a nomenclatura dos nomes dos campos foi padronizada, um nome de campo é utilizado para identificar campos diferentes, como por exemplo, a IE, que pode ser do emitente ou do destinatário. A diferenciação dos campos é realizada considerando as tags de grupo ou através do campo ID.

d) coluna Ele:



- A** - indica que o campo é um atributo do Elemento anterior;
- E** - indica que o campo é um Elemento;
- CE** - indica que o campo é um Elemento que deriva de uma Escolha (Choice);
- G** - indica que o campo é um Elemento de Grupo;
- CG** - indica que o campo é um Elemento de Grupo que deriva de uma Escolha (Choice);
- ID** - indica que o campo é um ID da XML 1.0;
- RC** - indica que o campo é uma key constraint (Restrição de Chave) para garantir a unicidade e presença do valor;



e) coluna Pai: indica qual é o elemento pai;

f) coluna Tipo:

- N – campo numérico;
- C – campo alfanumérico;
- D – campo data;

g) Coluna Ocorrência: x-y, onde x indica a ocorrência mínima e y a ocorrência máxima;

h) Coluna tamanho: x-y, onde x indica o tamanho mínimo e y o tamanho máximo; a existência de um único valor indica que o campo tem tamanho fixo, devendo-se informar a quantidade de caracteres exigidos, preenchendo-se os zeros não significativos; tamanhos separados por vírgula indicam que o campo deve ter um dos tamanhos fixos da lista;



i) **coluna dec**: indica a quantidade máxima de casas decimais do campo;

j) **O tamanho máximo dos campos** Tipo “C”, quando não especificado, é 60 posições;

2. Regras de preenchimento dos campos do Conhecimento de Transporte eletrônico:

- Campos que representam códigos (CNPJ, CPF, CEP, CST, NCM, EAN, etc.) devem ser informados com o tamanho fixo previsto, sem formatação e com o preenchimento dos zeros não significativos;
- Campos numéricos que representam valores e quantidades são de tamanho variável, respeitando o tamanho máximo previsto para o campo e a quantidade de casas decimais. O preenchimento de zeros não significativos causa erro de validação do Schema XML. Os campos numéricos devem ser informados sem o separador de milhar, com uso do ponto decimal para indicar a parte fracionária se existente respeitando-se a quantidade de dígitos prevista no leiaute;
- O uso de caracteres acentuados e símbolos especiais para o preenchimento dos campos alfanuméricos devem ser evitados. Os espaços informados no início e no final do campo alfanumérico também devem ser evitados;
- As datas devem ser informadas no formato “AAAA-MM-DD”;
- A forma e a obrigatoriedade de preenchimento dos campos do Conhecimento de Transporte Eletrônico estão previstas na legislação aplicável para a operação que se pretende realizar;
- Inexistindo conteúdo (valor zero ou vazio) para um campo não obrigatório, a TAG deste campo não deverá ser informada no arquivo do CT-e;
- Tratando-se de operações com o exterior, uma vez que o campo CNPJ é obrigatório não informar o conteúdo deste campo;
- No caso das pessoas desobrigadas de inscrição no CNPJ/MF, deverá ser informado o CPF da pessoa, exceto nas operações com o exterior;

Anexo II – Modelo de DACTE

Modelo Padrão

[illegible]


**Modelo Padrão – folha de continuação**


 LOGRADOURO LOGRADOURO LOGRADOURO LOGRADOURO LOGRADOURO, NNN - COMPLEMENTO COMPLEMENTO COMPLEMENTO - BAIRRO BAIRRO BAIRRO BAIRRO BAIRRO BAIRRO BAIRRO MUNICÍPIO MUNICÍPIO MUNICÍPIO MUNICÍPIO MUNICÍPIO - UF - CEP: 12345-123 CNPJ 123456789012345678 INSCRIÇÃO ESTADUAL 123456789012345678 TELEFONE 55 11 1234-1234				DACTE Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico		MODAL 12345678901	
				MODELO 57	SÉRIE 123	NÚMERO 123456789	FL 2/N
				CONTROLE DO FISCO			
				 Chave de acesso para consulta de autenticidade no site www.cts.fazenda.gov.br 42.0801.06.255.692/0001-03-57-111-000.000.071-000.000.062-1			
TIPO DO CT-E NORMAL		TIPO DO SERVIÇO SUBCONTRATAÇÃO	TOMADOR DO SERVIÇO DESTINATÁRIO	FORMA DE PAGAMENTO A PRAZO	Nº PROTOCOLO 123456789012345	INSC. SUFRAMA DO DESTINATÁRIO 123456789	
DOCUMENTOS ORIGINÁRIOS							
TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SÉRIE/NRO.DOCUMENTO		TP DOC.	CNPJ / CPF EMITENTE	SÉRIE/NRO.DOCUMENTO	
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		NF	123.123.123/1234-12	123/123456789	
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789	
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		
CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789		CTRC	123.123.123/1234-12	123/123456789	
NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234			NF-E	CHAVE: 12345678901234567890123456789012345678901234		

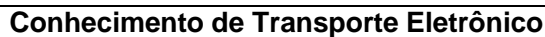
Ferrovário

[illegible]

**Dutoviário**

 ENDEREÇO LOGRADOURO NÚMERO CIDADE CNPJ TELEFONE		COMPLEMENTO		ESTADO	CEP
TOMADOR DO SERVIÇO ENDEREÇO NÚMERO CIDADE PAIS CNPJ/CPF		COMPLEMENTO		ESTADO	CEP
REMETENTE ENDEREÇO NÚMERO CIDADE PAIS CNPJ/CPF		COMPLEMENTO		ESTADO	CEP
DESTINATÁRIO ENDEREÇO NÚMERO CIDADE PAIS CNPJ/CPF		COMPLEMENTO		ESTADO	CEP
PRODUTO TRANSPORTADO		QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR TOTAL DA MERCADORIA (R\$)	
OUTRAS CARACTERÍSTICAS					
VALOR UNITÁRIO	VALOR DO FRETE	OUTROS			
BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO	VALOR TOTAL DO FRETE		
OBSERVAÇÕES		EMITENTE/CPF/CNPJ	SÉRIE	NÚMERO	

CONTROLE DO FISCO		DECLARAMOS QUE FORAM PRESTADOS OS SERVIÇOS CONSTANTES DO CT-e INDICADO AO LADO	
			
CHAVE DE ACESSO PARA CONSULTA www.cte.fazenda.gov.br 42.0801.06.255.692/0001-03-57-111-000.000.071-000.000.062-1		CHEGADA DATA/HORA 00/00/00 00:00 SAÍDA DATA/HORA 00/00/00 00:00	
Nº 000.000.000-FL 1/N		ASSINATURA / CARIMBO	



DECLARO QUE RECEBI OS VOLUMES DESTES CONHECIMENTOS EM PERFEITO ESTADO PELO QUE DOU POR CUMPRIDO O PRESENTE CONTRATO DE TRANSPORTE			
O TRANSPORTE COBERTO POR ESTES CONHECIMENTOS SE REGE PELO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA (LEI 7.565 DE 19/12/1986), ESPECIALMENTE PELAS REGRAS RELATIVAS À RESPONSABILIDADE CIVIL PREVISTA NOS ARTIGOS 293, 241, 244, 262 E 264, DE CUJO TEOR O EXPEDIDOR/REMETENTE DECORA CONCORDAR E TER PLENA CIÊNCIA.			
O EXPEDIDOR/REMETENTE ACEITA COMO CORRETTAS TODAS AS ESPECIFICAÇÕES IMPRESSAS, MANUSCRITAS, DATILOGRAFADAS OU CARIMBADAS NESTE CONHECIMENTO, CERTIFICANDO QUE OS ARTIGOS PERIGOSOS DESCRITOS PELA REGULAÇÃO DA I.C.A.O. FORAM DEVIDAMENTE INFORMADOS E ACONDICIONADOS PARA TRANSPORTE AEREO.			
EXPEDIDOR / REMETENTE		DESTINATÁRIO / RECEBEDOR	
NOME	DATA / HORA	NOME	DATA / HORA
	00/00/00 00:00		00/00/00 00:00
RG	ASSINATURA	RG	ASSINATURA

Específicos

[illegible]

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS PERIGOSOS																			
CLASSE SUB-CLASSE		NRO. ONU	GRUPO EMBAL	CLASSE SUB-CLASSE	NRO. ONU	GRUPO EMBAL	CLASSE SUB-CLASSE	NRO. ONU	GRUPO EMBAL	CLASSE SUB-CLASSE	NRO. ONU	GRUPO EMBAL	CLASSE SUB-CLASSE	NRO. ONU	GRUPO EMBAL	CLASSE SUB-CLASSE	NRO. ONU	GRUPO EMBAL	
1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX
1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX
1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX
1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX	1	2.3	1234	IVX

Declaro que o(s) produto(s) está(ao) adequadamente acondicionado(s) para suportarem os riscos normais das etapas necessárias a uma operação de transporte e que atende a regulamentação em vigor

Complemento

[illegible]

Anexo III – Tabelas de UF, Município e País

1. Tabela de código de UF do IBGE

A tabela de UF do IBGE está disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2006/DTB_2006.zip

A seguinte codificação adotada pelo IBGE deverá ser utilizada para representar o código da UF:

Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
11-Rondônia 12-Acre 13-Amazonas 14-Roraima 15-Pará 16-Amapá 17-Tocantins	21-Maranhão 22-Piauí 23-Ceará 24-Rio Grande do Norte 25-Paraíba 26-Pernambuco 27-Alagoas 28-Sergipe 29-Bahia	31-Minas Gerais 32-Espírito Santo 33-Rio de Janeiro 35-São Paulo	41-Paraná 42-Santa Catarina 43-Rio Grande do Sul	50-Mato Grosso do Sul 51-Mato Grosso 52-Goiás 53-Distrito Federal

2. Tabela de código de Município do IBGE

Os campos de códigos de municípios devem ser informados com a utilização da Tabela de código de Município mantida pelo IBGE disponível em:

ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2006/DTB_2006.zip

O código de município é composto de 7 dígitos numéricos, com as duas primeiras representando a UF. Os códigos de município das capitais dos estados são:

Município	código	Estado	código
Aracaju	2800308	Sergipe	28
Belém	1501402	Pará	15
Belo Horizonte	3106200	Minas Gerais	31
Boa Vista	1400100	Roraima	14
Brasília	5300108	Distrito Federal	53
Campo Grande	5002704	Mato Grosso do Sul	50
Cuiabá	5103403	Mato Grosso	51
Curitiba	4106902	Paraná	41
Florianópolis	4205407	Santa Catarina	42
Fortaleza	2304400	Ceará	23
Goiânia	5208707	Goiás	52
João Pessoa	2507507	Paraíba	25
Macapá	1600303	Amapá	16
Maceió	2704302	Alagoas	27
Manaus	1302603	Amazonas	13
Natal	2408102	Rio Grande do Norte	24
Palmas	1721000	Tocantins	17
Porto Alegre	4314902	Rio Grande do Sul	43
Porto Velho	1100205	Rondônia	11



Município	código	Estado	código
Recife	2611606	Pernambuco	26
Rio Branco	1200401	Acre	12
Rio de Janeiro	3304557	Rio de Janeiro	33
Salvador	2927408	Bahia	29
São Luís	2111300	Maranhão	21
São Paulo	3550308	São Paulo	35
Teresina	2211001	Piauí	22
Vitória	3205309	Espírito Santo	32

Informar o código 9999999 e o nome do município "EXTERIOR" para as operações que envolvam localidades do exterior.

Quando a operação envolver regiões administrativas (Ex. Cidades-satélites do DF), deve ser considerado o município sede como localidade da operação.

2.1 Validação do código de Município

O Código de Município do IBGE tem a composição que segue:

- Composição: UUNNNND
- Onde:
UU = Código da UF do IBGE
NNNN = Número de ordem dentro da UF;
D = Dígito de Controle módulo 10

Validação possível:

- Extensão máxima: 7 dígitos;
- Extensão mínima: 7 dígitos;
- Código da UF: deve ser válido, conforme Tabela de UF do IBGE;
- Número de ordem dentro da UF: não pode ser zero;
- Dígito de Controle: módulo 10 (pesos 2 e 1)

Obs 1: Considerar a soma dos algarismos no somatório dos produtos dos pesos. Ou seja, se o produto for superior a 9 os dois algarismos devem ser somados.

Obs 2: Se o resto da divisão for zero, considerar o dígito verificador igual a zero.

2.2 Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de Município

Exemplo 1:

Código Município IBGE = 355030 D (Município de São Paulo)

A. CÓDIGO MUN	3	5	5	0	3	0
B. PESOS	1	2	1	2	1	2
C. PONDERAÇÃO (A * B)	3	10	5	0	3	0
D. SOMA ALGARISMOS	3	1	5	0	3	0

O somatório da soma dos algarismos é: $3 + 1 + 5 + 0 + 3 + 0 = 12$

Dividindo o somatório por 10 teremos: $12 / 10 = 1$, com um resto valendo 2

O dígito verificador é: $DV = 10 - (\text{resto da divisão})$, portanto $10 - 2 = 8$

Neste caso, o Dígito Verificador = 8



Exemplo 2:

Código Município IBGE = 211130 D (Município de São Luís)

A. CÓDIGO MUN	2	1	1	1	3	0
B. PESOS	1	2	1	2	1	2
C. PONDERAÇÃO (A * B)	2	2	1	2	3	0
D. SOMA ALGARISMOS	2	2	1	2	3	0

O somatório da soma dos algarismos é: $2 + 2 + 1 + 2 + 3 + 0 = 10$

Dividindo o somatório por 10 teremos: $10 / 10 = 1$, com um resto valendo 0

O dígito verificador é: $DV = 10 - (\text{resto da divisão})$, portanto $10 - 0 = 10$

Neste caso, o Dígito Verificador = 0

2.3 Exceção no cálculo do dígito de controle do código de Município

O código de Município do IBGE dos seguintes Municípios tem o DV - dígito verificador inválido:

- 4305871 - Coronel Barros/RS;
- 2201919 - Bom Princípio do Piauí/PI;
- 2202251 - Canavieira /PI;
- 2201988 - Brejo do Piauí/PI;
- 2611533 – Quixaba/PE;
- 3117836 - Cônego Marinho/MG;
- 3152131 - Ponto Chique/MG;
- 5203939 - Buriti de Goiás/GO;
- 5203962 – Buritinópolis/GO;

As aplicações dos Estados devem utilizar os códigos de município do IBGE sem validação do DV – dígito verificador, da mesma forma como consta da tabela de código de município do IBGE.

3. Tabela de código de País do BACEN

Para o preenchimento dos campos de códigos de países deve ser utilizada a Tabela de País do Banco Central do Brasil, disponível em:

www.bcb.gov.br/rex/ftp/tabela_de_paises.txt

Exemplo de codificação:

País	código	País	código	País	código
Brasil	1058	Espanha	2453	Estados Unidos	2496
Argentina	0639	França	2755	China, República Popular,	1600
Chile	1589	Itália	3867	Coréia, República da,	1902
Paraguai	5860	Portugal	6076	Formosa	1619
Uruguai	8451	Reino Unido	6289	Japão	3999

3.1 Validação do código de País

Composição do Código de País:

- NNND



- Onde:
NNN = Número de ordem do Código do País;
D = Dígito de Controle módulo 11.

Validação possível:

- Extensão máxima: 4 dígitos;
- Extensão mínima: 2 dígitos;
- Dígito de Controle: módulo 11, pesos 2 a 9

Obs.: Se o resto da divisão for zero ou 1, considerar o dígito verificador igual a zero.

3.2 Exemplo de cálculo do dígito de controle do código de País

Exemplo 1 – Código País = 105 D (Brasil):

A. CÓDIGO PAÍS	1	0	5
B. PESOS	4	3	2
C. PRODUTOS (A * B)	4	0	10

O somatório dos produtos é: $4 + 0 + 10 = 14$

Dividindo o somatório por 11 teremos: $14 / 11 = 1$, com resto valendo 3

Considerar: $11 - (\text{resto da divisão})$, portanto: $11 - 3 = 8$

Neste caso, o Dígito Verificador = 8

Exemplo 2 – Código País = 586 D (Paraguai):

A. CÓDIGO PAÍS	5	8	6
B. PESOS	4	3	2
C. PRODUTOS (A * B)	20	24	12

O somatório dos produtos é: $20 + 24 + 12 = 56$

Dividindo o somatório por 11 teremos: $56 / 11 = 5$, com resto valendo 1

Considerar: $11 - (\text{resto da divisão})$, portanto: $11 - 1 = 10$

Neste caso, o Dígito Verificador = 0

3.3 Exceção no cálculo do dígito de controle do código de País

O código de País do BACEN dos seguintes países tem o DV - dígito verificador inválido:

- 1504 -GUERNSEY, ILHA DO CANAL (INCLUI ALDERNEY E SARK);
- 1508 -JERSEY, ILHA DO CANAL;
- 4525 -MADEIRA, ILHA DA;
- 3595 -MAN, ILHA DE;
- 4985 -MONTENEGRO;
- 6781 -SAINT KITTS E NEVIS;
- 7370 -SERVIA;

As aplicações dos Estados devem utilizar os códigos de País do BACEN sem validação do DV – dígito verificador, da mesma forma que consta da tabela de código de país do BACEN.



Anexo IV – WS disponíveis

Rio Grande do Sul:

Ambiente de homologação:

- CteRecepcao - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/cterecepcao/cterecepcao.asmx>
- CteRetRecepcao - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/cteretrecepcao/cteretrecepcao.asmx>
- CteCancelamento - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/ctecancelamento/ctecancelamento.asmx>
- CteInutilizacao - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/cteinutilizacao/cteinutilizacao.asmx>
- CteConsultaCT - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/cteconsulta/cteconsulta.asmx>
- CteStatusServico - <https://homologacao.cte.sefaz.rs.gov.br/ws/cteStatusServico/cteStatusServico.asmx>

São Paulo:

Ambiente de homologação:

- CteRecepcao - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteRecepcao.asmx>
- CteRetRecepcao - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteRetRecepcao.asmx>
- CteCancelamento - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteCancelamento.asmx>
- CteInutilizacao - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteInutilizacao.asmx>
- CteConsultaCT - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteConsulta.asmx>
- CteStatusServico - <https://homologacao.nfe.fazenda.sp.gov.br/cteWEB/services/cteStatusServico.asmx>

Nota: A relação atualizada das UF e os respectivos endereços dos Web Services oferecidos estão publicados no Portal Nacional do CT-e.

Obtenção do WSDL:

A documentação do WSDL pode ser obtida na internet acessando o endereço do Web Service desejado.

Exemplificando, para obter o WSDL de cada um dos Web Service acione o navegador Web (Internet Explorer, por exemplo) e digite o endereço desejado seguido do literal '?WSDL'.



Anexo V – Conjunto de caracteres Código de Barras CODE-128C

Conjunto de caracteres representativos do Código de Barras CODE-128C

Combinação de barras: B = barra preta e S = espaço (barra branca)

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
00	2	1	2	2	2	2
01	2	2	2	1	2	2
02	2	2	2	2	2	1
03	1	2	1	2	2	3
04	1	2	1	3	2	2
05	1	3	1	2	2	2
06	1	2	2	2	1	3
07	1	2	2	3	1	2
08	1	3	2	2	1	2
09	2	2	1	2	1	3
10	2	2	1	3	1	2
11	2	3	1	2	1	2
12	1	1	2	2	3	2
13	1	2	2	1	3	2
14	1	2	2	2	3	1
15	1	1	3	2	2	2
16	1	2	3	1	2	2
17	1	2	3	2	2	1
18	2	2	3	2	1	1
19	2	2	1	1	3	2
20	2	2	1	2	3	1
21	2	1	3	2	1	2
22	2	2	3	1	1	2
23	3	1	2	1	3	1
24	3	1	1	2	2	2
25	3	2	1	1	2	2
26	3	2	1	2	2	1
27	3	1	2	2	1	2
28	3	2	2	1	1	2
29	3	2	2	2	1	1
30	2	1	2	1	2	3
31	2	1	2	3	2	1
32	2	3	2	1	2	1
33	1	1	1	3	2	3
34	1	3	1	1	2	3
35	1	3	1	3	2	1
36	1	1	2	3	1	3
37	1	3	2	1	1	3
38	1	3	2	3	1	1
39	2	1	1	3	1	3
40	2	3	1	1	1	3
41	2	3	1	3	1	1
42	1	1	2	1	3	3
43	1	1	2	3	3	1
44	1	3	2	1	3	1
45	1	1	3	1	2	3
46	1	1	3	3	2	1
47	1	3	3	1	2	1
48	3	1	3	1	2	1
49	2	1	1	3	3	1

Valor	Caractere de Início (START)					
105	B	S	B	S	B	S
	2	1	1	2	3	2

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
50	2	3	1	1	3	1
51	2	1	3	1	1	3
52	2	1	3	3	1	1
53	2	1	3	1	3	1
54	3	1	1	1	2	3
55	3	1	1	3	2	1
56	3	3	1	1	2	1
57	3	1	2	1	1	3
58	3	1	2	3	1	1
59	3	3	2	1	1	1
60	3	1	4	1	1	1
61	2	2	1	4	1	1
62	4	3	1	1	1	1
63	1	1	1	2	2	4
64	1	1	1	4	2	2
65	1	2	1	1	2	4
66	1	2	1	4	2	1
67	1	4	1	1	2	2
68	1	4	1	2	2	1
69	1	1	2	2	1	4
70	1	1	2	4	1	2
71	1	2	2	1	1	4
72	1	2	2	4	1	1
73	1	4	2	1	1	2
74	1	4	2	2	1	1
75	2	4	1	2	1	1
76	2	2	1	1	1	4
77	4	1	3	1	1	1
78	2	4	1	1	1	2
79	1	3	4	1	1	1
80	1	1	1	2	4	2
81	1	2	1	1	4	2
82	1	2	1	2	4	1
83	1	1	4	2	1	2
84	1	2	4	1	1	2
85	1	2	4	2	1	1
86	4	1	1	2	1	2
87	4	2	1	1	1	2
88	4	2	1	2	1	1
89	2	1	2	1	4	1
90	2	1	4	1	2	1
91	4	1	2	1	2	1
92	1	1	1	1	4	3
93	1	1	1	3	4	1
94	1	3	1	1	4	1
95	1	1	4	1	1	3
96	1	1	4	3	1	1
97	4	1	1	1	1	3
98	4	1	1	3	1	1
99	1	1	3	1	4	1

Caractere de Fim (STOP)					
B	S	B	S	B	S
2	3	3	1	1	2

Valor CODE C	Combinação de Barras					
	B	S	B	S	B	S
100	1	1	4	1	3	1
101	3	1	1	1	4	1
102	4	1	1	1	3	1
103	2	1	1	4	1	2
104	2	1	1	2	1	4

Anexo VI – Projeto Piloto do CT-e

O Projeto Piloto do Conhecimento de Transportes eletrônico foi desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Receita Federal do Brasil, Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT) e as seguintes empresas:

- Aliança Navegação e Logística LTDA
- ALL - América Latina Logística S/A
- Andorinha Transportadora LTDA
- BEMEX LOGÍSTICA LTDA
- BINOTTO S/A LOGÍSTICA TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO
- CEVA LOGISTICS LTDA
- COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE CARGAS DO ESTADO DE SC
- DHL
- DISPLAN ENCOMENDAS URGENTES LTDA
- EMPRESA DE TRANSPORTE ATLAS LTDA
- EXPRESSO ARAÇATUBA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA
- EXPRESSO JUNDIAÍ SÃO PAULO LTDA
- Expresso Mercúrio S/A
- GOL
- GRISTEC
- JÚLIO SIMÕES TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
- MIRA OTM TRANSPORTES LTDA
- MRS
- PATRUS TRANSPORTE URGENTES LTDA
- Petrobrás Transporte S/A - TRANSPETRO
- RODONAVES TRANSPORTES E ENCOMENDAS LTDA
- RODOVIÁRIO LÍDER LTDA
- SADIA S/A
- SARATOGA ENGENHARIA E TRANSPORTES LTDA
- SPEEDPAK ENCOMENDAS EXPRESSAS LTDA
- TAM
- TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA
- Transportadora Americana LTDA
- TRANSPORTADORA GAMPER LTDA
- TRANSPORTADORA ITAPEMIRIM S.A.
- TRANSPORTADORA LIMA
- TRANSPORTADORA TRANSPER LTDA
- TRANSPORTE DELLA VOLPE S/A COM. E IND.
- TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS ZAPELINI LTDA
- TRANSPORTES BERTOLINI LTDA
- TRANSULTRA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE ESPECIALIZADO LTDA
- VARIG LOGISTICA S/A

O projeto conta ainda com a colaboração das seguintes entidades:

- ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre);
- GS1 Brasil;
- NTC&Logística (Associação Nacional de Transporte de Cargas & Logística).